

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL E REGIONAL

FRANCISCA THAMIRES LIMA DE SOUSA

“AGROVILAS” QUILOMBOLAS: o caso da reconstrução da autonomia produtiva e a
resistência das mulheres em Marudá Novo

São Luís

2020

FRANCISCA THAMIRES LIMA DE SOUSA

“AGROVILAS” QUILOMBOLAS: o caso da reconstrução da autonomia produtiva e a resistência das mulheres em Marudá Novo

Dissertação submetida ao processo de qualificação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA).

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Território e Planejamento

Orientadora: Profa. Dr^a. Marivânia Leonor Souza Furtado

São Luís

2020

Sousa, Francisca Thamires Lima de.

“Agrovilas” quilombolas: o caso da reconstrução da autonomia produtiva e a resistência das mulheres em Marudá Novo / Francisca Thamires Lima de Sousa.
– São Luís, 2020.

140 f

Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

Orientador: Profa. Dra. Marivânia Leonor Souza Furtado.

1.Centro de lançamento. 2.Território de Marudá. 3.Efeitos sociais. 4.Autonomia produtiva. 5.Aquilombamento contemporâneo. I.Título

CDU: 911.3:316.48(812.1)

FRANCISCA THAMIREZ LIMA DE SOUSA

“AGROVILAS” QUILOMBOLAS: o caso da reconstrução da autonomia produtiva e a resistência das mulheres em Marudá Novo

Dissertação submetida ao processo de qualificação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA).

Aprovado em 25 de junho de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Marivânia Leonor Souza Furtado (Orientadora)

Doutora em Geografia
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Tomas Paoliello Pacheco, de Oliveira

Doutor em Geografia
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett

Doutor em Políticas Públicas
Universidade Estadual do Maranhão

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia, socorro presente nas horas de angústia. Também a Antônio da Silva (*In Memoriam*), meu bisavô, com todo meu amor e gratidão, por tudo que fez por mim ao longo de sua vida, por acreditar em mim mais do que qualquer outra pessoa, pois sem ele este trabalho e muitos dos meus sonhos não se realizariam.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Maranhão e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, pela oportunidade de aprendizado e a todos que dele fazem parte, em especial, à Coordenadora Zulene, a Sampaio e a Elizethe cuja dedicação e empenho é visível e admirável.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) pelo indispensável apoio à minha pesquisa por meio da concessão de Bolsa de Incentivo (Código de Financiamento 001).

Ao grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão LIDA por ter me acolhido. Nesse espaço aprendi a ver o mundo com outros olhos, a ser mais crítica, flexível e principalmente a repensar a minha postura diante de várias situações no meu dia a dia.

À minha orientadora, Marivânia Furtado, acima de tudo, por toda dedicação, ensinamentos e paciência, a quem aprendi a admirar e respeitar. Sou grata pelas suas críticas que tanto contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional, assim como para o aprimoramento deste trabalho. Saiba que a realização deste sonho não seria possível sem você. Guardo todos os seus ensinamentos com carinho, espero um dia chegar a ser uma profissional se não igual, mas pelo menos parecida com você.

Aos professores Carlos Frederico e Tomas Paoliello pela disponibilidade em participar do processo de qualificação deste trabalho e pelas contribuições. Saibam que suas colocações foram muito pertinentes e enriqueceram muito este trabalho.

A todos os(as) professores(as) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional que tanto contribuíram com a minha formação, por compartilharem seus conhecimentos, por serem figuras tão ilustres, dignas de admiração e respeito. Através de vocês passei a ver o mundo com outros olhos, a ser mais crítica comigo mesma e a buscar e dar sempre o melhor de mim em todos os momentos.

Aos amigos, Inácio e Máximo que sempre me receberam tão bem no Território de Marudá Novo, sempre dispostos a contribuir com esta pesquisa. Sem vocês metade desse trabalho não seria realizado.

A todos(as) os(as) moradores(as) da comunidade quilombola de Marudá Novo, que gentilmente participaram desta pesquisa, abriram a porta de suas residências para nos acolher, sempre muito prestativos e abertos a compartilhar um pouco de suas histórias de vida.

À Marina, que durante o trabalho de campo esteve ao meu lado, compartilhando suas ideias e pensamentos, a quem pude conhecer melhor e admirar por sua força e determinação.

À minha família, pelo apoio incondicional em todos os momentos, em especial aos meus pais, meus irmãos e meu marido que são meu alicerce e razão de tudo.

A professora Franci, que me acompanha desde a graduação e nunca duvidou que eu fosse capaz de chegar até aqui.

A Késia, Josélia, Karol, Flaviane e Socorro com quem dividi meus melhores e piores momentos durante toda a construção desse trabalho, de quem recebi apoio incondicional. Amigas queridas, que tanto me querem bem e me incentivam.

A Rafaelle, por ter me apresentado o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, até então desconhecido para mim, pelo estímulo e incentivo.

A todos(as) da Turma 2018 do PPDSR com quem tive a oportunidade de dividir um pouco de minhas angústias, ansiedade e principalmente os momentos de alegria e brincadeiras. Com vocês essa jornada se tornou mais leve e doce.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o caso da reconstrução da autonomia produtiva e a resistência das mulheres em Marudá Novo, no município de Alcântara-MA. O estudo traz uma reflexão acerca da implantação do Centro de Lançamento de Foguetes em Alcântara em 1980 e as implicações sociais ocasionadas aos quilombolas que residiam em Marudá Velho e foram realocados no território de Marudá Novo. Frente a isso, a questão central desta investigação, pretende desvendar de que forma o deslocamento compulsório implicou na autonomia produtiva das mulheres quilombolas de Marudá Novo? Na tentativa de responder tal questionamento, utilizei como método, o materialismo histórico e dialético por levar em conta as mudanças sociais e históricas ocorridas na sociedade. Para análise descritiva dos relatos, utilizei como técnicas auxiliares a observação direta, anotações em diário de campo das histórias orais, registros fotográficos, gravações em áudio, um levantamento de referências bibliográfico, documental e de dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa mostrou que, com a implantação do Centro de Lançamento e o remanejamento dos quilombolas para Marudá Novo, a organização social, econômica, cultural e política construída historicamente foi duramente abalada. As mulheres tiveram que se reinventar e buscar novas estratégias para desenvolver suas atividades laborais na roça, já que passaram a viver em uma região onde boa parte das terras era inadequada para o plantio. Ademais, os problemas de acesso aos recursos naturais implicaram diretamente na autonomia produtiva dessas mulheres e levou as famílias a conviverem com a insegurança alimentar. Para superar essa situação, os quilombolas se reorganizaram para reivindicar e lutar por seus direitos sociais e territoriais através do quilombamento contemporâneo.

Palavras-chave: Centro de Lançamento. Território de Marudá. Efeitos Sociais. Autonomia Produtiva. Aquilombamento Contemporâneo.

ABSTRACT

This work aims to analyze the case of the reconstruction of productive autonomy and the resistance of women in Marudá Novo, in the municipality of Alcântara-MA. The study reflects on the implementation of the Rocket Launch Center in Alcântara in 1980 and the social implications caused to the quilombolas who lived in Marudá Velho and were relocated in the territory of Marudá Novo. In face of this, the central question of this investigation intends to unveil, in what way did the compulsory displacement imply in the productive autonomy of quilombola women from Marudá Novo? In an attempt to answer such a question, I will use dialectical materialism as a method for taking into account the social and historical changes that have occurred in society. For descriptive analysis of the reports, I used as auxiliary techniques direct observation, notes in the field diary of oral histories, photographic records, audio recordings, a survey of bibliographical, documentary references and statistical data provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics. Research has shown that, with the launching of the Launch Center and the relocation of quilombolas to Marudá Novo, the social, economic, cultural and political organization built historically was badly shaken. Women had to reinvent themselves and seek new strategies to develop their work activities in the fields, since they began to live in a region where a good part of the land was unsuitable for planting. In addition, the problems of access to natural resources directly impacted the productive autonomy of these women and led families to live with food insecurity. To overcome this situation, quilombolas reorganized themselves to claim and fight for their social and territorial rights through contemporary landslide.

Keywords: Launch Center. Territory of Marudá. Social Effects. Productive Autonomy. Contemporary Design.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Confecção dos Instrumentos de Pesca	35
Figura 3: No dia da desterritorialização.....	43
Figura 4: À esquerda a MA 106 e à direita o Ramal que dá acesso a Marudá Novo.....	51
Figura 5: Mapa de Localização do território de Marudá Novo em Alcântara.....	52
Figura 6: Ruas de Marudá Novo.....	53
Figura 7: À esquerda, o banheiro rústico construído pelos moradores e à direita, pelo CLA.....	56
Figura 8: Produção de Farinha em Marudá Novo	59
Figura 9: Pescadores se deslocando até o mar e vendendo peixe.....	61
Figura 11: Acima temos uma casa construída a gosto após acordo com o CLA, abaixo modelo padrão	67
Figura 12: Primeiro Presidente da Associação de São Sebastião de Marudá.....	77
Figura 13: Estrutura Organizacional da ATEQUILA.....	84
Figura 14: No meio o Sr. Máximo atual Presidente da Associação na fachada de sua casa.....	87
Figura 15: Separação dos produtos para compor as cestas e posteriormente serem entregues aos usuários no CRAS.....	99
Figura 16: Homens e Mulheres trabalhando lado a lado.....	102
Figura 17: Mulheres lavando e carregando água para consumo da família.....	103
Figura 18: Mulheres quebrando coco babaçu e socando a amêndoa torrada	104
Figura 19: Hortaliças cultivadas no quintal por Dona Maria Anunciação.....	111
Figura 20: Produtos cultivados no quintal de casa por dona Meiriluce Diniz.....	112
Figura 21: A Sr. Domingas Silva Paiva mostrando suas plantações em seu quintal.....	113
Figura 22: Pequena criação de galinhas.....	114

LISTAS DE QUADROS

Quadro 2: Famílias deslocadas dos povoados para compor os Novos Territórios.....	30
Quadro 3: Comunidades que tiveram a Certidão de Autodefinição expedida pela FCP 81	
Quadro 4: Diretrizes do PNE	96
Quadro 5: Relação de Mulheres que fornecem produtos para Cozinha Comunitária..	120
Quadro 6: Mulheres Cadastradas no PAA e PNAE em Marudá Novo.....	123

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACONERU	Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão
ADCT	Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal
AGERP	Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão
ATEQUILA	Associação do Território Étnico Quilombola de Alcântara
C.F.	Constituição Federal
CadÚnico	Cadastro Único
CAE	Conselhos de Alimentação Escolar
CCN	Centro de Cultura Negra
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONAB	Ministério da Cidadania e da Companhia Nacional de Abastecimento
CONAC	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombolas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRESAN	Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
FAB	Força Aérea Brasileira
FCP	Fundação Cultural Palmares
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MABE	Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome
MP	Ministério Público
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PQRN	Projeto Quilombo Resistência Negra
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional

SEDES	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
STTR	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 CARACTERIZAÇÃO DO REMANEJAMENTO DOS QUILOMBOLAS: do antigo território de Marudá para o Marudá Novo	23
<i>1.1 Breves considerações sobre a Formação Econômico-Social de Alcântara – MA</i>	<i>23</i>
<i>1.2 O Sítio como Território Tradicional dos Quilombolas.....</i>	<i>32</i>
<i>1.3 Processo de desterritorialização de Marudá Velho</i>	<i>38</i>
<i>1.4 O aquilombamento contemporâneo em Marudá frente ao processo de desterritorialização</i>	<i>44</i>
2 OS EFEITOS SOCIAIS DO REMANEJAMENTO QUILOMBOLA NO TERRITÓRIO DE MARUDÁ NOVO	51
<i>2.1 De quilombo a “Agrovila”: a resignificação socioespacial e territorialidades étnicas.....</i>	<i>51</i>
<i>2.2 O processo de definição quilombola em Marudá Novo</i>	<i>70</i>
<i>2.3 A dimensão política do território de Marudá</i>	<i>74</i>
3 (RE) CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA PRODUTIVA EM MARUDÁ NOVO: O TRABALHO DAS MULHERES	90
<i>3.1 (In)Segurança Alimentar em Marudá Novo</i>	<i>90</i>
<i>3.2 O trabalho das mulheres no Território de Marudá Velho e Novo.....</i>	<i>101</i>
<i>3.3 Dificuldades enfrentadas pelas mulheres: do plantio ao escoamento dos produtos.....</i>	<i>115</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS	132

INTRODUÇÃO

O desejo de colocar o Brasil entre os países que desenvolve tecnologia espacial, levou o Estado Brasileiro a desenvolver o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), de interesse mercadológico e transnacional, inspirado na ideologia militar que atualmente se apoia na Base Espacial de Alcântara, no Maranhão.

Nessa lógica, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) foi implantado em 1983, motivado por interesses comerciais, estratégicos, políticos, logísticos e científicos, com o intuito de transformar o município em um centro lucrativo que pudesse conceber recurso para o Brasil. Na época, Alcântara foi escolhida particularmente por conta de sua boa localização geográfica e proximidade com a linha do Equador, o que possibilitaria lançamentos com maior precisão e uma economia de energia significativa durante a realização das atividades espaciais.

Em 1989, seis anos após a chegada dos militares, e também com a consolidação de suas obras e do recrutamento de recursos humanos, pôde-se dizer que o CLA veio a se tornar operacional.

Em fevereiro de 1994, foi sancionada a Lei nº 8.854, que criava a Agência Espacial Brasileira (AEB), sua intenção é promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional. Dentre suas principais competências, se ressaltam a de identificar as possibilidades comerciais de utilização das tecnologias e aplicações espaciais, estimular iniciativas empresariais na prestação de serviços e produção de bens, com a finalidade de promover o desenvolvimento das atividades espaciais de interesse nacional.

Convém relatar que o projeto aeroespacial brasileiro foi desenvolvido no município de Alcântara, em uma área ocupada majoritariamente por comunidades tradicionais. *“O território era de exclusividade negra, se tratavam de ocupações seculares de grupos que se identificavam pela ligação ao território vivido.”* (ALMEIDA, 2000, p. 52).

Assim, a fim de atender às exigências do projeto, realizou-se a remoção dos quilombolas que residiam em uma área de

[...] 8.700 hectares para instalação da primeira fase do Programa Nacional de Atividades Espaciais, onde está o CLA, correspondem a parte significativa das terras tradicionais das comunidades quilombolas do município de Alcântara. Dali foram retiradas 32 comunidades, realocadas em sete “Agrovilas”, num formato que tem comprometido a lógica tradicional a partir da qual estruturam suas relações sociais, produtivas e ambientais e, por consequência, as relações entre as comunidades realocadas e as demais, com as quais mantêm laços de parentesco e forte relação de interdependência. (ALMEIDA, 2006, p. 32).

Tal ato não levou em consideração o vínculo que as famílias estabeleciam com aquele espaço habitado, o que gerou conflitos fundiários e levou os quilombolas a se organizarem para lutar por seus direitos territoriais. Para alcançar tal propósito, os quilombolas começaram a se organizar para construir estratégias de resistências e de reivindicações de seus direitos por meio das organizações sociais, associações comunitárias, sindicatos e dos movimentos sociais.

É notável ressaltar que, em Alcântara, existiam 194 comunidades quilombolas antes da implantação do CLA, segundo a Secretaria de Estado Extraordinária da Igualdade Racial (SEIR), com base em dados de 2003. (SOUSA, 2014). Essas comunidades são definidas de acordo com o Decreto nº. 4.877, de 20 de novembro de 2003, em seu Art. 2º como

[...] grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003).

Percebe-se então que, “*as terras ocupadas por quilombolas, garantem sua reprodução física, social, econômica e cultural*” (BRASIL, 2008). Deste modo, a implantação do CLA acarretou na desapropriação compulsória das famílias quilombolas que residiam na área desejada para implantar o CLA. Isso criou problemas de diferentes ordens: econômicas, sociais, culturais, políticas e raciais.

Como exemplo desse processo, temos as comunidades de Alcântara que foram remanejadas de seu território de origem e estão reunidas nas “Agrovilas” de Peru, Pepital, Ponta Seca, Cajueiro, Só Assim, Espera e Marudá, todas vem enfrentando vários contratempos: de ordem sociocultural, econômico, ambiental, entre outros.

Para uma exposição mais detalhada e minuciosa das implicações sociais e os efeitos que uma desapropriação pode acarretar, concentraremos nossa atenção na comunidade quilombola de Marudá e, para isso, elegemos a seguinte temática: **“AGROVILAS” QUILOMBOLAS:** o caso da reconstrução da autonomia produtiva e a resistência das mulheres em Marudá. Essa escolha se deu por sua relevância, pela ausência de pesquisas acerca deste território especificamente e, sobretudo, porque percebemos que são escassos os estudos que tratem do trabalho das mulheres e de sua autonomia produtiva. Os poucos trabalhos encontrados tratam apenas do quilombo de Itamatiua e se restringem a ocupação das mulheres com a cerâmica.

A princípio pensou-se no tema: A Comunidade Quilombola de Marudá e suas Estratégias de Luta e Resistência pelo Direito à Terra em Alcântara. Entretanto, dia 14 de junho de 2018, após uma visita para prestigiar uma palestra feita na Igreja, cujo tema abordava o fornecimento de produtos da agricultura familiar para a Cozinha Comunitária Quilombola, para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ao notarmos que as mulheres eram a maioria e as que mais participavam efetivamente da reunião, minha orientadora e eu, resolvemos mudar os rumos desta investigação e redefinir o objeto desta pesquisa. Nesse momento surgiram vários questionamentos, dentre os quais: em que contexto histórico-político, econômico e simbólico territorial se inserem essas mulheres? Quais suas principais atividades produtivas e sua relação com a produção material do território de Marudá Novo? Quais suas principais dificuldades e limites para executar seu trabalho como mulheres quilombolas no território de Marudá Novo?

Como questão central desta investigação, tentaremos desvendar de que forma o deslocamento compulsório implicou na autonomia produtiva das mulheres quilombolas de Marudá Novo.

Como dito anteriormente, concentraremos nossa atenção no território de Marudá, um dos mais afetados com a implantação do CLA e a segunda maior “Agrovila” de Alcântara. Essa “agrovila” foi construída em 1986 para abrigar 100 famílias que totalizavam 349 habitantes removidos das comunidades de Santo Antônio, Ponta Alta, Curuçá, Jenipariba, Ladeira, Caninana, Jabaquara, Fé em Deus, Piracema, São Raimundo, Águas Belas, Corre Prata, Camarajá, Jardim e Santa Rosa. (BRAGA, 2011).

Aqui compete um breve esclarecimento. Durante o trabalho de campo, os informantes se referiam ao antigo território de Marudá utilizando a expressão “Fazenda”, “Sítio” e “Marudá Velho”. Todos esses termos quando mencionados no decorrer deste trabalho se referem ao mesmo lugar. Poderíamos ter optado em utilizar apenas uma dessas expressões, mas não estaríamos sendo fieis aos fatos, depoimentos e conhecimentos adquiridos em campo. O termo “Agrovila”, também será substituído por Marudá Novo, tendo em vista que aquela denominação foi escolhida pelos próprios representantes do CLA e os moradores, em sua grande maioria, não se identificam com essa designação do seu território.

Atualmente, as famílias que residem em Marudá Novo vêm travando uma luta para ter acesso aos seus direitos básicos, tais como: terras em quantidade suficiente, indenizações justas e áreas onde possam manter suas atividades agrícolas e extrativistas.

Cabe mencionar que as implicações sociais geradas pelo deslocamento são diversas. Todos(as) os(as) quilombolas sofreram com o remanejamento e a adaptação ao Novo Território, principalmente as mulheres, que tiveram sua rotina diária de trabalho totalmente alterada. Em Marudá Velho elas tinham total autonomia para desenvolver as atividades na agricultura e no extrativismo junto com seus companheiros, além de cuidarem do lar e dos filhos. Nos dias de hoje, poucas se dedicam a essas práticas laborais por conta das dificuldades de acesso às áreas de plantio, pesca e coleta do babaçu, sendo assim, se restringem somente ao desempenho das atividades domésticas.

Para a análise do objeto de estudo desta pesquisa, tomo como método o materialismo histórico e dialético que parte da aparência e pretende alcançar a essência do objeto em questão e o entende como um conjunto de processos inacabados. Assim, no decorrer de todo esse processo investigativo, foi adotada a perspectiva de totalidade: que é concreta, e é também um sistema dinâmico e movente de mediações. (PAULO NETTO, 2005).

Além da totalidade enfatizaremos a historicidade por entendermos que é peça indispensável durante toda investigação, nesta em especial, foi vital voltar e estudar fatos históricos que se remetessem a formação social, econômica e política de Alcântara e das comunidades quilombolas existentes ao seu entorno; explorar detalhes das condições de existência dos quilombolas que residiam no território de Marudá antes de inferir acerca das implicações sociais ocasionadas após a desterritorialização compulsória.

Tomando como base a historicidade, no início desta pesquisa fez-se necessário o reconhecimento do território, de suas memórias, assim como dos sujeitos e das organizações sociais envolvidas no processo investigativo, num dado contexto histórico, considerando suas relações de produção, trabalho, gênero, mediação, conflito e a implantação de grandes projetos econômicos, como o CLA.

Para alcançar o objetivo aqui proposto, foi necessária a realização do trabalho de campo em Marudá Novo. Este ocorreu no período junho de 2018 a fevereiro de 2020. Antes de ir ao campo, revisei a literatura sobre essa temática para ter o maior número de informações possíveis sobre o território e seus moradores. Assim, poderíamos confrontar as informações e sua veracidade.

As visitas eram todas programadas com antecedência e ocorriam à medida que íamos construindo o capítulo e sentindo a necessidade de apreender mais sobre determinados pontos da comunidade, dos moradores, de sua dinâmica, cultura e política como se ver no cronograma abaixo.

Quadro 1: Cronograma atividades no território de Alcântara e Marudá

LOCAL/ATIVIDADES	PERÍODO	
	2018	2019
Cozinha Comunitária Quilombola do Território de Marudá/Observação direta.	14/06/2018	11/07/2019
	23/11/2018	05/11/2019
Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Território de Marudá (reunião com os quilombolas inseridos nos programas de aquisição de alimentos) /Observação direta.	14/06/2018	11/07/2019
		05/11/2019
Centro de Referência da Assistência Social de Alcântara/diálogo com os/as parceiros (as) da pesquisa	18/08/2028	—
	26/10/2018	—
Associação Étnica Territorial Quilombola de Alcântara (ATEQUILA) /diálogo com os/as parceiros (as) da pesquisa	26/10/2018	09/10/2019
Secretária Municipal de Agricultura Familiar de Alcântara/diálogo com os/as parceiros(as) da pesquisa	18/08/2028	09/10/2019
	26/10/2018	—
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTRA) /diálogo com os/as parceiros (as) da pesquisa	18/08/2028	09/10/2019
Associação de Moradores e Moradoras, Produtores e Produtoras da Comunidade Quilombola de Marudá. /diálogo com os/as parceiros (as) da pesquisa	12/11/2018	05/07/2019
	23/11/2018	11/07/2019
	—	21/09/2019

Fonte: Autora, 2020

Inicialmente nos deslocamos para a sede em Alcântara no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRA). Nesse primeiro momento, tivemos a oportunidade de conversar com o Presidente do Sindicato e com a Coordenadora Municipal de Políticas Públicas e Programas Sociais para as Mulheres. Em outro encontro previamente agendado com o STTRA, falamos com o Sr. Sérvulo de Jesus Moraes Borges, Militante e Fundador da Associação Étnica Territorial Quilombola de Alcântara (ATEQUILA). Na ocasião, ele nos repassou o contato da Sra. Pedra Amorim, representante da chapa efetiva da ATEQUILA,

para que nos prestasse mais informações sobre a composição do conselho representativo e o processo de escolha de seus membros. Chegando ao fim de nossa conversa, surgiram os nomes do Sr. Máximo e Inácio Silva Diniz. O primeiro, Presidente e o Segundo, Vice-presidente da Associação de Moradores e Moradoras, Produtores e Produtoras da Comunidade Quilombola de Marudá.

Ao entrar em contato com o Sr. Inácio Silva Diniz, que se tornou peça central durante o trabalho de campo, conseguimos articular nosso segundo deslocamento ao território para conhecer o Sr. Máximo, Sr. Torquato e a Associação de Moradores e Moradoras, Produtores e Produtoras da Comunidade Quilombola de Marudá. Em seguida, ele conseguiu organizar dois encontros com as mulheres na Igreja do próprio território. Após estabelecido o primeiro contato com elas, conseguimos agendar a segunda entrevista, agora de forma individual, visando conhecer um pouco de sua rotina, seu trabalho e suas plantações nos quintais de suas residências.

Aqui, cabe destacar que estivemos na Cozinha Comunitária Quilombola do Território de Marudá, conseguimos informações sobre seu funcionamento e, também, uma relação nominal das mulheres que estavam aptas a fornecer seus produtos para a Cozinha, para PAA e para PNAE. Observamos, ainda, a casa de farinha, as tribunas de festa e a lavanderia comunitária.

Além dessas atividades in loco, nos dirigimos três vezes à Secretária Municipal de Agricultura Familiar de Alcântara e duas vezes ao Centro de Referência da Assistência Social para uma melhor compreensão do funcionamento dos processos de aquisição de alimentos, licitações, entrega das cestas básicas e os critérios de seleção dos beneficiados.

Durante todas as estadias no território, as pesquisadoras¹ partiam de São Luís, às 6 h da manhã, no primeiro barco com destino a Alcântara, deste ponto em diante, seguíamos em um taxi de aluguel até Marudá Novo, almoçávamos na cozinha comunitária e retornávamos no fim da tarde de ferry-boat. Normalmente chegávamos na comunidade às 8h30min e saíamos de lá às 15h30min, nesse intervalo de tempo tentávamos aproveitar a permanência no campo e apreender o máximo de informações possíveis sobre o território, suas dinâmicas, formas de organização política, cultural e econômica.

Todas as observações e informações obtidas in loco, foram registradas em diário de campo, fotografias e gravadas em áudio após previa autorização dos informantes. Cabe

¹ Durante todas as visitas realizadas ao município de Alcântara quando no território de Marudá Novo a autora esteve acompanhada da graduanda em Ciências Sociais Marina Azevedo, bolsista da Iniciação Científica e integrante do grupo LIDA/UEMA.

apontar que todos os nomes citados no decorrer deste trabalho são das reais pessoas envolvidas. Antes de iniciar um diálogo com o informante, explicamos a finalidade desta pesquisa e oferecemos a livre escolha de querer ou não ter os seus dados pessoais divulgados. Em seguida, registramos em áudio o desejo do informante. Aqueles que se sentiam aptos a contribuir com o trabalho, mas que optaram por não se expor, preservamos o anonimato a fim de não gerar situações de constrangimento.

No decorrer do trabalho de campo, preferimos não fazer uso das entrevistas, fossem elas estruturadas ou semiestruturadas, isso por entendermos que estas poderiam inibir os informantes ou deixá-los acanhados, bem como restringir suas respostas a uma determinada indagação. Por estas razões, fizemos uso da observação participante, segundo Bogdan e Taylor (1998), essa técnica de pesquisa leva os “observadores a partilhar papéis e hábitos dos grupos observados, a nota de campo surge como ferramenta importante na observação participante evidenciando a documentação escrita produzida por parte do observador”. Além da observação participante, muito utilizada nas pesquisas no campo das ciências sociais, especialmente em estudos de cunho qualitativo como este, que tenta responder a questões muito particulares, haja vista que: [...] “ela trabalha com um universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” (MINAYO, 2007, p. 21) é que resolvemos fazer uso dos registros das histórias orais proferidas pelos moradores, esse, foi um dos instrumentos privilegiados no decorrer deste trabalho por:

recuperar memórias e resgatar experiências de histórias vividas, trabalhando com o testemunho oral de indivíduos ligados por traços comuns. Como consequência, a história oral produz fontes de consulta para estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, momentos, à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram. A utilização da história oral fornece novas perspectivas para a pesquisa social aplicada porque possibilita conhecer diferentes versões e interpretações sobre determinado tema. (CAPPELLE; BORGES; MIRANDA, 2010, p. 2).

Além do trabalho de campo, foi feito um levantamento de referências bibliográficas e documentais nas bases de dados da SciELO, Google acadêmico, portarias, leis e documentos a fim de selecionar artigos, livros, teses e dissertações sobre as categorias: comunidade quilombola, território, estratégia de luta, resistência, implantação de grandes projetos, conflitos fundiários, desenvolvimento econômico e movimentos sociais que pudessem contribuir teoricamente com esta pesquisa. Isso por entendermos que o processo investigativo parte do conhecimento teórico que é o estudo do objeto, de sua formação e dinâmica, tal como

ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e representações do pesquisador. (PAULO NETTO, 2011).

Foram analisados ainda, dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre o município de Alcântara, a comunidade de Marudá, sua população estimada, unidade territorial, representação política e serviços prestados.

Dessa forma, parte-se do real pensamento, que se tornará científico quando retorna ao concreto a partir do abstrato, ou seja, das determinações apreendidas do próprio concreto pelo pensamento e diante de conjunturas históricas que determinam o movimento da sociedade. A este processo, Kosik (1995, p. 61), expõe que:

o conhecimento do real (cuja dependência face à problemática ontológica da realidade), significa, portanto, um processo indivisível, cujos momentos, são: a destruição da pseudoconcreticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno, no qual se manifesta na função objetiva e no lugar histórico que ela ocupa no seio do corpo social.

A partir do exposto e a fim de orientar a leitura deste texto, vale mencionar que esta dissertação, resultado desta investigação, se encontra organizada em três capítulos e uma conclusão.

O primeiro capítulo faz uma breve caracterização histórica da formação social e econômica de Alcântara, desde seu período colonial, passando por seus momentos de ascensão e decadência após a abolição da escravidão no Brasil e na região. Trata ainda, das tentativas de aquecimento econômico por parte do governo Brasileiro, ao instalar um Centro de Lançamentos de Foguetes no município e das investidas do Estado para desapropriar os quilombolas das terras que ocupavam secularmente. Ademais, fechamos relatando como se deu o processo de desterritorialização de Marudá Velho e as estratégias de luta e resistência utilizadas pelos moradores ao aquilombarem-se contemporaneamente para ter acesso aos seus direitos sociais e territoriais assegurados na Constituição Federal de 1988 e negados pelo próprio Estado.

No segundo capítulo, tentamos expor os principais efeitos sociais ocasionados aos quilombolas após o remanejamento compulsório, suas perdas e formas de ressignificação socioespacial no Novo Território.

No terceiro capítulo, apresentamos uma explanação acerca das atividades laborais realizadas pelas mulheres durante o trabalho na roça em Marudá Novo. Apontamos ainda, seus entraves e desafios desde a execução até a comercialização dos produtos, a fim de tentar (re) construir sua autonomia produtiva nesse espaço.

Por fim, de forma clara e sucinta, expomos uma conclusão acerca do que apreendemos durante todo este processo de pesquisa, tendo como propósito tentar responder aos questionamentos deste trabalho alcançando o nosso objetivo.

Compete frisar que este trabalho não chegou ao fim, pois a realidade social é mutável e está sempre em movimento. A socialização dos resultados aqui expostos podem ser objeto de novos questionamentos e investigações, e não traz uma conclusão fixa e acabada.

1 CARACTERIZAÇÃO DO REMANEJAMENTO DOS QUILOMBOLAS: do antigo território de Marudá para o Marudá Novo

Este capítulo trata dos elementos históricos do processo de formação econômico-social de Alcântara, acentua suas fases de estabilidade e instabilidade econômica que refletiram diretamente no surgimento e na formação dos primeiros quilombos existentes até hoje no município. Daremos destaque ao quilombo de Marudá e tentaremos expor as dimensões simbólicas, culturais e identitárias desse território.

Em seguida, tentaremos demonstrar como se deu as tentativas do Governo Federal e Estadual em implantar um Projeto Aeroespacial em Alcântara, o qual iria atingir diretamente o antigo território de Marudá e as famílias que ali residam, sem esquecer de enfatizar, é claro, as cruéis ações desempenhadas pelo Estado e pelo Poder Público para desterritorializar os moradores e realocá-los compulsoriamente em Marudá Novo.

Por fim, tentaremos compreender o processo de aquilombamento contemporâneo em Marudá Novo e os principais atos de luta e resistência travados pelos quilombolas na batalha contra o CLA e as ações do Estado, isso para conquistarem seus direitos étnicos e territoriais e tê-los reconhecidos e assegurados legalmente.

1.1 Breves considerações sobre a Formação Econômico-Social de Alcântara – MA

O município de Alcântara - MA, fundado em 1648, possui uma área total de 1.486,678 km². Seus primeiros habitantes foram os índios tupinambás, que eram escravizados tanto pelos colonos portugueses, quanto pelos jesuítas nos primeiros anos de povoamento da região. (ANDRADE; BENEDITO FILHO, 2006, p. 185-186).

Existem registros de que desde o início de 1612, já havia em Alcântara um aglomerado de aldeias indígenas. Por este motivo a região recebeu o nome de Tapuitapera, o termo significa terra dos índios. Este território permaneceu inexplorado até fins de 1612, quando a expedição francesa começou a desembarcar em São Luís e se deslocar para a região.

Com a vinda da expedição de Daniel de La Touche, Senhor de La Lavadière e a constante infiltração de franceses nas tribos indígenas, estabeleceram-se relações amistosas com aqueles. Pouco depois batizava-se o primeiro alcantarense com o nome de Martinho Francisco. Em sua taba, ergueu-se uma capela, e conta-se ter sido celebrada aí a primeira missa em terras de Alcântara. (IBGE, 2010).

A permanência dos franceses em Tapuitapera não durou muito, já que em 1615 a Coroa Portuguesa, numa contra ofensiva na batalha de Guaxenduba, os expulsou do Maranhão após apoderar-se do Forte de São Luís a mando de Alexandre de Moura. Com a saída dos franceses, Tapuitapera foi doada a Jerônimo de Albuquerque, como recompensa por sua vitória.

Destarte, “*a colonização portuguesa de Tapuitapera sob o governo de Jerônimo de Albuquerque foi marcada pelos anos de 1616 e 1618 quando um pequeno presídio de 30 soldados foi construído e depois destruído pelos Tupinambás.*” (PENHA, p. 21, 2017).

Conforme Viveiros (1999), a colonização portuguesa esteve ancorada no “*processo de escravização indígena, catequese jesuítica e aculturação das populações nativas*”. Sob esse sistema, o núcleo populacional da Aldeia evoluiu para a constituição da Freguesia de Tapuitapera e passou a fazer parte da Capitania de Cumã.

Com a subdivisão das capitanias do Maranhão e do Grão-Pará, Tapuitapera passou à condição de cabeça da capitania de Cumã, doada pelo 1º Governador do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, ao seu irmão Antônio Coelho de Carvalho a 19 de março de 1624. Entretanto, não parece ter o donatário dado rápido desenvolvimento à capitania, pois em 1641, ao tempo da invasão holandesa, foi ela abandonada após breve período de ocupação. (IBGE, 2010).

Para sair da situação de abandono, a freguesia ganhou um governo que investiu na abertura de rotas fluviais entre São Luís e Belém, tornando-se entre 1642 e 1644 um importante ponto de apoio da base portuguesa devido a sua localização, sendo muito utilizada nas lutas contra os invasores holandeses.

O progresso da aldeia só foi observado em 1648, quando elevada à categoria de vila, com o nome de Alcântara, sob a invocação do apóstolo São Matias. A essa época já existia uma igreja de pedra e cal dedicada a São Bartolomeu, e já estavam erguidos os primeiros engenhos de açúcar. (IBGE, 2010).

Uma das justificativas expostas na época para a elevação da Vila, deu-se pelo sistema agroexportador, implantado pelos portugueses, baseado na produção de algodão e nos engenhos de açúcar, organizado nas fazendas de ordens religiosas através de capitanias com a utilização da mão de obra indígena escravizada.

Em 1650 Alcântara tornou-se “*um dos centros do poder da capitania [...] contava com 300 moradores e já havia erguido os primeiros engenhos de cana de açúcar com moendas de madeira movidas à tração animal.*” (VIVEIROS, 1999 apud ALMEIDA, 2006, p. 99). Essa ascensão se estendeu de 1682 a 1684, período em que a Companhia do Comércio

do Maranhão² foi instalada com o propósito de introduzir mão de obra escravizada na região proveniente da África.

A concentração de interesses do Estado dinástico, através da Companhia Geral de Comércio, no transporte e na comercialização de escravos, resolvia um problema atinente aos empreendimentos agrícolas desde fins do século XVII, isto é, aumentava a oferta de escravos e facultava créditos que fortaleciam a capacidade produtiva e os instrumentos repressores ao alcance dos fazendeiros. A expansão das fazendas e o crescimento da vigilância e dos atos coercitivos inibiram as incursões quilombolas. (ALMEIDA, p. 120, 2006).

Diante do apresentado, percebe-se que a Companhia foi criada com o objetivo de fornecer crédito para a exportação dos bens produzidos na Vila; trazer mão de obra escravizada proveniente da África em grande escala para potencializar a agricultura local, e assim, integrá-la a mão de obra indígena, considerada resistente e em processo de abolição no Brasil, além de inibir a formação dos quilombos. Segundo Almeida (p. 49, 2006) os quilombos eram designados como “aldeia de escravos fugidos”, onde os índios e os africanos cativos se refugiavam e se organizavam após se insurgirem contra a escravidão.

Desse modo, pode-se notar que a implantação da Companhia do Comércio do Maranhão, contribuiu para a integração do Maranhão na exportação de produtos, principalmente do algodão, exportado para a Inglaterra, no contexto do mercantilismo ascendente. Essas transformações tiveram um importante impacto na estrutura fundiária e produtiva local, uma vez que, as fazendas e propriedades dos jesuítas foram confiscadas e vendidas a particulares. (ARAÚJO, 2006).

Os fazendeiros então, passaram a vivenciar momentos de grande estabilidade econômica em Alcântara, graças a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1750. Viveiros (1999) discorre que a Vila dispunha de 81 fazendas de cereais, 22 engenhos de açúcar, 24 fazendas de gado, 100 salinas e, ainda contava com 8 mil trabalhadores escravizados. Por sua produção abundante e de boa qualidade, chegou a ocupar o 1º lugar na exportação de sal; 2º lugar, na de açúcar, aguardente, couro e carne; 3º lugar na de algodão, arroz, farinha e milho; e 4º lugar, na de tapioca e peixe seco.

Até meados de 1760, os fazendeiros da Vila mantiveram sua produção estável e a economia sólida, no entanto, a Companhia não conseguiu fornecer uma quantidade suficiente

² Essa foi a primeira Companhia criada, pois houve outra que surgiu em 1755 chamada de Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão.

de mão de obra escravizada proveniente da África para manter o sistema agroexportador, como consequência ocorreu um

[...] enfraquecimento dos estabelecimentos agrícolas dedicados ao cultivo do algodão a partir da extinção da Companhia Geral em 1778 e do fim de seu monopólio comercial. A alta dos preços no último quartel do século XVIII, propiciada pela expansão da indústria têxtil britânica e pela independência das colônias inglesas que vieram a formar os Estados Unidos, mesmo tendo gerado divisas e caracterizado um período de "prosperidade no Maranhão", não foi suficiente para assegurar um desenvolvimento constante daqueles empreendimentos agrícolas. Enquanto no Nordeste os estabelecimentos açucareiros incorporaram tecnologia e se transformaram em plantations [...], em Alcântara os estabelecimentos agrícolas não lograram estabilidade nem desenvolveram uma parte industrial para beneficiamento do algodão e desagregaram-se vertiginosamente. Após os efeitos da guerra de independência, os Estados Unidos organizaram sua economia de plantations no Sul, passando a produzir algodão em maior quantidade, com fibra de qualidade superior, e a controlar o mercado mundial do produto no início do século XIX. A queda de preço do algodão, resultante dessa reorganização do mercado, chegou ao fundo do poço em 1819 e acentuou o endividamento dos fazendeiros junto às casas comerciais portuguesas e inglesas de São Luís, apressando o abandono das fazendas em Alcântara. (ALMEIDA, p. 28, 2006).

Com a produção de algodão e açúcar em outras regiões, a queda dos preços destes produtos em função da concorrência norte-americana e das lutas por libertação travada pelos escravizados contra as condições desumanas e degradantes impostas durante a colonização portuguesa, os fazendeiros vivenciaram momentos de grande instabilidade econômica devido ao enfraquecimento das exportações.

Pelas razões expostas acima, houve uma elevação do preço dos africanos escravizados, pois começavam a ficar escassos. Embora sua força de trabalho fosse indispensável nos estabelecimentos agrícolas, as altas taxas de evasão e mortandade durante as fugas prejudicavam a produção de forma permanente. Consoante a isso, estava o tráfico de escravos que começava a enfrentar obstáculos legais; dessa maneira, a lavoura ficou cada vez mais onerada de dívidas e desfalcada de braços. Esses episódios fortaleceram e agilizaram ainda mais a crise econômica dos grandes produtores agrícolas que viviam em Alcântara.

O processo de desagregação dessas fazendas de algodão levou inicialmente ao advento de uma pequena agricultura subordinada, correspondente a uma situação incipiente e intermediária entre escravo e camponês ou ainda a um "protocampesinato escravo", caso se considere a interpretação de Mintz, relativa às plantations de sociedades caribenhas, como fenômeno aproximável. A desorganização da produção algodoeira em Alcântara foi, entretanto, de tal ordem e tão completo foi o abandono das fazendas pelos senhores – vendendo telhas, baldrame de casas-grandes destruídas, desmontando meios de trabalho e demais benfeitorias, que tão logo resultou só em ruínas. (ALMEIDA, p. 29, 2006).

Por causa da crise e a instabilidade econômica vivenciada pelos produtores, houve a desagregação das fazendas, muitos senhores se transferiram para a capital, São Luís, abandonando suas propriedades e repassando-as ao Estado ou à igreja. Com a queda nas exportações, a redução da produção e a abolição da escravidão, por meio da lei Áurea, em 1888, faltou mão de obra nas fazendas. A Lei, embora fosse severa, não impedia o tráfico de africanos, o que acarretou no completo desmonte das lavouras e viabilizou o surgimento e a formação de um campesinato composto por “escravos, cuja aquisição havia sido facilitada pela Companhia Geral de Comércio, índios desaldeados e que se mantinham livres nas antigas fazendas das ordens religiosas, ex-escravos e alforriados e também escravos fugidos”. (ALMEIDA, p. 29, 2006).

Essa nova camada de produtores agrícolas desfrutava de uma “*autonomia no processo produtivo, desenvolvia práticas de uso comum de recursos naturais bastante exauridos e relativamente livres da dominação senhorial.*” (ALMEIDA, p. 29, 2006). Dessa forma, pode-se asseverar que o processo de construção de uma identidade entre os quilombolas foi se consolidando a partir de sucessivos atos de resistência, individual e coletiva, articulado às atividades agrícolas e extrativistas.

Na medida em que esses agentes sociais se investem de identidades étnicas para categorizarem-se a si mesmos e às terras que historicamente ocupam, mobilizando-se coletivamente para fins de interação e manutenção dos recursos necessários para sua reprodução, eles compõem grupos étnicos no sentido organizacional, que transitam entre diferentes modalidades de domínio e de planos organizativos, construindo coletiva e socialmente o seu território. (ALMEIDA, 2006, p. 62).

Esses trabalhadores afrodescendentes e indígenas que se estabeleceram nos quilombos e nas antigas fazendas, começaram a se firmar como campesinato, onde mantinham sua produção agrícola na unidade familiar e comercializavam livremente os seus produtos nos mercados relativos aos gêneros básicos. Coadunado a tudo isso eles ainda sustentavam uma

produção regular e contatos sistemáticos com comerciantes, concorrendo para o abastecimento de farinha e arroz das fazendas de gado da beira-campo, dos núcleos urbanos regionais e da capital São Luís. Transcendendo àquela situação de “protocampesinato escravo”, constata-se que, tanto dentro quanto fora dos domínios físicos das fazendas de algodão e de cana-de-açúcar, esses produtores autônomos foram se consolidando enquanto um campesinato, trabalhando a terra com suas unidades familiares e vendendo livremente sua produção agrícola nos circuitos de mercado relativos aos gêneros básicos, coletando especiarias da floresta, extraindo amêndoas de coco babaçu e dedicando-se à pesca marítima e nos rios e igarapés. O instituto das Cartas Régias não resistiu, em Alcântara, a essa trajetória ascendente de povoados que, para além de uma simples figura jurídica de apossamento,

consolidaram direitos étnicos através da emergência das territorialidades específicas, intituladas como: terras de preto, terras de caboclo e terras de santo. (ALMEIDA, p. 30, 2006).

Deste modo, a articulação entre essas atividades agrícolas e extrativistas realizadas pelos afrodescendentes e índios nos quilombos e nas fazendas abandonadas, gerou uma autonomia às famílias, possibilitou sua estabilização e contribuiu com o fortalecimento de uma identidade própria com costumes e tradições ligadas ao território.

A expansão do campesinato foi assimilada por parte de alguns senhores como a principal razão do enfraquecimento da economia de Alcântara por se colocar contra a política econômica expansionista da época. Em função disso, Araújo e Domingos Filho (2006, p. 2013) discorrem que

do final do século XIX até o final do século XX, a região permaneceu praticamente sem interesse econômico ou sociocultural para o Estado, em âmbito nacional ou estadual. Por esta razão, o seu rico patrimônio históricocultural com um dos mais pujantes conjuntos arquitetônicos coloniais e barrocos do Brasil e da América - ficou abandonado e em ruínas, alvo de depredações, furtos, espoliações e apropriações privadas, apesar de tombado como patrimônio nacional em 1948.

A partir de 1960, a Prefeitura Municipal de Alcântara em parceria com o Governo do Estado do Maranhão tentou impulsionar a economia local e atrair os olhos de novos investidores por meio da:

integração administrativa das antigas vilas à estrutura estadual, com a consolidação de sedes municipais, unidades políticas, jurídicas, policiais; e, em fins de 1960, a abertura de eixos rodoviários de conexão entre municípios e a regularização, ainda que intermitente, do transporte marítimo para a capital. (SÁ, 2007, p. 60).

Essas mudanças não trouxeram transformações econômicas significativas para a região e tão pouco para o Maranhão. Em contrapartida, em 1978, a comissão Brasileira de Atividades Espaciais lançou um programa em parceria com o Governo Militar Brasileiro chamado: Missão Espacial Completa. Este programa afetaria drasticamente o município, sua economia e principalmente a vida dos moradores, em especial os que residiam na zona rural.

ela (a Missão Espacial) se chamava “completa” porque obedecia a uma visão de total auto suficiência, pretendendo cobrir os três elementos básicos das atividades espaciais: uma base de lançamento – o Centro de Lançamento, no Maranhão; um foguete lançador, o VLS-1 (Veículo Lançador de Satélites); e quatro satélites – dois de coleta de dados e dois de sensoriamento remoto. (SILVA, 2013, p. 1999).

Entre os objetivos da Missão Espacial, estava incluir o Brasil no fechado círculo de países lançadores de satélites; atendimento aos satélites brasileiros; geração de produtos de tecnologia de ponta; geração de emprego industrial; redução de importação de tecnologia; aumento da capacidade de mobilização, produção e defesa; oferta de serviços de lançamentos ao mercado internacional e, por fim, ser fonte de receitas para completar investimentos no Programa Espacial. (ALMEIDA, 2002).

Para implantá-lo, foi realizado um estudo que apontou o município de Alcântara como o lugar mais adequado. Ele foi escolhido, devido a sua localização geográfica e estratégica privilegiada, pois está:

próximo à Linha do Equador, o que favorece lançamentos de foguetes com maior precisão e segurança, além de possibilitar maior velocidade ao veículo lançado, redução dos custos com combustível, gerando por sua vez uma economia de até 30% no lançamento; acesso por via terrestre, aérea e marítima, área para implantação de novos Sítios; o clima pouco variável que garante lançamentos em condições favoráveis de segurança, e por último, a baixa densidade demográfica que assegura um baixo custo no processo de desapropriação. (FERNANDES 1983 apud CHOAIRY, 2000).

Dentre todos esses aspectos, um em especial, foi o mais difundido para justificar a escolha de Alcântara visando à implantação do Centro de Lançamento, este apontava a baixa densidade demográfica do território, o que dava a entender que o município não tinha muitos habitantes, que era pouco povoado. Ao ressaltar esse aspecto, os quilombolas “eram invisíveis àqueles que controlavam o poder pela força e que fundamentavam a escolha de Alcântara com base em argumentos geopolíticos ou de segurança nacional”. (ANDRADE, 2006, p. 37).

É importante destacar ainda que várias pesquisas foram desenvolvidas em Alcântara por diferentes tipos de profissionais. Os mesmos ratificaram que a região não era um vazio demográfico, como exemplo do trabalho do antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida, cuja estimativa constatou a existência de cerca de 3.600 famílias quilombolas residindo no local onde se pretendia instalar a Base. Estas foram deslocadas compulsoriamente para que o projeto se concretizasse.

Mesmo assim, tanto o Governo Federal quanto o Estadual se faziam valer desse aspecto (vazio demográfico) para justificar a escolha do município de Alcântara e apresentar esse Projeto como uma alternativa aos problemas econômicos da região e do país. Ambos passavam por uma grande instabilidade e sua concretização tencionava atrair o olhar de futuros investidores internacionais, abrir novos mercados e inserir o Brasil no fechado círculo de países lançadores de satélites, como já assinalado.

Desde então, o território de Alcântara passou a ficar em evidência e ser motivo de especulação por parte do Estado e das grandes instituições financeiras nacionais e internacionais. (DOMINGOS FILHO; ARAÚJO, 2006, p. 213). Nesse momento, havia uma expectativa muito grande do Governo Federal quanto à implantação desse empreendimento e logo foi autorizada

A desapropriação por utilidade pública de 52.000 hectares, em setembro de 1980, através do decreto nº 7.320, para implantação de uma base de lançamento de foguetes no município de Alcântara. A medida abrangeu quase 46% da superfície municipal, atingindo mais de 2.000 famílias distribuídas por mais de uma centena daqueles povoados já referidos. A partir daí, num curtíssimo período de tempo, foram intensificadas as formas de intervenção governamental na área e aceleradas as ações fundiárias, sem quaisquer estudos prévios relativos às particularidades da estrutura agrária ou à identificação étnica das famílias atingidas. Em 1982, foi firmado Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Aeronáutica, o estado do Maranhão e o município de Alcântara, objetivando a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. Na divisão de responsabilidades, coube ao estado do Maranhão o deslocamento das "populações da área" compreendida pelo decreto desapropriatório. (ALMEIDA, 2006, p. 53).

Como podemos perceber, esse decreto foi responsável pelas transformações econômicas, territoriais e culturais do município, ao deslocar compulsoriamente 23 povoados centenários, agrupando 312 famílias em sete “Agrovilas” (ALMEIDA, 2006, p. 54), conforme demonstra mais detalhadamente o quadro a seguir.

Quadro 2: Famílias deslocadas dos povoados para compor os Novos Territórios

POVOADOS DESLOCADOS	NOVOS TERRITÓRIOS	NÚMERO DE FAMÍLIAS
Cajueiro Velho	Cajueiro	33
Espera	Espera	11
Ponta Seca, Lage	Ponta Seca	13
Pepital	Pepital	38
Caicá, Paraíso, Norcasa, Boa Vista	Só Assim	17
Titica, Santa Cruz, Camarajó, Sozinho e Cavém	Peru	100
Marudá, Santo Antônio, Ponta Alta, Curuçá, Jeripauba, Ladeira, Caninana, Jabaquara, Fé em Deus, Pirapema, São Raimundo, Águas Belas, Corre Prata, Itamarajó, Jardim e Santa Rosa.	Marudá	100

Fonte: Fonsêca, 2014, p. 39. Adaptado pela Autora.

O deslocamento do território de Marudá Velho, ocorreu durante a primeira fase de implantação do Projeto Aeroespacial Brasileiro, cuja pretensão era de construir no local um Centro Espacial. As desapropriações comprometeram as relações sociais e a organização produtiva das famílias que, até então, mantinham uma interdependência com o território. Para eles:

(...) o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 1999, p. 8).

No território de Marudá Velho *“os quilombolas haviam construído sua autonomia resultante de sucessivos atos de luta e resistência coletiva, que acarretou no fortalecimento de uma identidade própria, articulada às atividades agrícolas e extrativas”*. (ALMEIDA, 2006). É importante mencionar que essas lutas foram

Orientadas pela definição do acesso aos recursos produtivos, de forma legal e autônoma, como fator fundamental para sua constituição como agente produtivo imediato, isto é, contraposto ao cativo ou subjugado no interior das fazendas e, por tal razão, dispondo de uma relativa autonomia. (GODOI, MENEZES, MARIN, 2009, p.15).

Essa autonomia produtiva poderia ser percebida nos quilombos durante a execução das atividades agrícolas na roça, onde as famílias dispunham de total liberdade para decidir o que

produzir, como e onde, fixando um padrão cultural apoiado num repertório de práticas correspondentes aos que designam de roça. Essa designação polissêmica, mais que uma referência aos tratos culturais ou, num sentido restrito, ao plantio de mandioca e, ainda, a uma divisão sexual e etária do trabalho, expressa uma certa maneira de viver e de ser. Mais que um modelo de relação antrópica com recursos escassos, a denominada roça compreende um estilo de vida que vai desde a definição do lugar dos povoados, passando pela escolha dos terrenos agricultáveis, e dos locais de coleta, de caça e de pesca, até os rituais de passagem que asseguram a coesão social em festas religiosas (tambor de crioula, procissões e demais cerimônias). (ALMEIDA, 2006, p. 51).

Observa-se então que, as atividades agrícolas eram desenvolvidas pelos integrantes da família, podendo ser complementado, quando necessário, por parentes, compadres e amigos, no qual havia troca de diárias ou de produtos e, também, uma divisão sexual e etária do trabalho. Cabendo aos homens realizar o roço e a broca, tarefas tidas como árduas, e às

mulheres às demais atividades, desde o plantio até a colheita. Foi através deste modelo de produção desenvolvido nas roças que os quilombolas conquistaram sua autonomia e:

Não havia unidade familiar que não se estruturasse a partir das atividades essenciais a ela referidas, seja assegurando o autoconsumo ou obtendo, a partir da colocação da produção no mercado, a receita imprescindível para atender às necessidades básicas e de reprodução social. Essa reprodução evidencia que o fim econômico estaria além da produção de valores de uso, dependendo da inserção familiar e comunitária nos sistemas de troca no conjunto de comunidades semelhantes. Os agentes sociais avaliam capacidades pessoais e se reconhecem uns aos outros a partir dessas atividades referidas direta ou indiretamente à chamada roça. (ALMEIDA, 2006, p. 32).

Como se pode notar, as atividades agrícolas eram essenciais para a manutenção e reprodução das famílias no quilombo. Essas atividades não tinham fins estritamente comerciais, e sim, o de propiciar a segurança alimentar do grupo. A produção era diversificada e a troca dos produtos entre os trabalhadores era algo recorrente. Com a implantação do CLA e a saída dos quilombolas do território que ocupavam secularmente, seu sistema de produção foi comprometido, muitas famílias foram separadas e tiveram seus vínculos rompidos.

Após serem deslocadas, as famílias foram obrigadas a viver em Marudá Novo, onde tentaram reproduzir seu modo de vida e produção. O termo “Agrovila” foi estipulado pelo CLA, sem consulta prévia aos moradores, e refere-se a um conjunto habitacional que integra várias famílias de agricultores. Esses espaços foram construídos pelos militares, a fim de abrigar as famílias que foram deslocadas das terras onde se pretendia construir o CLA.

Assim, é notável que muitos povoados foram impactados com o deslocamento compulsório e, para melhor compreender as implicações sociais e os efeitos desse processo, iremos nos limitar ao campo empírico proposto nesta análise, em que 100 famílias quilombolas foram desapropriadas pelo poder público, por determinação do decreto nº 7.320 e em seguida agregadas em Marudá Novo, o que ocasionou mudanças expressivas em seu cotidiano, como veremos a seguir.

1.2 O Sítio como Território Tradicional dos Quilombolas

Segundo relatos proferidos por um dos moradores mais antigos, a exemplo do Sr. Máximo Silva do Nascimento, Marudá Velho teve como seus primeiros ocupantes a família de Brás Diniz. Eles se instalaram no território após fugirem de uma fazenda, na qual eram

escravizados por portugueses e obrigados a trabalhar em um engenho de açúcar. É importante ressaltar que as terras nas quais a família se acomodou eram devolutas,

A Lei n. 601/1850, pelo método da exclusão, estabeleceu serem terras devolutas, aquelas que se enquadrassem em quatro situações. As que não estivessem em uso público nacional, provincial ou municipal. As que não estivessem no domínio particular, por qualquer título legítimo, nem fossem havidas por sesmarias e outras concessões do governo, nem incorressem em comisso por falta de condições de medição, conformação ou cultura. Também eram devolutas as terras não dadas em sesmarias ou outras concessões do governo, apesar de incursas em comisso, se revalidadas pela Lei das Terras. Por fim, eram devolutas as terras ocupadas por posse, mesmo sem título legal, desde que legitimadas nos termos da Lei Nº. 601/1850 em seu artigo terceiro. (MACHADO, 2002, p, 26).

Como se pode perceber, as terras devolutas eram comumente chamadas de terras públicas. Foi nesse tipo de território que a família Diniz se fixou. Lá, eles construíram uma casa de taipa, coberta de palha de babaçu para acomodar quatro pessoas com o propósito de recomeçar uma nova fase em suas vidas. (MACHADO, 2002, p. 15).

Com o passar do tempo, o povoado foi crescendo gradativamente à medida que novos escravizados se rebelavam contra os seus senhores e fugiam. Sem destino certo, eles acabavam se deparando com uma pequena casa que chamavam de fazenda, onde a família Diniz mantinha uma pequena plantação e uma criação de animais de pequeno porte. Lá eles eram acolhidos. Não raramente, os moradores também encontravam outros escravizados desmaiados e com ferimentos. Estes, então, eram socorridos e amparados da mesma forma que os outros.

Assim, o Território de Marudá foi se desenvolvendo e sendo repassado pela família Diniz como herança, de geração em geração. Segundo relato oral, o território recebeu esse nome porque um dos herdeiros se chamava Mário, e sempre que alguém necessitava de algo, imediatamente solicitavam sua ajuda, por este ter a fama de ser boa pessoa e nunca negar um pedido. Daí surgiu à expressão: “*Fala com Mário, que Mário dar*”! Assim, em consideração a ele, denominaram o lugar de Marudá.

O território então cresceu significativamente, em 1936 contava com aproximadamente 300 famílias, com 17 povoados ao seu entorno e com uma escola. Tudo isso graças a sua localização privilegiada: situado entre o Sítio de Benozaireo e de Cajueiro perto do mar, rios e igarapés.

Por conta dessas características espaciais expostas acima, o território passou a ser conhecido e chamado pelos moradores da área de Sítio de Marudá. Sá (p. 126, 2007) “define

o “Sítio” como local de residência (o núcleo do povoado)”. Foi nesse espaço que se formou um campesinato livre parcelar, no qual

cada família se apropriava individualmente de uma parcela das terras de cultivo, segundo direitos que lhe garantem a sua utilização durante o período necessário a um ciclo completo do processo de produção agrícola; a parcela é abandonada após esse período, integrando-se novamente ao conjunto das terras vagas que podem ser objeto de exploração de qualquer família; geralmente a terra recém-trabalhada é deixada em pousio pelo menos durante um ano. Existe, assim, na redistribuição periódica das terras de cultivo, sem que nenhuma parcela corresponda permanentemente a uma família específica. Essa forma parcelar de cultivo se acompanha da apropriação privada do produto do trabalho, incluindo-se as benfeitorias (plantações ainda não colhidas) que podem ser objeto de troca. (SÁ, 2007, p. 125 -126).

O Território de Marudá se estruturou por meio desse sistema parcelar, por causa dele, cada família poderia escolher livremente um pedaço de terra para desenvolver suas atividades agrícolas e plantar o que desejasse. “Esse tipo de distribuição das terras de cultivo se tornou a expressão do sistema territorial o qual definia os direitos de acesso e suas formas de apropriação do produto”. (SÁ, 2007, p. 126-127).

Dessa forma, quando Mário recebeu as terras de seu pai,

manteve esse sistema que vinha sendo executado por seus antepassados, ele então passou a ser a pessoa de referência e o responsável em organizar essa divisão, embora as terras fossem de uso coletivo, ele era tido como o “dono” e todos os moradores o respeitavam. Todos que desejassem um pedaço de terra para plantar ou morar tinham que se dirigir a ele e fazer a solicitação. (Inácio Silva Diniz, vice-presidente da Associação de moradores e moradoras, produtores e produtoras da comunidade quilombola de Marudá).

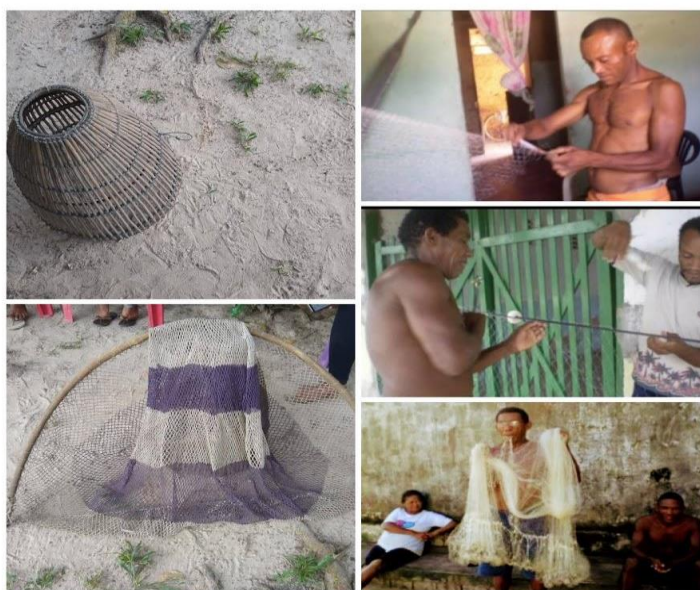
Como podemos perceber, a reprodução do sistema econômico camponês no Sítio de Marudá, baseava-se na manutenção e reprodução dessas regras que foram sendo construídas e aperfeiçoadas secularmente.

As famílias que adquiriam uma parcela de terra no Sítio, usavam como símbolo de divisão algo presente naquele espaço, como as árvores. Nessa época, a área não era cercada e todos deviam preservar o espaço cedido ao outro. Há relatos de que em alguns casos, as famílias pagavam um foro como parte de sua produção. Este, *“não era obrigatório, mas os trabalhadores ofereciam como ato de retribuição a Mário, por ele ter abrigado sua família. Normalmente ele utilizava esse recurso para pagar os impostos da terra”*. (Inácio Silva Diniz, vice-presidente da Associação de moradores e moradoras, produtores e produtoras da comunidade quilombola de Marudá).

Entre as principais atividades desenvolvidas pelos quilombolas no Sítio, pode-se destacar a pesca e a agricultura como sendo de provisão familiar. Essas atividades geralmente envolviam todos os membros da família, inclusive as mulheres e os jovens. Os produtos eram destinados ao consumo próprio, trocados entre os trabalhadores e, o excedente, vendidos.

As modalidades de pesca, praticadas pelas famílias no território de Marudá Velho eram: malhão, zangaria, cacauero ou raspadeira, arrastão, tarrafa, espinhel, rabadela e curral. Para auxiliá-los durante a prática deste ofício é necessário a utilização de: canoas para transporte, rede de malha cujo tamanho depende da espécie de peixe que se quer capturar, linhas, anzóis, estacas, cofos, cordas e barbantes. Alguns desses instrumentos são utilizados nos dias de hoje, como se vê nas figuras adiante.

Figura 1: Confeção dos Instrumentos de Pesca



Fonte: Inácio Silva Diniz, 2008.

Os mariscos apanhados (jurupéua, siri, caranguejo, sarnambi) eram destinados ao consumo próprio das famílias e o excedente comercializado. As mulheres tinham sua participação na pesca, realizavam a confecção das tarrafas e dos malhões e lidavam ainda com os transportes e com a distribuição dos pescados. Além dessas atividades, havia outras como o extrativismo e o plantio de roças, que também eram desenvolvidas por todos os integrantes da família.

De acordo com a fala de um dos quilombolas que residia na fazenda de Marudá³,

O acesso aos recursos naturais na fazenda era coletivo, todos podiam colocar suas roças, coletar o babaçu, e pescar livremente, a única exigência imposta era a de preservar o território. No entanto, existiam algumas pessoas mais velhas que faziam uma espécie de controle da área, as colheitas tinham todo um ritual, onde o fruto só podia ser coletado quando estivesse pronto para ser consumido. Então era feito uma reunião com as famílias e discutiam as possíveis formas de colheita. No caso do babaçu, as mulheres se juntavam e marcavam uma data para coletar e juntar os cocos. Cada uma coletava para si, partindo daí começavam a troca de diárias para transportar e quebrar. Além do babaçu as famílias retiravam juçara, buriti e caçavam animais como porco caititu, veado, paca e cotia. (Inácio Silva Diniz, vice-presidente da Associação de moradores e moradoras, produtores e produtoras da comunidade quilombola de Marudá).

Durante a execução das atividades agrícolas os trabalhadores normalmente trocavam dias. Essa prática era muito comum, e não se dava só na roça, mas na pesca e na construção de novas moradias.

A troca de dias era vista como uma forma de cooperação que visava adicionar força de trabalho às unidades familiares em certas etapas (como a roçagem), onde as regras de divisão do trabalho restringem a participação de alguns membros (no caso, mulheres e crianças), o que transforma em obstáculos certas condições naturais que, para as famílias mais providas de recursos, podem não parecer enquanto tal. A troca-de-dia pode ser vista, portanto, como um modo de controle técnico da natureza, como um aspecto do quadro tecnológico camponês, na medida em que é uma alternativa para submeter a natureza e organizar a produção. Por outro lado, este recrutamento de mão-de-obra adicional não se dá apenas a partir das regras sociais que definem as relações na comunidade (parentesco, compadrio, vizinhança) e que garantem a socialização dentro de um mesmo saber técnico, mas também a partir de uma avaliação das habilidades pessoais, remetendo a uma certa capacidade individual de bem realizar o modelo fornecido pelas técnicas de trabalho. (SÁ, 2007, p. 145).

Chegado o período de plantio, Mário fornecia as sementes às famílias que não tinham como adquiri-las ou comprá-las na quitanda instalada no Sítio. Normalmente eram novos moradores, pois os antigos, ao realizar a colheita anterior, selecionavam algumas sementes para guardar e utilizar na próxima plantação, assim eles não precisavam gastar com a compra de sementes. Outra prática comum entre os quilombolas era a troca de sementes.

É relevante mencionar que, segundo relato de morador do território, Mário não interferia nas relações de troca e venda estabelecidas entre os moradores do Sítio, e nem dizia o que eles deviam ou não produzir ou criar; ao contrário, ele os deixava bem à vontade para fazer suas escolhas e estabelecer seus vínculos. Sua única interferência dizia respeito à

³ No decorrer deste trabalho o termo Fazenda e Sítio muito proferido pelos informantes no decorrer da pesquisa empírica se referem ao mesmo lugar e em alguns momentos será substituído por Marudá Velho.

concessão de terras e quanto à aceitação de novos moradores. Antes de instalar uma nova pessoa ou uma família no Sítio, ele tinha que conhecer e saber de sua procedência por questões de segurança.

Quanto aos alimentos, os mais cultivados pelos moradores do antigo Sítio eram: arroz, banana, laranja, manga, limão, feijão, mandioca, abóbora, melancia, quiabo, milho, murici e os óleos vegetais, todos os listados eram destinados ao consumo próprio das famílias. Além desses, outros produtos como o peixe, mariscos, azeite de coco babaçu, carvão, juçara, buriti, farinha e a madeira eram produzidos, mas estes, além de abastecerem a unidade familiar, eram também destinados para comercialização. A venda ocorria nas quitandas instaladas em Alcântara, no mercado do peixe e no centro histórico em São Luís. Segundo a narrativa de um quilombola que trabalhava na quitanda:

A venda dos produtos era pequena a gente pescava e plantava só pra manter a família, quando sobrava a gente vendia. As vendas eram poucas porque as estradas no inverno ficavam todas alagadas e não deixava a gente sair. Isso acontecia, porque as estradas eram abertas pelos próprios moradores em forma de caminhos, *nois* não tinha máquina, nem podia pagar pra abrir a estrada, como hoje. Então a gente ia em grupo roçar e abrir o caminho. Todo ano tinha que roçar. (Inácio Silva Diniz, vice-presidente da Associação de moradores e moradoras, produtores e produtoras da comunidade quilombola de Marudá).

Nessa lógica, as estradas que davam acesso ao território de Marudá eram inacessíveis a transportes de pequeno e grande porte. Na maioria das vezes, o meio mais utilizado eram as embarcações rústicas de pequeno porte, utilizadas durante a pesca em alto mar. No Sítio não existia energia elétrica e nem água encanada. Essa situação dificultava o deslocamento dos idosos, das pessoas com deficiência e das crianças com problemas de saúde, assim como à entrada de uma ambulância para prestar socorro e de um ônibus escolar para transportar os alunos.

Quanto às aulas em Marudá Velho, estas normalmente

eram ministradas na casa dos próprios professores, ou em barracos de taipa coberto de palha de pindoba ou telha construídos pelos próprios moradores. Os alunos eram atendidos da 1ª a 4ª série. Os professores tinham só o curso primário (1ª etapa do 1º grau). Depois que terminavam os estudos, os alunos tinham que ir para sede cursar o 2º grau, que só funcionava à noite, o que nem sempre era possível porque nem todo mundo tinha transporte naquela época. E quando tinha nem sempre dava por causa da estrada, além de ser perigoso e alagar. Os alunos também trabalhavam com os pais durante o dia e à noite estavam cansados, aí acabavam desistindo. (Inácio Silva Diniz, vice-presidente da Associação de moradores e moradoras, produtores e produtoras da comunidade quilombola de Marudá).

Diante de tantas dificuldades a serem enfrentadas, os índices de evasão escolar eram crescentes, poucos conseguiam terminar os estudos. Entre os moradores mais velhos, muitos não sabiam ler e nem escrever e o analfabetismo era prevalecente.

Com um baixo grau de instrução dos moradores e seus poucos conhecimentos sobre seus direitos territoriais, não foi difícil para o Estado e a força Aérea Brasileira (FAB), retirá-los de seu território através de um deslocamento compulsório para então dar início às obras de implantação do CLA.

1.3 Processo de desterritorialização de Marudá Velho

Em 1980 o território de Marudá passou a ser ameaçado de desapropriação pelo poder público através do decreto nº 7.320 por estar dentro da área pleiteada pela FAB, que pretendia instalar um Centro de Lançamento de foguetes no local. Conforme a Constituição Federal de 1988, a desapropriação está prevista no inciso XXIV do Art. 5º e no Art. 184º que determinam o seguinte:

Art. 5º, inciso XXIV: O procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos definidos em lei.

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Conforme consta na legislação brasileira, a desapropriação é “*o procedimento através do qual o Poder Público compulsoriamente despoja alguém de uma propriedade e a adquire, mediante indenização fundado em um interesse público.*” (MELLO, 2014, p. 883). Desse modo, pode-se observar que somente a União poderá tratar dos casos de desapropriação.

Outro aparato legal que trata do assunto é o Decreto/Lei Nº 3.365, de 21 de junho de 1941, o qual dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública em todo o território brasileiro.

É importante frisar que nem a Constituição ou o Decreto Nº 3.365 deixam clara a definição de desapropriação. Dessa maneira, sua construção conceitual pode ser efetuada no campo doutrinário. É comum no Direito Civil fazer uso do conceito de desapropriação formulado por Miranda (1956, p. 145), onde ela estabelece que a “[...] desapropriação é o ato de direito público, mediante o qual o Estado subtrai direito, ou subtrai direito de outrem, a

favor de si mesmo, ou de outrem, por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, ou simplesmente o extingue [...]”.

Já para Gomes (1998, p. 186), “a desapropriação é, sem dúvida, o modo de perda da propriedade, visto que o dono da coisa se vê compelido a transmiti-la ao expropriante. A extinção é involuntária. O proprietário do bem não pode impedi-la [...]”.

Diante do exposto, no decorrer deste trabalho faremos a utilização do conceito de Gomes por entendermos que sua visão é adequada às demandas das comunidades quilombolas na luta por direitos territoriais coletivos. Dessa forma, a desapropriação por utilidade pública, relacionada ao caso dos quilombolas de Alcântara, não passou de um recurso utilizado pelo Estado como mecanismo de violação do direito de propriedade daquelas coletividades.

Por conta da intenção do Estado em implantar um Centro de Lançamento em Alcântara, muitas famílias foram ameaçadas e posteriormente desapropriadas de Marudá Velho. Por essa razão, não podemos dizer que com a desapropriação houve somente a retirada desses indivíduos de seu território de origem, e sim, que ocorreu um processo de desterritorialização. Segundo Haesbaert (2004, p. 312).

Uma comunidade desterritorializada caracteriza-se por viver processos involuntários de desenraizamento, perdas de autonomia e liberdade na apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico e consequente crise social e psicológica com desajustes de afirmação identitária e económica.

De acordo com o pensamento do autor, o processo de desterritorialização, consiste no abandono do território, na perda de referenciais espaciais e na desmaterialização física e geográfica dos processos sociais que se aplica a:

fenômenos de efectiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de facto impossibilitados de construir e exercer efectivo controle sobre os seus territórios, seja no sentido de dominação político-económica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural. (HAESBAERT, 2004, p. 312).

Desta maneira, a desterritorialização pode provocar a degradação de uma comunidade, gerar constrangimentos e a supressão da qualidade de seus habitantes. Geralmente esse processo ocorre quando o Estado pretende desenvolver algum projeto de “desenvolvimento” em um determinado território e que demanda grandes investimentos públicos. É importante destacar que, a qualidade de vida das comunidades depende única e exclusivamente da forma como elas se territorializam, com isso, em casos de interferência de agentes externos, essa qualidade fica sob ameaça.

Haesbaert (2004) defende que, para entender as práticas humanas, é de fundamental importância compreender a territorialização e a desterritorialização como processos simultâneos. Por essa razão o autor concebe a *“desterritorialização como o ponto de partida dos ciclos de desterritorialização-reterritorialização, isto é, de processos de perda e consequente recuperação de territorialidades aceitáveis”*.

Nessa perspectiva, o autor entende que toda comunidade desterritorializada tem que ser reterritorializada em outro espaço, embora ela não consiga recuperar sua estrutura tal e qual se inseria no contexto anterior.

Como exemplo desse processo de desterritorialização e reterritorialização, temos as comunidades de Alcântara que foram remanejadas de seu território de origem e estão reunidas nas “Agrovilas” de Peru, Pepital, Ponta Seca, Cajueiro, Só Assim, Espera e Marudá, estas vêm enfrentando vários problemas de ordem sociocultural, econômico, ambiental, dentre outros.

No caso específico de Marudá, a princípio, quando o decreto de desapropriação foi publicizado e as famílias tomaram ciência de tal ato, ficaram assustadas e se negaram a sair de seu território. Por conseguinte, os militares deram início a um ciclo de reuniões com palestras, a fim de convencer os moradores a se retirarem do local. O discurso era sempre o mesmo: de que com o deslocamento para outro território elas teriam acesso a indenizações justas, terras para plantio, escolas equipadas, posto de saúde, energia elétrica, água encanada, melhores condições de saneamento e habitação. (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BASE ESPACIAL, 2004).

Em 1983 os moradores temerosos de que essa desapropriação pudesse se consumir procuraram a assessoria do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTR) e solicitaram uma reunião junto às famílias ameaçadas de deslocamento, para esclarecer a situação e sanar suas dúvidas sobre o disposto no decreto. A reunião ocorreu na Paróquia do município e na ocasião foram prestados alguns esclarecimentos legais aos que se fizeram presentes. A notícia de que seriam destituídos de seu território se confirmou. (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BASE ESPACIAL, 2004, p. 2).

Na época, a reunião ocorreu na paróquia porque era comum “os setores da Igreja Católica oferecerem apoio significativo para a organização do movimento sindical dos trabalhadores rurais, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT).” (PAIVA, 1985 apud CARDOSO, MENESES, 2013).

Durante a reunião foi formulado um abaixo-assinado destinado ao Ministério da Aeronáutica, com algumas exigências, entre elas estavam as solicitações de:

terra boa e suficiente, acesso à praia, permanecerem juntas, água suficiente, lugar para pasto de animais, não dependência de agrovilas, casa própria, títulos definitivos de terra, escola primária completa, posto de saúde com representante do povoado, casa de forno, luz elétrica, mudas na quantidade suficiente para substituir as fruteiras, igreja, cemitério, tribuna, campo de futebol e assistência técnica. (ALMEIDA, 2006, p. 53).

Essas exigências foram discutidas e aceitas pelo Ministério da Aeronáutica e posteriormente registradas no Cartório do 1º Ofício em Alcântara, no dia 28 de julho de 1983. As famílias então ficaram satisfeitas, achando que haviam chegado a um consenso, o que não durou muito, pois o Ministério não honrou o acordo firmado e em julho de 1985 determinou que a realocação seria em glebas de 15 a 22 hectares.

Essa proposta de realocação em glebas foi recusada pelas famílias, que achavam o espaço insuficiente, as mesmas exigiram 30 hectares e estipularam um novo prazo (20/02/86) aos representantes do governo para apresentarem uma contraproposta que atendessem suas necessidades. (Inácio Silva Diniz, vice-presidente da Associação de moradores e moradoras, produtores e produtoras da comunidade quilombola de Marudá).

O governo então se omitiu e não apresentou uma contraproposta conforme requisitado. O não comparecimento dos representantes do Ministério da Aeronáutica, levou as famílias a se reunirem com o STTR e com a CPT, no decorrer do encontro ambos resolveram bloquear a MA 106 no sentido Alcântara - Itaúna, interrompendo o tráfego na área e liberando apenas quando a Aeronáutica aceitou fazer uma nova reunião para discutir o tamanho dos lotes das terras.

No dia 01/04/86 aconteceu à reunião coordenada pelo ministro das forças armadas (José Maria do Amaral Oliveira) e uma comissão composta pelo Ministério da Aeronáutica, INCRA (Instituto de colonização da Reforma Agrária), FETAEMA (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão), Prefeitura de Alcântara, STTR (Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra). Essa comissão foi formada para realizar o levantamento das áreas disponíveis, visando o atendimento de uma área de 30 hectares para cada família deslocada. (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BASE ESPACIAL, 2004, p. 02).

Durante o encontro, o Ministro das Forças Armadas e o Ministro da Aeronáutica ouviram todas as famílias, mas não se manifestaram sobre o assunto. Silva (2016) ressalta que no dia 18 de abril do mesmo ano, o então Presidente José Sarney, assinou junto com o Ministro da Aeronáutica o Decreto n. 92.571 que reduziu de 35 para 15 hectares o módulo

rural do Estado do Maranhão. Essa medida foi tomada a fim de obrigar as famílias a aceitarem as condições impostas pelo Estado.

Após a promulgação do Decreto, os militares começaram a se instalar em Alcântara e a executar o projeto arquitetônico de Marudá Novo. Sem demora, estradas foram abertas com a utilização de máquinas de grande porte, causando a destruição das árvores nativas na região (palmeiras de babaçu, guajiru e murici). Em consequência, essa ação causou revolta nos moradores, levando-os a construir uma cerca na entrada do território para impedir tal ato. Entretanto, os militares a derrubaram no dia seguinte dando continuidade às suas atividades de “limpeza” e aterro da área para construir os domicílios. (BARBOSA, 2013).

Esse conjunto de iniciativas, tomadas pelo Estado após a promulgação do Decreto, foi decorrentes de planejamentos governamentais e tem provocado profundos impactos socioambientais, alterando biomas e modos de vida de populações locais, através de reordenamento socioeconômico e espacial. (BARBOSA, 2013).

Em fins de 1986, o espaço compulsório de Marudá Novo ficou pronto conforme se vê na figura abaixo. Ele foi projetado com uma escola, um ponto de ônibus, uma lavanderia comunitária, um posto de saúde, um telefone público, uma tribuna de festas, uma casa de farinha, um campo de futebol, um cemitério e 100 casas.

Figura 2: Marudá Novo “Pronto”



Fonte: Força Aérea Brasileira, 2006

Nesse mesmo período se iniciou a retirada das famílias do território de Marudá Velho e a ruptura com seus vínculos culturais, sociais e organizacionais, de seus bens materiais e imateriais como se vê na figura a seguir.

Figura 3: No dia da desterritorialização



Fonte: Araújo, 1980.

Segundo relatos de uma moradora, o remanejamento ocorreu de forma violenta e trouxe perdas irreparáveis para sua vida, diz ela:

Minha mãe não aguentou, foi muita tristeza sair de sua casa, de sua terra, ela tinha 80 anos e dizia que preferia morrer à deixar sua vida para trás, após a nossa saída ela ficou triste, mas tão triste, que morreu de tristeza, a gente sofreu duas vezes, primeiro por perder nossas terras e depois por perder nossa mãe. Mas infelizmente a gente não podia fazer nada, fomos obrigados, puxados pelos braços pelos militares e arrastados pelo chão. Os militares estavam armados e ameaçaram a gente de prisão. (Quilombola de Marudá, Sexo feminino, aposentada, 70 anos).

Deste modo, a desterritorialização de Marudá Velho, foi um ato que gerou instabilidade, riscos e vulnerabilidade social entre os sujeitos desapropriados e foi propiciada para dar vez a implantação de um projeto de “desenvolvimento”. Conforme expressa Fernandes (2008, p. 635),

a desterritorialização será então um processo (muitas vezes violento e quase sempre involuntário) de privação de espaço. Esta corresponde a um condicionamento territorial; a uma perda de controle e domínio das territorialidades pessoais e/ou coletivas; à redução evidente das acessibilidades aos lugares econômicos e simbólicos, aos recursos, à habitação, a outros locais que constituam eixos estruturantes da identidade e da territorialidade de cada grupo ou indivíduo.

Tendo em conta a relação multissensorial das sociedades humanas com a paisagem, a desterritorialização pode corresponder a uma corrupção total ou parcial dessa ligação. Desse modo, para além das limitações de acesso, a desterritorialização pode implicar a degradação estética, visual, sonora ou olfativa das pontes sensoriais que se estabelecem entre as sociedades humanas e as paisagens. Esta discussão coloca a desterritorialização no centro do debate geográfico pois define uma escala e um padrão de análise na leitura histórica e contemporânea dos principais constrangimentos e fatores de supressão da qualidade de vida das populações.

Diante do enunciado, cabe registrar que em Marudá Velho essa desterritorialização foi forçada pelo Estado, ocorrendo de modo violento e arbitrário. Muitos moradores, ao demonstrarem resistência, foram retirados à força sob a mira de uma arma e ameaças de serem presos pelos militares. Tais estratégias foram utilizadas pelas classes dominantes para impor seu poder, e assim conter, inibir e excluir as famílias do seu território por intermédio da desapropriação. Essas ações foram motivadas em prol de um único objetivo: implantar o CLA na área. Sem medir esforços o Estado impôs e incorporou novas estruturas compatíveis com as suas intenções para apropriar-se do território.

Ademais, não custa enfatizar que um relatório feito pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos em 2017, apontou que “o processo de desterritorialização, da década de 1980, gerou graves impactos psicológicos para os indivíduos deslocados compulsoriamente, além de constrangimentos à sobrevivência física e cultural dos quilombolas”.

No total, foram desterritorializadas 100 famílias que residiam tanto em Marudá Velho quanto em outros povoados próximos. Entre eles estavam: “Santo Antônio, Ponta Alta, Curuçá, Jeripaúba, Ladeira, Caninana, Jabaquara, Fé em Deus, Pirapema, São Raimundo, Águas Belas, Cone Prata, Itamarajó, Jardim e Santa Rosa”. (ALMEIDA, 2006, p. 87). Em 1988 todas as famílias já haviam sido reterritorializadas em Marudá Novo. Em um curto espaço de tempo, já se notavam mudanças consideráveis na organização social, econômica, cultural e política construída, historicamente, pelos moradores.

1.4 O aquilombamento contemporâneo em Marudá frente ao processo de desterritorialização

Com a desterritorialização do Sítio de Marudá em 1986, as famílias foram realocadas e obrigadas a viverem em Marudá Novo, nesse mesmo período, elas desconheciam seus direitos e passaram a buscar informações junto ao STTR e a CPT do município de Alcântara. Essa iniciativa tomada coletivamente pelos quilombolas pode ser vista como o primeiro ato de resistência e luta pelo seu território de origem. Para o Governo brasileiro e as grandes empresas como a: ATECH Negócio em tecnologia S/A e a Alcântara Cyclone Space (ACS) que pretendiam investir na implantação do CLA, era comum o discurso de que Marudá Velho havia sido ocupado pelos moradores de forma irregular, de modo que não havia como comprovar legalmente sua posse por não disporem de documentos oficiais.

Com o desterritorialização as famílias se sentiram lesadas pelo Estado, que não cumpriu os acordos pré-estabelecidos. As indenizações não foram pagas e partes das terras recebidas não eram adequadas para o plantio, o que inviabilizou os moradores de se reproduzirem material e simbolicamente.

É importante mencionar que os vínculos que os moradores estabeleciam com o território desapropriado, eram fundamentais para sua sobrevivência, agora ameaçados pela desterritorialização. Isto posto, é inegável que a realização de festas e rituais das comunidades foi comprometida, o acesso aos cemitérios onde seus antepassados foram enterrados foi coibido pelo CLA, houve uma iminência à segurança alimentar. Tudo isso comprometeu significativamente a identidade étnica dos quilombolas. Os moradores se tornaram mais individualistas, atualmente, quase não há trocas de alimentos entre eles e a autonomia das mulheres foi afetada.

Lembro que no Sítio as pessoas ficavam debaixo das mangueiras e na casa de forno a tarde jogando conversa fora. Ali se falava de tudo, se sabia de tudo que acontecia as mulheres sempre estavam presentes e eram a maioria. Elas eram fortes, tomavam iniciativa e estavam a frente de tudo que acontecia por lá. Tinha mulher parteira, mulher benzedeira. Era normal elas banham nos rios próximos só de saia com os peitos de fora, essa cultura, era um costume africano. Depois que a Base veio isso mudou, as mulheres deixaram de banhar assim porque sempre tinha gente de fora e aqui em Marudá Novo não tem onde banhar assim, quase não tem rios próximos e nem igarapés. (Quilombola, sexo feminino, 75 anos, aposentada).

Aqui, a produção e reprodução não englobam somente as condições econômicas e materiais, mas também as relações sociais e a dinâmica que os sujeitos estabelecem com o território.

O território é compreendido como espaço de reprodução social e se constitui em uma dimensão material e imaterial – lócus de vida e de reprodução de valores, crenças, dentre outros, mas também espaço de luta, de resistência para continuar se reproduzindo na terra e através dessa consegue-se a reprodução social da família. (LIRA; PAULO NETTO, p. 40, 2016).

Portanto, fica evidente que à reterritorialização trouxe consequências que comprometeram a produção e reprodução das condições de sobrevivência e existência dos grupos étnicos. Para Marx

a produção/reprodução social pressupõem que o ser humano desenvolve meios para a satisfação de necessidades; ou seja, através do trabalho o ser humano interage com a natureza, retirando dela os meios para sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, constrói-se como ser social estabelecendo relações sociais na esfera da produção/reprodução social. (MARX, 1982).

Pode-se perceber, nesse sentido, como um projeto desse porte pode afetar as relações sociais concretas, as formas de resistência, o enfrentamento e o conflito de um determinado grupo

Sem querer sair da terra ao mesmo tempo que expropriado desta e de seus meios de produção, os quilombolas recriam suas formas de trabalho e suas formas de organização social e sistema de simbologias, levando-os a permanecer na terra por meio de novas estratégias que garantam sua reprodução, mesmo quando na iminência de sua expulsão da terra ou já fora destas. (LIRA; PAULO NETTO, p. 42, 2016).

Após serem reterritorializados em Marudá Novo, as famílias começaram a se acomodar nas novas moradias, conhecer o ambiente e tentar se recompor da tragédia pela qual haviam passado. Entre 1986 a 1993, elas deixaram de buscar novas estratégias para resistir e exigir do Estado e das autoridades suas indenizações e os devidos reparos legais pelo ocorrido. Nesse intervalo de tempo não participavam mais das discussões e dos debates promovidos pelo STTRA e a CPT. Sem esperanças de voltarem para seu território de origem e retomar sua rotina, elas simplesmente começaram a se reinventar e se apropriar de novos meios de reprodução para garantirem a sua sobrevivência nesse novo ambiente, sem esquecer, é claro, o que haviam deixado para trás, como é apresentado no relato oral a seguir.

Quando expulsaram a gente de nossas terras, ficamos sem chão, sem acreditar. A gente sofreu muito, teve gente que morreu de desgosto, mas infelizmente a gente não podia fazer nada, nós não tinha força embora fossemos a maioria. Eles estavam armados, a gente já tava vivendo uma tragédia não queríamos perder mais ninguém, então só nos restou viver aqui em Marudá Novo e tentar refazer nossas vidas, não foi fácil, mas era preciso. Depois disso a gente não foi mais atrás de ninguém, porque ninguém ia contra eles, a gente é pobre e fraco quando comparado aos ricos no poder. Você sabe né? (Quilombola, Sexo feminino, Residente em Marudá, 63 anos).

A história dessas famílias começou a mudar quando a Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada em 1988, ela impunha mudanças no plano formal no que consiste ao

tratamento das populações negras e indígenas, agora entendidas como integrantes do processo civilizatório da nação brasileira, sendo garantidas a estas a manutenção e proteção de suas práticas culturais, além de garantias constitucionais específicas quanto à titulação dos territórios aos remanescentes quilombolas. (FURTADO, 2014, p. 19).

Até essa ocasião, as famílias deslocadas em Alcântara eram vistas pelo Governo Brasileiro como meros posseiros, ocupantes de terras pertencentes ao Estado, sem documentação legal, desprovidos de direitos.

Após a publicização da Constituição Cidadã, iniciou-se uma vasta discussão acadêmica e também nos meios de comunicação em massa, a respeito de comunidades negras rurais e seus direitos territoriais no Brasil. Até essa data, não se discutia nem na sede e nem nos povoados de Alcântara sobre esses assuntos, falava-se muito do remanejamento, mas não o associavam e nem se pensava nele como território étnico, tão pouco como um território quilombola.

Apenas em 1993, o Sr. Sérvulo de Jesus Moraes Borges, vinculado a CPT, escutou uma entrevista na rádio Educadora, onde o entrevistado, Magno Cruz, militante dos movimentos negros, tratava em suas palavras sobre comunidades negras rurais no Maranhão. Somente neste momento, ele tomou conhecimento do assunto, espantando-se por nunca ter ouvido falar nada a esse respeito. Segundo ele:

foi um divisor de águas ouvir Magno falar sobre comunidades rurais. Eu nunca tinha pensado antes nessas questões, eu não me via como negro, como quilombola, e tão pouco pensava que em Alcântara existiria esse tipo de comunidade, mas ao ouvir ele falar, eu ficava pensando, ele está falando de nós, de Alcântara, dos povoados daqui, de mim. (Sérvulo de Jesus Moraes Borges, 67 anos, Militante e Fundador da Associação Étnica Territorial Quilombola de Alcântara).

Desse dia em diante, o Sr. Sérvulo de Jesus Moraes Borges passou a buscar mais informações sobre essas comunidades negras rurais e a acompanhar as entrevistas e os trabalhos de Magno Cruz. Dia 13 de maio de 1993, ele ouviu pela rádio uma crítica proferida pelo militante a respeito da abolição da escravatura no Brasil, o que o deixou muito pensativo. Em setembro do mesmo ano, resolveu participar de um evento em Cururupu – MA, onde se discutia sobre comunidades negras rurais quilombolas.

Ao retornar cheio de ideias, resolveu compartilhar o que havia aprendido com os moradores dos polos de Alcântara, em especial, com aqueles que foram atingidos pelo Projeto Aeroespacial. Com o conhecimento adquirido, conversou com as famílias remanejadas e ameaçadas pela base sobre suas origens e sua ancestralidade, com a finalidade principal de conscientizá-las de que elas eram uma comunidade negra rural e de que tinham direitos e deveriam lutar para acessá-los.

No território de Marudá, as reuniões organizadas pelo Sr. Sérvulo de Jesus Moraes Borges através da CPT, ocorriam sempre na tribuna de festas, segundo ele

nem todos participavam mas as mulheres sempre estavam presentes e eram maioria, elas faziam muitas perguntas e não se conformaram com a situação que viviam após o remanejamento. Não foi fácil falar de comunidades negras rurais, muitos não entendiam, mas tentei transmitir o recado da forma mais didática possível, comecei resgatando nossa história, a história de formação do território de Marudá, falando da luta dos negros e de nossos antepassados. Alguns me chamavam de doido outros ouviam atentamente. (Sérvulo de Jesus Moraes Borges, 67 anos, Militante e Fundador da Associação Étnica Territorial Quilombola de Alcântara).

Após seis anos de intensa mobilização e discussões nas “Agrovilas”, as famílias finalmente entenderam que eram uma comunidade negra rural, “com trajetória histórica própria, dotadas de relações territoriais específicas com presunção de ancestralidade negra relacionada à resistência à opressão histórica.” (FURTADO, 2014, p. 12). Ao assumirem sua ancestralidade e se reconhecerem como uma comunidade negra rural quilombola, as famílias afetadas pela base iniciaram um novo processo, o de aquilombamento contemporâneo. Nesse viés elas começaram a “fazer a passagem da invisibilidade da condição de “quilombo em si, para a condição de quilombo para si”, o que só é possível através do aquilombamento contemporâneo.” (FURTADO, 2014, p. 110).

O aquilombamento está assentando na compreensão de que embora consubstanciados em modos de vida determinantes de uma definição prévia de “comunidade quilombolas”, a existência concreta de tais comunidades não revela, conseqüentemente, que sua condição em si garantiria a inserção no plano dos direitos formais já pactuados. Necessário se faz que tais comunidades transcendam da condição de sujeitos concretos, alvos de direitos, para sujeitos sociais que se organizam na busca e efetivação de tais direitos. (FURTADO, 2018, p. 175).

Nessa perspectiva, as famílias afetadas pelo projeto aeroespacial começam a se mobilizar para enfrentar o Estado, em vista disso, em 1999, elas criam o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE) após a realização de um seminário no mesmo ano que teve como temática: “A Base Espacial e os Impasses Sociais”.

O Seminário contou com a participação de figuras ilustres como a do Professor Alfredo Wagner, membros da SMDH, do STTRA e do CCN. Para o Sr. Sérvulo de Jesus Moraes Borges, esse evento foi um marco histórico na luta pelo reconhecimento da identidade quilombola em Alcântara. Seu objetivo era discutir os problemas entre o CLA e as comunidades que haviam sido remanejadas. Ele enfatizou ainda que:

O povo da sede de Alcântara já discutia isso, não era uma discussão nova pra nós, mas o que marcou nesse evento foi que desse dia em diante as pessoas passaram a disseminar essas ideias nos polos e foi através desse evento que surgiu a ideia de se criar o MABE. Hoje eu tenho orgulho de dizer que fiz parte da construção do MABE e ainda faço. (Sérvulo de Jesus Moraes Borges, 67 anos, Militante e Fundador da Associação Étnica Territorial Quilombola de Alcântara e representante do Movimento dos Atingidos pela Base de Alcântara).

Como se vê, o MABE nasceu dentro desse contexto, sua formalização legal somente ocorreu no ano de 2000 e é composto por um secretário, um coordenador, um articulador, mobilizadores e por um membro das comunidades remanejadas e as que estão sob ameaça de serem. De acordo com publicações da Nova Cartografia Social (2015) o trabalho no MABE destina-se a:

manutenção das conquistas dos antepassados quilombolas – a posse da terra e do direito de viver uma forma de vida própria, autônoma, caracterizada por intensas relações de troca de produtos agrícolas, extrativos e artesanais; por relações de parentesco entre membros de diferentes comunidades, pelas tradições religiosas e festivas e pelo uso comum dos recursos naturais. Trabalham também para que os quilombolas tenham uma participação justa na sociedade, com educação, emprego e participação política. (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2015).

Após a fundação do MABE os quilombolas se reuniram para fazer uma denúncia ao Ministério Público (MP), e pressionar as autoridades a abrir um inquérito para apurar possíveis irregularidades durante a implantação do CLA, esse fato ocorreu em setembro de 1999.

Durante anos estamos resistindo ao tratamento desumano dado por esta sociedade a nós, primeiro, fomos escravizados e agora ficamos alheios a tudo que acontece dentro do CLA. A sociedade nos alijou do processo de construção da cidadania. Aqui em Alcântara, nós negros estamos a anos na resistência, lutando para ter acesso a posse de terras. Há anos estamos aguardando que a Base Espacial traga resultados positivos para o povo de Alcantareense e até agora não tivemos nada, só sofrimento, a pobreza é visível e cada dia nós ficamos mais temerosos, temos medo de que haja novos remanejamentos. Depois de tanto esperar que o Estado e o Governo olhasse por nós a gente ficou calejado, tivemos que começar a agir, pois se a gente ficasse parado seria pior, o governo prometeu muitas coisas e não nos deu nem 1/3 do que havia dito, por isso resolvemos agir e tentar buscar soluções pros problemas sociais que ele mesmo criou, as discussões que eu incitava nos polos era para acordar nosso povo, para mostrar que somos seres de direito, que devíamos agir, se a gente não tivesse agido estaríamos até agora na mesma situação, ou quem sabe, em uma condição até pior. Nós então estamos lutando por dias melhores, pelos nossos direitos, por um espaço nessa sociedade e por uma vida digna. (Sérvulo de Jesus Moraes Borges, Representante do MABE e da ATEQUILA, 67 anos).

Através desse relato oral podemos observar que as famílias remanejadas e afetadas de alguma forma pela Base, estão buscando novas estratégias de luta para resistir às imposições arbitrárias do Estado. A cada dia que passa, elas vêm incorporando o processo de quilombamento para buscar políticas que tragam melhorias para seu território.

Portanto, é de suma importância frisar que, essa luta só se tornou real e concreta, a partir do momento em que as famílias atingidas pela Base começaram a desenvolver atividades que buscavam resgatar e fortalecer a identidade quilombola dos moradores. De acordo com a fala de Torquato Leandro Pimenta:

Quando a gente não entende quem é de fato, não sabe de onde veio, e nem conhece a nossa história a gente aceita qualquer coisa que fale para nós, a gente não quer ser uma pessoa sem passado, largada. Todo mundo tem uma história, uma família e nós somos uma. Aqui em Marudá Novo nós só passamos a ir atrás dos nossos direitos quando entendemos de onde a gente veio, aquelas terras foram importantes pra nossa família, foi uma conquista deles e nós temos que lutar por elas doa a quem doer. Eu não sou rica e nem branca por isso as coisas são mais difíceis pra mim, mas nem por isso vou desistir de lutar pela nossa terra; meu pai morreu sonhando com elas e hoje eu fiz do sonho dele o meu. (Torquato Leandro Pimenta, 80 anos, aposentado, Morador de Marudá Novo).

Como se observa através deste relato oral, as famílias somente começaram a se organizar a partir do momento em que entenderam sua história, seu passado e a importância do território para manutenção de sua vida material e imaterial. Essa tomada de consciência, embora não tenha ocorrido em sua totalidade e de forma homogênea entre os sujeitos, foi crucial para “mobilizá-los politicamente, levando-os a passar de uma existência atomizada para uma existência coletiva.” (Cf ALMEIDA, 2008 apud FURTADO, 2014, p. 6).

Diante do exposto, é notável que, mesmo as famílias tendo iniciado o processo de tomada de consciência, ainda havia muito no que se avançar, principalmente para que elas assumissem o seu ser social de direito e obtivessem seu reconhecimento étnico-racial e territorial. Nessa perspectiva, será apresentado no próximo capítulo, alguns dos efeitos sociais sentidos pelos quilombolas após serem reterritorializados no território de Marudá Novo e o modo pelo qual eles atribuíram um novo significado a esse espaço, a sua cultura e a produção de alimentos necessária à sua reprodução.

2 OS EFEITOS SOCIAIS DO REMANEJAMENTO QUILOMBOLA NO TERRITÓRIO DE MARUDÁ NOVO

No decorrer deste capítulo, iremos tratar acerca das principais implicações sociais geradas aos quilombolas após serem realocados em Marudá Novo e como eles se reinventaram neste território para assegurar seu modo de vida e produção. Abordaremos, também, as formas de organização política e sindical, que passaram a reger o Novo Território de Marudá, sobretudo no que diz respeito à luta pelo reconhecimento étnico, do título coletivo do território e pela implantação de políticas públicas que propiciem a redução das vulnerabilidades sociais existentes.

2.1 De quilombo a “Agrovila”: a ressignificação socioespacial e territorialidades étnicas

Em 1988 as famílias que residiam em Marudá Velho já haviam sido todas reterritorializadas em Marudá Novo, que estava situada ao norte do município de Alcântara. O acesso ao território se dá através da MA 106, ao se percorrer um ramal de aproximadamente 5 km, por uma estrada de piçarra, como se observa na figura a seguir.

Figura 4: À esquerda a MA 106 e à direita o Ramal que dá acesso a Marudá Novo

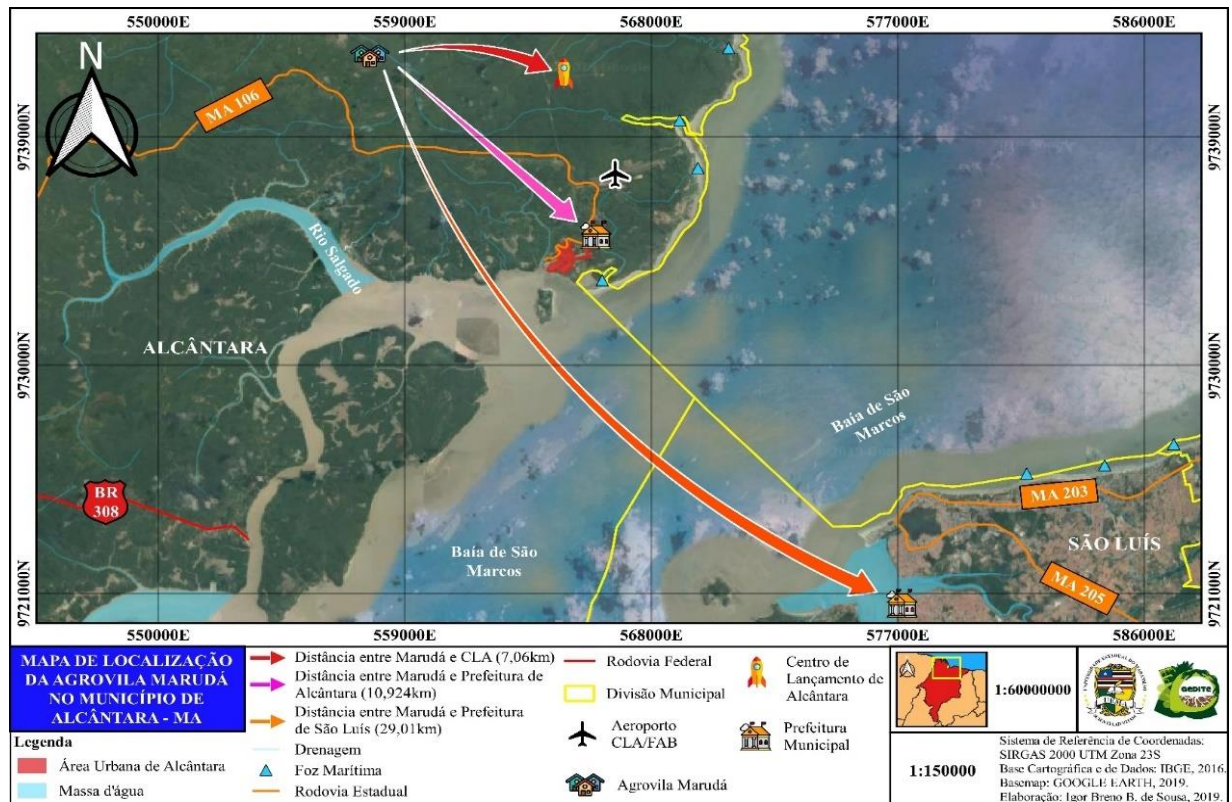


Fonte: Autora, 2019.

Atualmente o território está a uma distância de aproximadamente de 10,924 km da sede de Alcântara e a 29,01 km da capital São Luís, por via marítima. Ressalta-se que o cálculo da distância entre esses pontos foi estimado levando-se em conta o deslocamento

linear espacial, que não considera os desvios e sempre tendem a ser menores, conforme demonstra o Mapa a seguir.

Figura 5: Mapa de Localização do território de Marudá Novo em Alcântara



Fonte: IBGE, 2016. Elaboração: SOUSA, 2019.

Quando o espaço de Marudá Novo ficou “pronto”, dois meses antes do remanejamento, os militares se encarregaram de realizar uma reunião com as famílias para dar-lhes a oportunidade de opinar quanto ao nome. Na ocasião, o termo “Agrovila⁴” já havia sido definido entre os arquitetos e os militares, e não entrou na pauta das discussões. O único questionamento levantado na ocasião foi quanto ao segundo nome que fora deliberado em assembleia pública como expõe um quilombola:

Quando Marudá Novo tava pronta, os militares fizeram uma reunião com todas as famílias que iam ser remanejado. No dia eles perguntaram para nós qual deveria ser o nome de lá. Em comum acordo todos decidiram manter o nome da maior comunidade que era Marudá. Lá tinha mais gente, tinha uma escola e uma quitanda. Tudo era resolvido lá, aí seguimos a mesma ordem para dar os nomes das ruas. A reunião foi demorada porque tivemos que escolher o nome de quatro ruas além do nome de Marudá Novo. (Manoel Silva, 75 anos, Morador de Marudá Novo).

4

O termo “Agrovila” é oficial e foi estipulado pela Aeronáutica sem consulta prévia às famílias

Como se observa no relato, o território de Marudá Novo recebeu esse nome porque na época das negociações com o CLA, as famílias, em comum acordo, optaram em dar o nome da comunidade mais populosa. Marudá foi a escolhida por estar dentro deste critério. A mesma regra foi seguida durante a denominação das ruas, conforme se vê na figura abaixo.

Figura 6: Ruas de Marudá Novo



Fonte: Autora, 2018.

Cabe enfatizar que Marudá Novo foi dividido em quatro ruas: a rua São Raimundo e Jardim, cada uma com 20 casas, a rua Jabaquara com 29 e a rua Pirapema com 31. Cada imóvel possuía dois quartos, uma sala, uma cozinha, um banheiro externo e um quintal com uma área de aproximadamente 30x50m.

Recobrando a discussão quanto à escolha do nome dado ao Novo Território, um quilombola discorre que:

no dia da reunião para escolha do nome de Marudá Novo, as famílias não queriam utilizar o nome “Agrovila”, isso porque nós não somos só agricultores, nós sabemos fazer muitas outras coisa, como, pescar, caçar e fazer azeite, mas, quanto a isso, não tivemos a oportunidade de opinar. Ainda tentamos, mas eles falaram que isso não estava em discussão e não pudemos fazer nada. Por causa disso, tem moradores que dizem que moram em Marudá Novo, na “Agrovila” de Marudá e no Quilombo de Marudá. Eu por exemplo, sempre digo que moro no quilombo. (Máximo. Presidente da Associação de moradores e moradoras, produtores e produtoras da comunidade quilombola de Marudá Novo)

Por conta da forma que foi definido o nome do território, atualmente os quilombolas quando questionados sobre onde residem, se identificam de formas diferentes. Alguns declararam que vivem na “Agrovila” de Marudá, outros, no quilombo de Marudá ou em Marudá Novo. Isso ocorre frequentemente porque para eles o termo “Agrovila” se refere a comunidades que trabalham e lidam predominantemente com atividades agrícolas, o que os descaracteriza por não corresponder com a vida em Marudá Velho, pois lá, a agricultura não era prevalecente, e sim, a pesca seguida da caça, como revela um quilombola:

Quando a gente morava em Marudá Velho, todos pescavam, plantavam, colhiam babaçu, murici, açaí e criava animais de pequeno porte. Lá a gente fazia um pouco de tudo para viver. Como se vê, a gente não é só agricultor como expressa o significado da palavra “Agrovila”. Esse nome não representa os moradores, nós não somos só agricultores, eu me recuso a dizer que vivo em uma “Agrovila” por não me reconhecer como tal. (Inácio Silva Diniz, vice-presidente da Associação de moradores e moradoras, produtores e produtoras da comunidade quilombola de Marudá).

Através dessa fala, pode-se perceber que as famílias perderam suas referências, principalmente no que diz respeito a sua identificação com o Novo Território. Sabe-se que quando uma comunidade quilombola perde seu espaço, elas também perdem suas diretrizes. Ao serem inseridas no território de Marudá Novo, elas tiveram que se adequar e se reorganizar segundo as novas configurações socioespaciais do atual ambiente.

É notório que, a implantação do CLA gerou muitos efeitos sociais, além de ter se tornado uma ameaça para a reprodução material e imaterial dos povos e comunidades tradicionais que foram desterritorializados. “Tais efeitos foram resultantes de um processo social que se desencadeou na área a partir da intervenção do Estado e também da estrutura social preexistente.” (SIGAUD, 1979: 5 apud DAOU, 2010: 285).

O CLA foi apresentado como um amplo projeto de desenvolvimento que promoveria um grande progresso local e nacional. Assim, com a publicidade dessas ideias, ele teve altos investimentos e ignorou os impactos sociais e ambientais que poderiam gerar aos povos e comunidades tradicionais que residiam na área. Para Sigaud (1979 apud BRAGA, SILVA 2011, p. 102)

A implantação de projetos de grande porte produz efeitos que extrapolam sua área de alcance, causam mudanças na configuração territorial, alterando estruturas e relações sociais construídas historicamente. Contudo, somente os efeitos espaciais imediatos (ocorridos no momento da desapropriação da área e da construção da obra) são avaliados pelas empresas responsáveis pelo projeto. Os efeitos sociais provocados pela remoção da população são analisados apenas quando são levantados os custos da desapropriação e indenização dos proprietários. Esses efeitos, na verdade, podem ser sentidos em curto prazo, na desconstrução de estruturas pré-estabelecidas, ou seja, na desapropriação da área, ou em longo prazo na construção de novos territórios, para onde será relocada a população da área onde será construído o empreendimento.

No novo Território de Marudá, durante as primeiras semanas, as famílias sentiram os efeitos sociais do remanejamento ao perceberam que não havia sido só as habitações que tinham ficado para trás, mas tudo que dava significado para sua vida material e imaterial. Alguns se separaram de seus parentes e amigos, outros abandonaram plantações, os corpos de seus parentes e o sentimento de pertencimento a um determinado território. Tudo isso foi sentido e vivenciado por cada indivíduo de uma forma particular, como se observa no relato oral a seguir.

Quando eu cheguei em Marudá Novo, na nova casa, estranhei tudo. Na primeira semana senti saudades dos meus primos e amigos. Eu não podia ir vê eles mais sempre que eu queria, eles foram para o Peru que é muito longe. Minha filha era pequena tinha só 4 anos e chorava com saudades deles e dos amiguinhos. Eu também senti falta de comer peixe fresco e de ir trabalhar na roça logo cedo. Confesso que cheguei a chorar, mas tive que reagir, falei com meu marido e começamos a limpar o quintal, um pedaço de terra para plantar e a arrumar a casa. (Maria da Anunciação Silva e Silva, 51 anos, moradora de Marudá Novo).

É conveniente registrar que, antes de iniciar as atividades na lavoura, os quilombolas tiveram que adequar alguns espaços das residências, limpar os quintais e adaptar o domicílio às suas necessidades, como é relatado a seguir:

Quando a gente chegou na casa o quintal era cheio de mato, o mato entrava na cozinha, a gente tinha medo de alguma cobra aparecer e entrar na casa, aí a primeira coisa que fizemos foi capinar o quintal. Depois fazer um puxado para construir uma cozinha, a gente fazia isso porque a casa era pequena, eu tinha 4 filhos e a casa só tinha dois quartos, era muita gente na casa e a única solução era usar a cozinha como quarto e fazer um puxado no fundo para ser a cozinha. (Máximo. Presidente da Associação de moradores e moradoras, produtores e produtoras da comunidade quilombola de Marudá Novo).

As casas onde os quilombolas foram residir após o remanejamento só dispunham de dois quartos, estes, não comportavam todos os membros da família, isso porque eram

pequenos e as famílias, extensas. Por esta razão, os proprietários passaram a utilizar a cozinha como quarto e a fazer um puxado no quintal. Geralmente, a estrutura do novo compartimento era feita de taipa, com piso batido e coberta de palha. Nos dias de hoje, esses puxados não seguem mais o mesmo padrão quanto a sua construção, alguns moradores os engendram de tijolo, com piso queimado, coberta com telha de cerâmica ou de telha maxiplac brasilit. Essa diferença se dá entre aqueles que têm um poder aquisitivo mais elevado, como aposentados, pensionistas, assalariados e os servidores públicos.

Quanto às condições de saneamento básico, alguns moradores relataram que, ao se instalarem no novo espaço, as residências não possuíam água encanada, banheiros com fossa e nem energia elétrica.

Quando recebemos a casa, logo percebemos que não tinha banheiro dentro como o CLA prometeu para nós, do lado de fora na minha casa só tinha a estrutura com um buraco, em outras tinha um vaso, mas não tinha água encanada. Os moradores tinham que ir andando até a lavanderia comunitária onde ficava o poço para trazer água pra casa, só assim a gente podia fazer comida e banhar. Não era fácil carregar água o dia todo. À noite eu estava muito cansado e com dor nas costas. Em Marudá Novo, só tinha um poço, a situação era pior pros moradores das últimas casas, porque eles tinham que andar até 400 metros para apanhar água. Aqui também não tinha energia elétrica, ambas só foram instaladas oito anos depois da nossa chegada aqui. (Torquato Leandro Pimenta, 80 anos, aposentado, Morador de Marudá Novo).

Como no território não havia nenhum sistema de saneamento básico, de esgoto sanitário, de limpeza urbana e de manejo dos resíduos, os moradores fazem uso de banheiros rústicos como o que se vê na figura abaixo.

Figura 7: À esquerda, o banheiro rústico construído pelos moradores e à direita, pelo CLA



Fonte: Autora, 2019.

Em relação ao lixo produzido pelos moradores, este é jogado nos quintais de suas residências, popularmente chamado por eles de “munturo”, isso quando não é queimado. A água consumida, era retirada de um poço, movido pela força braçal e sem nenhum tipo de tratamento. Hoje há uma bomba que ajuda a puxar a água, mas as famílias ainda têm que se deslocar até a lavanderia para ter acesso à mesma.

Cabe acrescentar ainda que as famílias foram proibidas pela administração do CLA de frequentarem os antigos cemitérios que estão na área de abrangência da base, tendo em vista que os restos mortais das pessoas ali enterradas não foram transferidos para um novo cemitério, e logo, foram sendo cobertos pela vegetação. Isso se deu devido ao resultado da população ter sido proibida de visitá-lo livremente, como explica o Sr. João Garcia:

Durante alguns anos mantivemos a tradição de ir todo dia 2 de novembro, no dia de finados visitar as covas de nossos parentes e amigos em Marudá Velho, mas com o tempo, o CLA passou a não autorizar mais a nossa entrada nesta data, isso aconteceu já faz um tempo, a gente ainda tentou conversar e argumentar, mas eles fazem como querem e não se importam com nossos sentimentos. (João Garcia, 70 anos, aposentado, Morador de Marudá).

Além das famílias sofrerem com todas as situações expostas acima e terem sua rotina alterada, elas também conviveram com a insegurança alimentar ao perderem suas plantações conforme expressa o depoimento a seguir:

A gente perdeu as nossas plantações, já estava na época da colheita, o CLA prometeu ajudar a gente com alimentos, cestas básicas por seis meses, até as nossas novas roças ficarem prontas para colheita. Só que isso não aconteceu, a gente plantou pela primeira vez e não deu certo, a plantação de mandioca Vianinha apodreceu porque as terras têm muita água, aí perdemos tudo, tivemos que plantar novamente um novo tipo de mandioca, a tabaroa que se adaptava ao solo. (Máximo. Presidente da Associação de moradores e moradoras, produtores e produtoras da comunidade quilombola de Marudá Novo).

Antes do deslocamento, os quilombolas eram acostumados a plantar a mandioca Vianinha, por esta se adequar a todos os tipos de solo. Com ela, dava para se produzir farinha de mesa branca e amarela de boa qualidade em um período de oito meses. No Novo Território os trabalhadores tiveram que se habituar ao cultivo de outra variedade, a Tabaroa, com ela, só dava para produzir a farinha branca, pouco consumida pelas famílias, além de não ser muito rentável. Isso ocorre por conta do baixo teor de betacaroteno da espécie, o que atribuía à coloração branca ou creme, impossibilitando a produção de farinha de puba/ amarela pura sem adição de corantes. Geralmente ela é de baixa qualidade e possui um ciclo maior, de 12 meses.

Quando os quilombolas residiam em Marudá Velho, as famílias produziam 20 paneiros/cesto de farinha, isso quando a colheita era considerada fraca, e 30 quando era boa. A farinha era um item indispensável na alimentação diária e fazia parte da cultura. Após a colheita, todos se reuniam para comemorar e agradecer pela produção através de uma grande festa, comumente chamada de festa da farinha.

Antes da festa todos se reuniam para planejar, vê como ia ser, o que cada um ia levar, a gente fazia no terreiro de festas, lá ficava uma mesa com farinha, juçara, beiju de forno, era muita comida que aparecia. Antes de começar a festa, a gente fazia nossas oferendas em agradecimento à colheita, todos participavam, velho, criança e jovem, às vezes vinha até gente de fora, de outros povoados para tocar o tambor, era gente convidada para ser o festeiro. (João Garcia, 70 anos, aposentado, Morador de Marudá).

Durante a celebração, o festeiro é a pessoa responsável em bater o tambor e animar o festejo, ele poderia ser do povoado ou não, isso dependia das indicações dos nomes que surgiam durante a organização. O evento ocorria no mês de junho, no mesmo período das colheitas, *“todos gostavam e participavam, tantos os jovens quantos os adultos e as crianças se divertiam muito, eles brincavam e dançavam a noite inteira”* (João Garcia, 70 anos, aposentado, Morador de Marudá).

Nos dias de hoje, em Marudá Novo a festa da farinha não é mais realizada, isto porque a produção caiu muito e as famílias, caso a safra seja boa, só conseguem fazer no máximo 15 paneiros. É pertinente destacar que, um paneiro de farinha corresponde a 30 kg, ou seja, eles produziam entre 600 a 900 kg em Marudá Velho e hoje não conseguem produzir mais que 400 kg, isso quando há uma colheita generosa. Outro fator que vem interferindo na produção é o solo de alguns lotes que não é fértil, poucas pessoas conseguiram áreas que não encharcam. Por consequência, houve uma queda expressiva no cultivo da mandioca e os quilombolas relataram que não há o que se comemorar.

Figura 8: Produção de Farinha em Marudá Novo



Fonte: Autora, 2019

Nem o fato de Marudá Novo está situada próxima a rios temporários e perenes possibilitou aos moradores manterem as atividades laborais durante a produção de farinha, segundo a fala de um quilombola,

a produção é sempre fraca, isso ocorre mesmo por conta da terra que é ruim, a gente tem condições de fazer mais, porque moramos perto de rios temporários e perenes, e isso nos possibilita a continuar trabalhando mesmo quando a bomba do poço queima ou quando falta energia. A gente podia carregar água do rio e colocar a mandioca de molho mas sem mandioca não tem o que se fazer. (Máximo. Presidente da Associação de moradores e moradoras, produtores e produtoras da comunidade quilombola de Marudá Novo).

A casa de farinha em Marudá foi construída pelos militares e possuía um forno mecânico que hoje se encontra desativado.

O forno daqui era todo equipado, a gente não sabia nem usar tivemos que aprender. O problema é que quando a máquina quebrava o CLA não mandava arrumar, a peça era muito cara e mesmo que a gente fizesse uma vaquinha também não dava para pagar, aí não teve jeito tivemos que voltar a fazer a nossa farinha como antigamente usando a força braçal. Nós não podíamos ficar sem trabalhar, nossa família depende da gente pra se manter. (Máximo. Presidente da Associação de moradores e moradoras, produtores e produtoras da comunidade quilombola de Marudá Novo).

Além da produção de mandioca, todas as atividades relacionadas à agricultura foram comprometidas. Nos dois primeiros anos no território de Marudá Novo, as famílias enfrentaram períodos de fome e desespero. Impedidas de continuar desenvolvendo suas

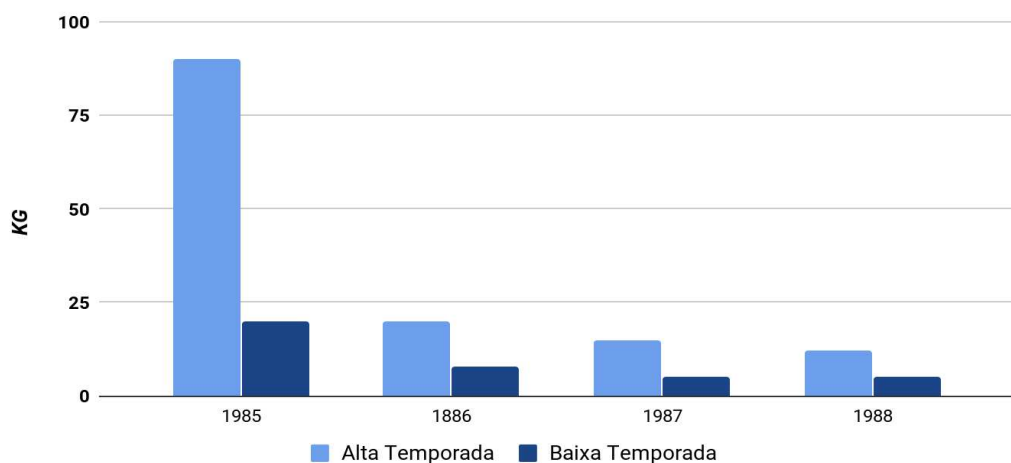
atividades econômicas tradicionais, por conta das péssimas condições de fertilidade do solo, elas tiveram a sua cultura e sua segurança alimentar e nutricional comprometidas.

No tocante às atividades extrativistas, não foi diferente. Quanto a isso os quilombolas discorrem que:

lá não apegou arroz, milho e não tinha babaçu para as mulheres colherem, era longe do mar, então passamos a comprar sal para conservar a comida, secar o peixe pra guardar e acordar 4 h da manhã pra ir até a fazenda de Marudá pescar e quebrar coco. A gente andava 4 h a pé até chegar lá, depois mais 1 h até à praia, normalmente os homens iam pescar e as mulheres coletar e quebrar o coco. (Máximo. Presidente da Associação de moradores e moradoras, produtores e produtoras da comunidade quilombola de Marudá Novo).

Antes do deslocamento a pescaria era realizada constantemente pelos quilombolas. Eles residiam cerca de 300 metros de distância da praia. Essa prática fazia parte da rotina diária das famílias. Habitualmente, eles conseguiam capturar cerca de 20 kg de peixe por semana, isso quando consideravam estar em baixa temporada, e 90 kg quando estava em alta. Com o deslocamento, eles não conseguiram manter o padrão, e hoje, somente conseguem capturar de 5 a 15 kg como demonstra o gráfico adiante.

Gráfico 1: Produção de Farinha em Marudá Novo



Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Segundo relatos de um quilombola entrevistado, por ano, a produção de pescado antes da desapropriação chegava a:

16,8 toneladas, nos dias de hoje os pescados capturados não passam de 4,8 toneladas. Transformando em dinheiro o peixe dava uma renda bruta antes de aproximadamente R\$ 75.600 mil por ano. Hoje em dia o pescado só dar uma renda de R\$ 21.700 mil por ano. Esse valor não é individual por quem pesca, é o que conseguimos arrecadar todos juntos. (Inácio Silva Diniz, vice-presidente da Associação de moradores e moradoras, produtores e produtoras da comunidade quilombola de Marudá).

Essa situação se agravou ainda mais por conta da distância do território de Marudá Novo em relação às áreas de praias, pois o acesso se tornou mais laborioso e nem todos possuem um meio de transporte para se deslocar. Transportar o peixe se tornou uma tarefa árdua. Todos que praticam este ofício sentem a necessidade de comprar uma bicicleta por causa da distância e, conseqüentemente, facilitar o transporte dos pescados, além disso, se faz necessária a compra de um isopor e gelo para conservar o peixe durante o traslado.

Hoje em dia, os peixes capturados são destinados ao consumo próprio, já os excedentes, são vendidos na comunidade dentro de um isopor por meio de motos e carros que vão de porta em porta conforme se vê na figura.

Figura 9: Pescadores se deslocando até o mar e vendendo peixe



Fonte: Inácio Silva Diniz, 2008; autora 2019

Vale ressaltar que os pescados antes do deslocamento eram consumidos pelas famílias, sua venda se dava apenas quando elas sentiam a necessidade de comprar açúcar, café e sabão. Outra prática comum era a troca entre os quilombolas por farinha e sal. Ademais, a

administração do CLA impôs algumas restrições aos que desejassem manter essa atividade. Sobre essa questão, Almeida (2006, p. 158) expõe que:

O acesso à praia pelos moradores só poderia ser efetuado sob controle administrativo do CLA, este distribui crachás para os que exercem essa atividade e os monitoram por meio de uma guarita disposta na entrada da área, registrando o movimento de cada pescador. As pessoas que não levam o crachá ou o documento de identificação são impedidas de entrarem.

Para efetuar o cadastro, é necessário que o solicitante se dirija ao CLA, leve documentos pessoais e uma foto 3x4. Em seguida o cadastro passará por uma averiguação para apurar supostas irregularidades entre os dados fornecidos, e em 24 horas é emitido um parecer liberando ou restringindo o acesso a área de pesca ao requerente.

Após aprovação do cadastro, a administração do CLA emite um crachá e entrega ao solicitante. Também é fixada uma lista com os nomes daqueles que estão autorizados a adentrarem nas guaritas que dão acesso à área de praias, por fim, é deixada uma cópia nas viaturas a fim de manter o controle de quem entra e sai. Sobre esse assunto um quilombola comenta que:

Hoje não é mais necessário levar a identidade e nem o crachá para mostrar na guarita antes de entrar para pescar, muitos perdiam e molhavam e como já possuíamos cadastro com foto, nós apenas nos identificamos, damos nosso nome completo e o segurança autoriza a entrada. Mas nem sempre foi assim, a gente teve que brigar por isso, antes se a gente molhasse o crachá ou perdesse tínhamos que tirar outro, e quando isso acontecia a gente ficava sem pescar até resolver o problema no CLA. (Inácio Silva Diniz, vice-presidente da Associação de moradores e moradoras, produtores e produtoras da comunidade quilombola de Marudá).

O acesso às áreas de pesca sem o crachá somente foi viável após uma reunião realizada entre os trabalhadores insatisfeitos com essa situação e o chefe de segurança da Aeronáutica. Como há um cadastro com foto e em cada guarita tem um computador, dispensou-se o uso desse meio de identificação, agora, basta informar o nome completo e o vigia verifica no sistema antes de permitir o acesso.

Com tantas exigências e restrições, o consumo de peixe e a pesca em alto mar decaíram muito. Antes, os quilombolas realizavam dez pescarias por semana, agora é somente uma. Os que ainda resistem e praticam o ofício, compõem um grupo de 11 homens. Um deles explica as situações a que se submete para poder desenvolver tal atividade.

A gente tem que sair 5 h da manhã para pescar, assim que nos mudamos íamos a pé, agora vamos de moto ou de bicicleta. Mas nós não podemos ir todo dia, às vezes a gente passa mês sem ir à praia pescar por causa dos lançamentos de foguetes. O CLA não deixa a gente entrar pra pescar quando tem lançamento e nós ficamos no prejuízo sem poder trabalhar e até sem ter o que comer, eles deveriam pagar uma indenização para nós, mas não querem, não pagam. Ai aqueles que tem uma condição melhor, que são aposentados compram o peixe de Mamuna. Antes era pior, a gente nem poderia ir porque eles proibiram, isso aconteceu até a justiça determinou que a gente fosse. (João Garcia, 70 anos, aposentado, Morador de Marudá).

Quando há operações de lançamentos na Base, os quilombolas passam até 45 dias sem poder adentrar a área de pesca. Com as atividades suspensas e as restrições de acesso, eles são duramente prejudicados, pois não há nenhuma política compensatória. Em face do exposto, boa parte dos quilombolas deixou de praticar essa atividade e passou a comprar o peixe ou a sardinha enlatada nos pequenos comércios.

No passado, os moradores conseguiam ir e voltar rapidamente no mesmo dia, sobrando tempo ainda para a lavoura. Hoje, eles têm até que dormir no local. Além disso, quando há lançamento de foguetes, o acesso das comunidades a área do CLA é proibido por questões de segurança. Contudo, como eles necessitam do acesso ao mar para a pesca, algumas famílias têm dificuldades para conseguir outra fonte de alimento, tendo de recorrer a vizinhos ou, quando ainda possuem algum recurso, compram o peixe de outras comunidades. (MELLO, 2008, p.42).

Tendo em vista os fatos apresentados, fica clara a relação que os quilombolas mantinham com seu território de origem e, igualmente, sua dependência em relação ao mar como forma de manter sua autonomia produtiva, que se encontra ameaçada. Os que não podiam pescar chegavam a passar fome, conforme declara um quilombola:

Eu mesmo já passei o dia apenas com um copo de café preto, minha barriga doía de fome, às vezes eu comia salsicha com farinha, tudo porque eu não podia ir pescar, eu tinha que ficar com meus pais, eles eram doentes e idosos. Para matar nossa fome resolvemos colher frutas nas terras de uma comunidade próxima, não só eu mas todos que estavam nessa situação. A gente comia manga com farinha e os moradores de lá chamavam à gente de porcos mortos de fome. A gente sofreu muito preconceito, era humilhante. Lágrimas. (Inácio Silva Diniz, vice-presidente da Associação de moradores e moradoras, produtores e produtoras da comunidade quilombola de Marudá).

“Submetidos a uma situação de carência de alimentos, os moradores de Marudá Novo partem em busca de recursos alimentares longe de suas residências ou se submetem a ingerir embutidos e enlatados vendidos nos estabelecimentos comerciais” (ANDRADE; 2006; p. 47). Para tentar superar essa situação, uma das alternativas encontradas pelas famílias foi a

utilização de igarapés e porções de mangue de outros povoados, além de passarem a cultivar suas roças em áreas apropriadas por povoados vizinhos.

Cabe mencionar que, no Novo Território de Marudá não há palmeiras suficientes para manter as atividades voltadas ao extrativismo do babaçu. Uma das poucas mulheres, que ainda pratica o ofício, quando indagada sobre o assunto discorre que:

Quando viemos pra cá já tinha pouca palmeira, o CLA mandava um caminhão pra levar as mulheres pra coletar o coco em Marudá Velho a cada 15 dias, ia umas 30 pessoas ou mais. A gente catava coco o dia todo e trazia o caminhão cheio pra quebrar aqui. Até que um dia eles não mandaram mais, não deram justificativa e também não deixaram mais nós entrar lá pra catar o coco. Depois disso as coisas ficaram difíceis, o coco é pouco tem que andar muito e pouca gente vai atrás pra catar, pra quebrar é mais fácil de achar quem queira, mas pra catar são só umas 6 que ainda vão, as outras compram da gente o azeite ou o óleo de soja na venda. (Domingas Silva Diniz, 63 anos, moradora de Marudá).

A extração do babaçu no Novo Território de Marudá é feita atualmente em pequena escala devido à escassez de palmeiras, essa atividade é desenvolvida exclusivamente pelas mulheres que tentam resistir a essa situação.

Eu acordo 5 h e vou catar coco, o sol tá mais frio, eu já estou velha e me canso rápido, mas ainda vou, muita gente diz para eu parar, mas eu continuo, é bom trabalhar, fazer as minhas coisas, tenho minhas encomendas de azeite aqui na comunidade, às vezes da sede, de outro povoado ou de São Luís. Faço pouco azeite no máximo 6 litros, e antes eu fazia de 20 a 30 em Marudá Velho. Aqui tudo é mais difícil, mas até que o que eu faço tem saída e dá pra tirar um bom dinheiro. Eu não vendo sabão porque não sei fazer. (Domingas Silva Diniz, 63 anos, moradora de Marudá Novo).

A venda do produto é realizada no próprio território, na casa de Dona Domingas Silva Diniz. Segundo ela, muitas mulheres já conhecem seu trabalho, gostam do azeite e se dirigem até a sua casa para comprá-lo. Não raro, as pessoas de outros povoados próximos se dirigem até ao território em busca do produto. Uma moradora relatou:

eu compro o azeite na mão de dona Domingas, é bom, eu gosto, o médico disse que eu tenho gastrite, quando como óleo me sinto mal, aí compro azeite porque eu acho natural, mais saudável, não tem conservante, não é industrializado. Mesmo achando caro compro. Lá em Marudá Velho eu fazia, mas aqui é mais difícil prefiro cuidar da minha roça. (Maria da Anunciação Silva e Silva, 51 anos, moradora de Marudá Novo).

O azeite é comercializado no território de Marudá por R\$ 20,00 o litro, normalmente é destinado a amigos e conhecidos. Já para as pessoas de fora tem o custo entre R\$ 25 e R\$ 30, esse preço varia conforme a dificuldade em se encontrar o coco para coletar. A figura adiante

demonstra bem essa realidade de escassez, na qual os montes de coco nos quintais já não são tão volumosos como se via antigamente.

Figura 10: Coleta do coco babaçu em pequena escala



Fonte: Autora, 2019

Em Marudá Velho as mulheres tinham total autonomia para extrair o azeite do coco babaçu, vender a amêndoa, o sabão e o carvão. Ao fim de cada safra, era realizada a festa do coco para comemorar a colheita. Atualmente, muitas quebradeiras de coco abandonaram o ofício por conta das dificuldades durante a coleta, como se pode ver na narrativa adiante.

Em Marudá Velho tinha babaçu pra todo lado, a gente se reunia, ia com as amigas e os filhos pra catar coco, Já aqui, além de não ter perto, é difícil porque temos que andar muito se quisermos catar coco na Base, ou temos outra opção, de ir pras terras de outra comunidade aqui perto, eles não gostam da gente lá, já expulsaram nós várias vezes porque acham que vamos acabar com os cocos deles, e eu sinceramente não quero confusão, então deixei de ir, minha idade também já não me permite trabalhar duro, pegar peso e passar horas no sol, minhas costas doem muito. (Maria da Anunciação Silva e Silva, 51 anos, moradora de Marudá Novo).

Por conta dessas situações o azeite é produzido em pequena escala, quem não o produz acaba comprado ou substituído por óleo de soja industrializado e à festa do coco não é mais realizada, são poucas as que ainda resistem à essa situação e buscam alternativas criativas para superar essa condição e obter através de seu trabalho sua própria renda. As demais realizam atividades do lar, se mantêm com os recursos financeiros do marido e de alguns programas sociais do governo federal.

Isto posto, é relevante destacar que o território de Marudá Novo foi instalado dentro das terras pertencentes à outra comunidade que à União se apropriou. Como consequência, as famílias que ali residem, não possuíam a titulação das terras em seu nome. Este fato contribuiu com o crescimento do êxodo rural, pois impedia os moradores de construírem novas habitações. Por essa razão, os jovens quando se casavam migravam para outras comunidades próximas, para a sede de Alcântara ou para São Luís – MA. Conforme a fala de um morador antigo:

Quando o filho de Mário construiu a primeira casa em Marudá porque ele ia casar com uma moça daqui o CLA soube e vieram vários militares juntos para derrubar. Mas a gente soube antes e reunimos todos os moradores e não deixamos. A gente se reuniu na frente da casa, éramos muitas pessoas eles não podiam fazer nada, eles ficaram com medo porque viram a gente revoltado e foram embora ameaçando voltar. Já tiraram a gente da nossa terra, agora querem impedir que a gente viva perto de nossa família. (Quilombola de Marudá, 50 anos sexo masculino, representante da Associação de Marudá Novo)

Diante dessa ocorrência, muitas famílias se revoltaram e exigiram uma reunião com o CLA almejando uma solução. Como alternativa, ele autorizou a construção de novas casas impondo algumas exigências: comunicar à Força Aérea com antecedência para poder emitir uma permissão e manter o padrão das moradias anteriores. Essas imposições não foram aceitas e as famílias se revoltaram mais ainda. Atualmente, elas apenas comunicam o fato ao órgão competente, este escolhe a área mais apropriada e em seguida eles constroem a casa nos padrões que desejarem. Após o acordo, foram construídos 11 imóveis a mais no território a exemplo da figura.

Figura 10: Acima temos uma casa construída a gosto após acordo com o CLA, abaixo modelo padrão



Fonte: Autora, 2018

É importante destacar que nenhum quilombola recebeu a documentação comprobatória de propriedade da casa e dos terrenos, o que os deixa muito temerosos diante dos rumores de um novo deslocamento como se constata nesta explicação oral feita pela Sra. Francisca Diniz.

Quando eu era criança vim pra cá, eu era pequena, mas me lembro que foi difícil, hoje já estou acostumada aqui e não quero sair novamente daqui pra outro lugar. Mas eu sei que isso pode acontecer, moro na casa dos outros porque não tenho documento, enquanto a gente não tiver documento o pessoal do CLA pode tirar a gente daqui a qualquer momento e nós não podemos fazer nada, por causa disso a gente tá lutando pra conseguir o título da terra. (Francisca Diniz, 42 anos, Quilombola de Marudá Novo).

Prosseguindo, no tocante aos aspectos religiosos, destacam-se o festejo de São Sebastião realizado entre os dias 18 a 20 de janeiro e o de Nossa Senhora do Carmo que ocorre nos dias 14, 15 e 16 de julho. Sobre essa prática religiosa, Rocha (2014, p. 104) explica que:

Durante os festejos os grupos realizavam a tradicional troca de visita – segundo os moradores essa troca é feita quando cada povoado leva um grupo de pessoas para um festejo e em retribuição a essa visita, o festeiro anfitrião levará também um grupo para prestigiar o festejo do povoado visitante. Durante as visitas o grupo compra bebidas e ingressos do baile. Isso gera renda para o festeiro anfitrião e este serve comida aos visitantes e recebe a quantia em dinheiro referente ao ingresso para entrada no salão de festas de todos os convidados ali presentes. Isto representa para o festeiro um lucro garantido para ajudar nas despesas feitas para a realização do festejo. Destaca-se também a importância desses eventos para atestar a relação interdependência entre os povoados.

A troca de visitas é uma forma das famílias se aproximarem umas das outras e de reforçarem as relações interpessoais entre os moradores dos povoados que acabaram por se afastar com o deslocamento.

Os festejos de São Sebastião e de Nossa Senhora do Carmo, normalmente duram três dias, nem sempre se segue o calendário à risca, às vezes ele sofre alterações, pois quando cai durante a semana, fica complicado para as famílias se prepararem por conta de seu trabalho. Desse modo é preferível que ocorra nos finais de semana, em vista disso, caso coincida durante a semana, eles se preparam apenas para o fim de semana seguinte, sendo assim, eles têm tempo de organizar todas as etapas da cerimônia como demonstra Araújo (1990 apud ROCHA, 2014, p. 103):

1º dia - antevéspera: preparação dos bolos de tapioca, doces secos (espécies) e doce de calda; 2º dia - véspera: matança dos animais; distribuição de carne para os mordomos; busca, enfeite e levantamento do mastro; ladainha e festa dançante à noite; 3º dia - dia do Santo: café ou chocolate com bolo de tapioca; festa dançante durante todo o dia; almoço; procissão com a participação dos juizes, mesa dos juizes (jantar); mesa dos mordomos, mesa dos trabalhadores; ladainha e festa dançante; 4º dia – lava-pratos: continuação da festa dançante; cerimônia do pelouro, onde são indicados o novo festeiro e os juizes; derrubamento de mastro e feijoad.

Assim, a festa de São Sebastião, padroeiro de Marudá, continua sendo celebrado no Novo Território como era de costume no anterior, entretanto com algumas mudanças, como discorre um morador:

A festa de São Sebastião era realizada de forma diferente, aqui é bonito, mas lá era mais. Lá no Sítio de Marudá a gente tocava sanfona, sopro, violino e cordão na procissão, nas ladainhas e na reza. Tinha muita música era um festejo lindo. Hoje ninguém nem fala em sopro pra tocar na procissão só do reggae. Sinto falta de nossas origens. A gente cantava chorando ao redor do mastro, chorávamos na ladainha ouvindo sopro. (Torquato Leandro Pimenta, 80 anos, aposentado, Morador de Marudá Novo)

Outro símbolo da expressão religiosa identificado foi a dança do coco e o bumba-meu-boi muito esperada pelos moradores, que se dão no período das festas juninas (1º a 30 de junho). Existem no Território três grupos religiosos: os evangélicos, os católicos e os benzedeiros. Sendo estes dois últimos muito discriminados pelos evangélicos como se nota na narrativa de um morador.

Eu aprendi rezar sozinho, eu era católico e hoje frequento a igreja dos crentes, mas ainda rezo e sou padroeiro de São Sebastião. Eles não entendem, mas eu digo pra eles que isso é um dom que Deus me deu e se alguém vier me procurar e pedir pra eu rezar eu rezo. Eu sempre digo para aqueles que me falam isso que São Sebastião existia antes da igreja deles e que o Deus é só um, por isso não deixo de ir para igreja e nem de fazer minhas rezas. Tem muita gente que não gosta e me julga, mas eu não faço o mal, não deixo, sei que só existe um Deus, não tem dois. Quando a gente morava no Marudá Velho isso não acontecia, todo mundo respeitava todo mundo e eu era muito procurado, eu e as parteiras, tinha os curandeiros também lá, hoje pouca gente me procura pra rezar. Eu rezo pra quebranto, febre, olho gordo, tiro sol, em ferida aberta e não cobro nada vai da consciência de cada um. (Torquato Leandro Pimenta, 80 anos, aposentado, Morador de Marudá Novo).

Com a realocação para o território de Marudá Novo, os quilombolas passaram a ter contato com outras práticas religiosas e com isso muitos moradores deixaram de respeitar e tolerar as escolhas uns dos outros. Em razão disso, há uma discriminação em curso por parte dos evangélicos no tocante aos curandeiros, benzedeiros, praticantes da umbanda, contudo, somente os mais velhos ainda procuram, fora do território, fazer uso dessas práticas.

Aqui ninguém dança mais no terreiro, se quiser dançar tem que ir pra outros polos. Tambor também não se toca mais aqui, não temos curandeiras... Antes em Marudá Velho e assim que chegamos aqui a gente via uma cura a cada três meses. Hoje ninguém vê mais isso aqui, ainda tem duas parteiras mas elas só fazem parto em caso de urgência. Rezador só uns dois ou três. (Torquato Leandro Pimenta, 80 anos, aposentado, Morador de Marudá Novo).

Quanto às parteiras, atividade exercida exclusivamente pelas mulheres, hoje existem somente duas no território. Ambas não exercem mais essa função com o mesmo empenho de antigamente. A esse respeito, a prima de uma parteira discorre que:

ela fazia muito parto no Sítio, hoje todo mundo vai pra sede, para Pinheiro e se for muito grave vai pra São Luís para ter filho no hospital. Quando ta perto de ter, elas vão e ficam na casa de parentes ou de amigos esperando a hora, depois que elas vão pro hospital a família é avisada, a mãe ou a sogra vai acompanhar para não incomodar, você sabe? não dar pra ir muita gente assim pra casa dos outros. Os partos que ela faz são aqueles de urgência, hoje se alguém passa mal a gente vai na casa do agente de saúde e ele liga pra ambulância vir buscar, a gente também vai atrás de carro pra levar quando não dá para esperar. (Domingas Silva Pinto, 53 anos, Moradora de Marudá Novo).

Como se pode notar nesta seção, após a implantação do CLA, as famílias realocadas em Marudá Novo perderam a possibilidade de reproduzir seu modo de vida e produção. Sua inserção nesse espaço não significou apenas em seu remanejamento para um novo pedaço de terra, mas este processo envolveu a perda da identidade dos sujeitos reterritorializados. Na reconstrução de uma nova identidade e no reconhecimento de seu território étnico é que lutas são contínuas e incessantes até nos dias de hoje. Nesse prisma, Viegas (2014) expressa que:

[...] a construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais.

Diante do exposto, fica claro que a implantação do projeto aeroespacial em Alcântara trouxe consigo o rompimento com as referências identitárias anteriores construídas durante séculos, além de fazer com que eles incorporassem novas identidades e hábitos ao seu cotidiano, como vimos no decorrer desta seção. Essas situações apresentadas acima, são decorrentes de uma determinada opção tecnológica, “seus efeitos são produto das relações sociais concretas, dos enfrentamentos e dos conflitos, que em geral, escapam às avaliações tópicas produzidas com base em manuais simplificados e simplificadores do ‘social’”. (SIGAUD, 1979).

Ante a isso, pode-se constatar que a reterritorialização dos quilombolas gerou muitas implicações de ordem social, o que levou a comunidade a se ver com outros olhos e se reinventar dia a dia. Antes, as famílias não sentiam a necessidade de se associar a um sindicato, de conhecer mais a fundo seus direitos territoriais ou ter uma associação na comunidade. Mas após a desterritorialização para implantação e execução desse grande projeto de impacto, que é o CLA e, principalmente, após a omissão do Estado e do poder público, eles passaram a se organizar no Novo Território e buscar vínculos com outras instituições fora da região para fortalecer e manter a luta pelos seus direitos fundamentais como veremos adiante.

A seguir, iremos apresentar como os efeitos sociais se manifestaram na organização política dos quilombolas em Marudá Novo.

2.2 O processo de definição quilombola em Marudá Novo

Como vimos na seção anterior, o processo de definição quilombola em Marudá se iniciou após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 e a

inserção do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Desde então, abriu-se um amplo debate sobre o assunto nas instâncias públicas e privadas, além de se tornar pauta na agenda política do governo Federal, Estadual e Municipal. Sua repercussão na mídia (jornais, rádios e na TV) chamou a atenção dos moradores em Alcântara. Estes começaram a se apropriar do debate e a mobilizar as comunidades negras rurais do município, que haviam sido deslocadas compulsoriamente, rumo à luta pelo reconhecimento de seus direitos territoriais e constitucionais.

Antes da Constituição Federal, os moradores de Marudá não falavam em comunidades negras rurais e não se reconheciam como quilombolas, esses termos passaram a ser difundidos entre os moradores somente em 1993, com as mediações do STTRA, MABE e da CPT.

A gente só veio falar em comunidade e quilombo depois que viemos para Marudá Novo, isso lá pra década de 80 e 90, isso é coisa nova, antes ninguém falava assim. Eu sei que quilombola é preto, descendente de escravo, com sangue mais forte. Sei que é importante que eu me identifique assim porque as pessoas falam pra gente dizer e explicam pra nós. (Meriluce Diniz Silva, Quilombola, 66 anos, moradora de Marudá).

Através deste relato oral, pode-se perceber claramente que até fins de 1980 e meados de 1990, os moradores de Marudá ainda associavam os quilombos com o período escravocrata e ao período colonial no qual se punia e perseguia os trabalhadores de pele negra.

O quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira sobretudo um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser rememorado. Inaugura uma espécie de demanda, ou nova pauta na política nacional: afrodescendentes, partidos políticos, cientistas e militantes são chamados a defluir o que vem a ser o quilombo e quem são os quilombolas. A partir da Constituição Federal promulgada em 1988, cujo Artigo 68 das Disposições Transitórias prevê o reconhecimento da propriedade das terras dos "remanescentes das comunidades dos quilombos", o debate ganha o cenário político nacional. Por trás de algumas evidências, pistas e provas: surgem novos sujeitos, territórios, ações e políticas de reconhecimento. Delineiam-se desde então novas questões de identidade que perpassam as lutas por cidadania e sua versão, trágica e festiva, a folclorização. (LEITE, 2000, p. 6).

Ao se apropriarem desse discurso, os representantes do MAB, do STTRA e da CPT começaram, nos polos, a realizar reuniões junto às famílias camponesas das regiões atingidas pela Base, e iniciaram também, uma construção de estratégias de luta para reivindicar do Estado seus direitos através de um grupo denominado de “Equipe Central”.

Deste modo, os quilombolas começaram a sair da invisibilidade e do anonimato para se impor e reivindicar juridicamente seu território. Por meio dessas iniciativas e de sua repercussão, outros agentes externos se uniram à luta, entre elas, destaca-se:

O CCN- Centro de Cultura Negra do Maranhão, ACONERUQ – Associação das Comunidades Negras Rurais do Maranhão, MABE- Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara, SMDH – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, estudiosos com destaque para os antropólogos Alfredo Wagner Berno de Almeida e Maristela de Paula Andrade, além outras instituições governamentais e não governamentais. (ROCHA, 2014, p. 112)

A luta pelo território se tornou mais consistente, tomando novos rumos com o apoio dessas entidades e com a promulgação do Artigo Constitucional nº. 68 do ADCT, que estabelece: *“aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos definitivos”*.

Apesar do apoio dessas entidades e instituições, da publicação do Art. 216 na C.F e do Art. 68 da ADCT, os moradores de Marudá relatam que só passaram a se entender e se definir como quilombolas no ano de 1998, após a realização do Projeto Quilombo Resistência Negra (PQRN), executado pelo Centro de Cultura Negra (CCN) do Maranhão.

O PQRN foi criado por grupo de educadoras populares, militantes do movimento negro e pertencentes ao CCN, com o propósito de contribuir de forma positiva no processo pedagógico de escolas instaladas em territórios quilombolas que se encontravam em processo de identificação para que dessa forma tivessem seus direitos reconhecidos o que tange à posse coletiva de suas terras.

O Projeto teve apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviços – EZE-CESE, através do Programa de Apoio ao Movimento Negro - PAMN. As atividades foram desenvolvidas a partir de um diagnóstico prévio nas comunidades a serem contempladas pelo projeto.

Além das atividades educacionais, foi desenvolvido em Marudá, por meio deste projeto, ações de caráter político-cultural com o objetivo de fortalecer a identidade étnico racial dos moradores. Destarte, o processo de definição quilombola em Marudá se deu através do autoreconhecimento e fortalecimento da identidade de seus moradores a partir da mediação de agentes externos. De acordo com uma publicação referente ao PQRN, este tinha como principais objetivos:

Capacitar professoras das comunidades negras rurais; escrever a história das comunidades, no final do Programa, como forma de possibilitar o resgate e a resistência cultural da população negra rural e para servir de documentação para a comprovação de que as terras ocupadas pelos negros eram territórios quilombolas; produzir instrumentos pedagógicos a serem utilizados pelos educadores em capacitação; trocar vivências entre as comunidades, a fim de traçar metas de ações comuns para o fortalecimento das organizações comunitárias; e garantir a defesa de direitos e maior poder de intervenção da população negra rural nas mudanças sociais. (PROJETO QUILOMBO RESISTÊNCIA NEGRA, 2003, p.49).

As atividades do PQRN, no território de Marudá, envolveram além dos professores, pedagogos, coordenadores escolares e das lideranças, os idosos, os adultos, as crianças e os adolescentes. Entre suas ações pode-se destacar a:

Capacitação de professores com atividades modulares sobre as relações étnicoraciais e a educação; Orientação e acompanhamento de planejamento pedagógico com os professores; Oficinas de Formação para a Cidadania com adolescentes e jovens; Estímulo a criação de grupos de jovens e/ou outras formas organizativas e reivindicatórias; Oficinas de Gênero e Etnia com mulheres e homens; Realização de oficinas temáticas com lideranças quilombolas e comunitárias; Realização de seminários, cursos e palestras com todos os moradores do quilombo. (PROJETO QUILOMBO RESISTÊNCIA NEGRA, 2003, p. 50).

Durante as capacitações entre os idosos e adultos, estes demonstravam mais interesse em obter informações sobre o processo de reconhecimento do direito de propriedade estabelecido na C.F. Nesse período, a luta pelo direito de ter acesso a terra era o tema principal das discussões entre os moradores em Marudá, todas as ações que tratavam do assunto direta ou indiretamente chamavam a atenção dos moradores.

Um quilombola relatou que os trabalhos desenvolvidos pelo professor Alfredo Wagner no município, para mapear a região, instigou ainda mais a curiosidade dos habitantes, especialmente daqueles que foram deslocados. Para ele:

É inegável que a vinda do professor para Alcântara mudou os rumos da nossa história. Passamos a conhecer mais do nosso passado através de suas pesquisas nos polos, e além disso, passamos a ter um mapa do território, coisa que a gente não tinha antes, e que a gente usa até hoje. (Antônio Moraes, Quilombola, sexo masculino, 33 anos).

É notável que, desde o surgimento das leis que amparam os quilombolas como novos sujeitos dotados de direitos, desenhou-se em Alcântara uma nova arena na qual se movem diferentes sujeitos, entre eles, Andrade (2009, p.54), cita os:

integrantes das próprias comunidades, seus porta-vozes colocados na sede do município e na capital do estado, representando as organizações de comunidades negras rurais, assim como funcionários de órgãos oficiais. Advogados e outros profissionais atuando em entidades não-governamentais e em entidades confessionais, antropólogos realizando pesquisas na área e atuando no INCRA, parlamentares de todos os matizes ideológicos e partidários, integram essa arena onde se disputa a autoridade da fala legítima em nome desses sujeitos e onde se enfrentam, também, diferentes interesses na condução do que parece ser o móvel de todos: a titulação do território quilombola e a defesa dos direitos desses homens e mulheres.

Como se pode notar, as famílias que residem em Marudá tiveram que passar por vários estágios para poder compreender o que seria uma comunidade quilombola. Para que elas pudessem se ver e se reconhecerem como tal, a presença dos mediadores externos foi fundamental, tendo em vista que, na época, as famílias tinham muitas dificuldades de terem acesso à informação, pois não havia sequer energia elétrica no território, o deslocamento para a sede ou para capital era cheio de dificuldades por conta das péssimas condições das estradas e da escassez de transporte.

Hoje, boa parte dos moradores, com orgulho, se reconhece como quilombola. Orgulham-se de seu passado de resistência e se mantém na luta para ter acesso ao reconhecimento de seu território como quilombola. No entanto, ainda existem uns poucos que não se reconhecem como tal, que não se abrem para essas novas discussões e não se engajam na luta por medo de perderem o pouco que lhes restou. De qualquer forma, todos(as) se sentem ameaçados pela Base, e relembram com muita dor os efeitos sociais do remanejamento.

2.3 A dimensão política do território de Marudá

Em 1988, dois anos após serem reterritorializados em Marudá Novo, os quilombolas resolveram criar uma associação de moradores para reivindicar seus direitos junto ao CLA e a prefeitura municipal de Alcântara. Uma das motivações para sua fundação, deu-se segundo relatos do atual vice-presidente, Inácio Silva Diniz, por incentivo dos representantes do próprio CLA e da Prefeitura Municipal de Alcântara.

Toda vez que a gente ia cobrar algo do CLA, todos os moradores iam juntos. Aí os representantes do CLA junto com o Prefeito de Alcântara orientavam a gente a criar uma associação, eles diziam: vocês têm que se organizar por meio de uma associação, ter um representante, uma pessoa jurídica que os respalde e fazer isso de forma legal. (Inácio Silva Diniz, Vice-presidente da Associação de Moradores e Moradoras, Produtores e Produtoras da Comunidade Quilombola de Marudá Novo).

Os quilombolas, então, se viram obrigados a criar a associação, pois toda vez que iam pleitear algo junto ao CLA e à Prefeitura, não tinham êxito e ouviam sempre a mesma resposta. À vista disso e motivados por suas insatisfações, os mesmos resolveram fundar uma associação e pediram um direcionamento ao Tenente da Aeronáutica. Em atendimento à solicitação dos moradores, a Instituição resolveu enviar até o território de Marudá Novo dois

técnicos, uma assistente social e um advogado para orientá-los sobre os trâmites legais a serem tomados para iniciar o processo de criação da associação. Nesse momento, a própria equipe que estava representando a Aeronáutica, fez a indicação do primeiro nome de um morador para ser Presidente, no caso, o Sr. Torquato Leandro Pimenta, como declara:

Depois que a aeronáutica me indicou a gente fez uma reunião com os moradores para saber se eles aceitavam, aí todos concordaram que eu ficasse como Presidente. Depois disso a gente criou um grupo⁵. Lembro que cheguei a ir várias vezes na cidade (São Luís) falar com o seu Silas no Ministério da Fazenda, ele me disse: senhor dentro de um ano você nunca regularizou essa associação? e eu respondia, não porque Deus ainda não deixou, eu não tenho o dinheiro. (Torquato Leandro Pimenta, 80 anos, aposentado, Morador de Marudá Novo)

O Sr. Silas orientou o Sr. Torquato quanto aos trâmites burocráticos necessários para criação e legalização da associação, além disso, fez uma breve explicação do artigo 5º, inciso XVII da Constituição Federal e do artigo 53 do Código Civil Brasileiro que dispõem sobre as associações. Com todas as dúvidas sanadas, ele deu início aos trâmites burocráticos para legalizar a Associação.

Depois que saí no Ministério da Fazenda fui pra Alcântara falar com a comadre Benita para me ajudar lavrar o livro. Aí ficou o restante dos documentos pendente. Fui falar com meu irmão João Leitão, ele era Prefeito de Alcântara nós criamos junto, aí as coisas andaram, ele disse, fale com Silvana ela vai acompanhar você, era a filha dele. Depois disso e com a ajuda dela, antes de chegar em um ano eu legalizei o grupo. Mas antes de legalizar tivemos que escolher um nome. (Torquato Leandro Pimenta, 80 anos, aposentado, Morador de Marudá Novo).

Como se vê, o Sr. Torquato não mediu esforços para tentar fundar a primeira Associação no Território de Marudá. Após concluir parte dos trâmites legais ficou pendente apenas a criação de um estatuto que orientasse os associados e o nome da entidade.

Para poder escolher o nome da associação, o Sr. Torquato realizou uma reunião com o grupo para expor como seriam os procedimentos a serem seguidos: como a associação funcionaria, e quais seriam os direitos e deveres dos associados. Em seguida, levantou-se outra pauta, agora, para escolha do nome da entidade, como proposto por ele:

⁵

Antes da formação legal da primeira associação os moradores se articulavam usando o termo grupo.

Eu disse pra todo mundo que queria uma reunião sábado à noite no colégio, porque de manhã todo mundo estava trabalhando. Durante a escolha do nome da associação Linaldo deu a ideia de colocar o nome de Arnaldo Tavares e Paula disse que seria melhor Deputado Saboia, aqui até tem uma escola com esse nome Deputado Saboia, eu nem sei quem ele é, nunca vi, nunca veio aqui. Eu não concordei com isso e disse: vem cá quem é o padroeiro daqui? Linaldo disse que não sabia, aí a Paula perguntou porque que tinha que ser o nome do padroeiro, eu expliquei pra ele o que minha avó dizia, ela dizia que cada lugar tem um padroeiro, aí eu disse que o padroeiro daqui é o mesmo de Marudá Velho, é São Sebastião, isso tá errado, colocar outro nome, temos que colocar o nome do padroeiro. Eles ainda bateram o pé, falaram, mas no fim todo mundo aceitou. Aí ficou o nome de Associação dos Moradores de São Sebastião de Marudá em homenagem ao padroeiro. (Torquato Leandro Pimenta, 80 anos, aposentado, Morador de Marudá Novo).

Observa-se que durante a escolha do nome da Associação, em nenhum momento se indagou, sequer, a possibilidade de se fazer alguma menção ao fato de ser quilombola. O Sr. Torquato, então, explica porque: *“nessa época a gente ainda não falava em quilombola, nem em comunidade, isso é coisa nova, recente, de hoje em dia, por isso não colocamos esse nome, a gente nem pensava nisso.”*

Realizada a escolha do nome da associação e a aprovação do estatuto, o Sr. Torquato agendou outra reunião na escola da comunidade, que ocorreu em março de 1990, com o propósito de esclarecer as dúvidas pendentes entre o grupo e, aproveitando a presença de todos no local, passaram a eleger representantes que iriam compor a primeira gestão da associação de São Sebastião de Marudá. Na ocasião, foi eleito um Vice-presidente, primeiro e segundo tesoureiro, primeiro e segundo secretário, três fiscais e três suplentes de fiscais cuja função era exercer um mandato de dois anos, podendo este ser prorrogado por uma única vez por igual período. Para finalizar a reunião, ele tentou fazer uma arrecadação entre os que desejassem cooperar espontaneamente para arcar com as despesas referentes ao advogado e as taxas de registros no cartório. Poucas pessoas colaboraram, o dinheiro era pouco, e faltava a assinatura de um advogado nos documentos para finalizar a legalização da entidade.

Não satisfeito, o Sr. Torquato continuou buscando meios para poder oficializar a associação, nos relatos abaixo ele explica como procedeu para conseguir tal feito.

Eu não podia parar ali, faltava pouco só a assinatura de um advogado nos papéis. Aí só para assinar o Estatuto, o Advogado cobrou 500 cruzados, só para assinar. Eu não tinha esse dinheiro e fui falar com dona Benita. Ela disse pra eu falar com seu Fernando Mendonça Advogado, depois ele chegou, ela piscou o olho pra mim e eu entendi, logo me dirigi a ele e disse, senhor você pode assinar uns papeis pra mim? É de uma associação carente, ele pediu pra olhar, leu, leu, leu, leu tudo e depois assinou e me disse, quando o senhor precisar de uma assinatura pode me chamar que eu assino para você. (Torquato Leandro Pimenta, 80 anos, aposentado, Morador de Marudá Novo).

Após seis meses, em outubro de 1990 quando corrido todos os trâmites legais e burocráticos, a entidade finalmente foi registrada e denominada de Associação de São Sebastião de Marudá, seu endereço era o mesmo do S.r. Torquato, primeiro Presidente da entidade, isso porque a comunidade não possuía um espaço físico próprio onde ela pudesse funcionar. Ele residia na rua Jabaquara em Marudá Novo.

Figura 11: Primeiro Presidente da Associação de São Sebastião de Marudá



Fonte: Autora, 2019.

O principal objetivo da Associação de São Sebastião era representar os moradores de Marudá e buscar parcerias que pudessem trazer benefícios para a população. Para Machado *et al* (1987, p.116-117) ela se “*converteu no principal instrumento para alcançar benefícios ue, de outra forma, não seriam obtidos, tornando-se, pois, um meio para obtenção de equipamentos comunitários, serviços e infraestrutura produtiva que lhes permitisse sobreviver enquanto um grupo social*”.

Neste caso, a Associação de São Sebastião de Marudá foi concebida para mediar e representar os moradores na luta por melhorias na comunidade, e claro, reivindicar por seus direitos junto ao CLA que deixou de cumprir com suas obrigações formalizadas em um acordo registrado em cartório antes da desterritorialização.

De acordo com Wautier (2001, p. 11, apud POZZER; 2010, p.32),

A principal função das associações é, sem dúvida, desempenhar uma função social: constituídas de membros solidários, elas visam à constituição de uma comunidade de interesses baseada na defesa de direitos sociais iguais. Elas visam à criação de formas de inserção social e de responsabilização, assumindo o papel de mediação entre os cidadãos e as instituições.

No ato da fundação da Associação de São Sebastião de Marudá não se pensou em contemplar os trabalhadores e trabalhadoras agrícolas. Seus representantes não pensavam em projetos estruturantes como ferramenta fundamental que pudessem contribuir com o desenvolvimento local, não considerava a luta pelos direitos territoriais, apenas representava os interesses comuns dos moradores associados, como relata um afiliado

A Associação representava os moradores; tentava resolver os problemas de falta de água na comunidade; as brigas entre os moradores; reunia os moradores para limpar as ruas; cortar o mato da estrada para abrir mais o acesso, organizava as missões para as mulheres irem catar coco em Marudá Velho. Tirava as carteirinhas dos associados para eles poderem apresentar quando ia ao médico; ir falar com o pessoal do CLA pra resolver alguma situação como a liberação dos homens para ir pescar. Era basicamente para isso que a associação servia. (Manoel Silva, 75 anos, Ex filiado a Associação de São Sebastião, Morador de Marudá Novo).

Com o passar dos anos, os moradores começaram a deixar de pagar a taxa de contribuição da Associação, ela foi perdendo força e visibilidade dentro do território. Então, houve o surgimento de novas questões, exemplificadas na fala a seguir

As coisas foram mudando, surgiu as discussões territoriais, a luta pela titulação das nossas terras, de nossas indenizações, por políticas públicas para a comunidade, pelo nosso reconhecimento como comunidade quilombola, então muitas coisas mudaram e a gente sentiu a necessidade de participar de uma associação que contemplasse os trabalhadores e trabalhadoras rurais, uma associação que lutasse pelos nossos direitos territoriais, de ir atrás de nossas indenizações que a base nunca pagou, o que a de São Sebastião não fazia. (Manoel Silva, 75 anos, Ex filiado a Associação de São Sebastião, Morador de Marudá Novo).

Por essa razão, muitos moradores deixaram de se associar e de participar das reuniões, tendo em vista que não se sentiam representados. Com poucas contribuições e sem arrecadação, a instituição foi perdendo seus valores sociais e deixando de prestar contas junto a Receita Federal. Com o passar dos anos, a Associação acumulou muitos débitos e ficou irregular. Isso fez com que suas atividades fossem interrompidas em 2000. Em uma tentativa de regularizá-la, os moradores ainda realizaram uma arrecadação entre si para tentar cobrir as despesas com os impostos e, não sendo suficiente, ela acabou sendo desativada em 2000.

Entre os anos de 2000 e 2011, os moradores de Marudá Novo ficaram sem uma pessoa jurídica para representá-los legalmente e, segundo Manoel Silva, isso trouxe perdas irreparáveis para a comunidade, que acabou se acomodando com a situação e deixando de reivindicar seus direitos, como expõe em sua fala:

Nesse período todo que ficamos sem um representante o CLA se omitiu de muitas coisas, principalmente porque nos acomodamos e deixamos de cobrar, a gente ficava insatisfeito por sempre ouvir não. Eles também diziam que precisávamos de um representante jurídico para cobrar, a nossa associação estava desativada e não tinha mais um representante legal. Posso dar como exemplo o dia que eles se negaram a deixar a gente entrar nas áreas de pesca por quase um ano, até a gente entrar na justiça através do Sindicato dos Pescadores de Alcântara. As mulheres foram proibidas de entrar lá para coletar o coco babaçu. Eles proibiram a gente de construir novas casas e reformar, surgiu as licitações da agricultura familiar e a gente não podia participar. Tudo isso aconteceu nesse intervalo de tempo. Aí tivemos que nos virar e meio que nos acomodamos até ouvir falar da Constituição, dos nossos direitos, até participar das palestras, reuniões e principalmente depois da ação pública contra o CLA em 2002. Depois disso ficamos mais espertos e resolvemos reativar nossa associação, como ia sair muito caro e a gente não tinha dinheiro pra isso resolvemos fundar outra que sairia mais barato. (Manoel Silva, 75 anos, Ex filiado a Associação de São Sebastião, Morador de Marudá Novo).

Em 2002, o “Centro de Lançamento de Alcântara foi objeto de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal, a qual teve curso na 3ª Vara da Seção Judiciária do Maranhão.” (ALMEIDA, 2002). O objetivo era analisar as implicações geradas com a implantação do CLA às comunidades quilombolas de Alcântara.

Para realizar essa atividade, o antropólogo Alfredo Wagner foi requisitado, após aceitar o convite ele realizou um:

Trabalho de campo pericial, envolvendo consultas a fontes secundárias, produção de mapas e obtenção de dados in loco, que se estendeu de 05 de abril a 11 de junho. As visitas aos povoados ocorreram entre 12 de abril e 02 de maio e entre 07 e 09 de junho de 2002. Ao todo, foram visitados 53 povoados e obtidas informações sobre duas centenas deles. (ALMEIDA, p.22, 2006).

Após a produção deste relatório, as comunidades que antes tinham deixado de lutar por seus direitos junto aos órgãos competentes, voltaram a se mobilizar e a reivindicar seus direitos territoriais com suporte do STTR e do MABE, entre elas estava Marudá Novo.

Em dezembro 2003 as famílias atingidas pela base se mobilizaram, o STTR e o MABE organizaram dez oficinas de consulta e uma assembleia geral com a participação de mais de 300 pessoas de polos diferentes, de acordo com o Sr. Sérvulo de Jesus Borges

O objetivo das oficinas era ouvir os quilombolas e criar uma estratégia para buscarmos nos organizar coletivamente e tentar regularizar nosso território. Os representantes do STTR, o padre, um professor pedagogo e um advogado sempre estavam presentes nas oficinas para ajudar a conduzir as atividades que ocorriam em polos diferentes, cada semana era em um polo, eu sempre estive à frente da organização e lembro que foi emocionante ver o resultado dessas oficinas. No final quando a gente se reuniu para ver o que os participantes tinham proposto observamos que todos, mesmo sem se comunicarem, sugeriram a criação de uma associação mãe. Daí fiquei com aquilo na cabeça, pensando de forma isso poderia acontecer, conversei com o padre e o advogado e decidimos criar uma associação mãe. Mãe porque ela ia contar com um representante de cada associação dos povoados, esse representante seria o presidente, ele seria a ponte, ia levar as informações para os outros do seu povoado e trazer as reivindicações deles, mas isso não impediria de outras pessoas participassem caso quisessem. Pensamos em uma pessoa por povoados, como temos 217 povoados seria um por comunidade. Ninguém ficaria de fora e se sentiria representado. Foi assim que surgiu a ideia de criar a Associação do Território Étnico Quilombola de Alcântara (ATEQUILA). (Sérvulo de Jesus Moraes Borges, 67 anos, Militante e Fundador da Associação Étnica Territorial Quilombola de Alcântara).

Como se pode notar, a ATEQUILA foi criada para que os quilombolas pudessem se organizar coletivamente, para lutar e reivindicar pela titulação de seu território étnico. Ela se guiava pelo Decreto de número 4.887 de 20 de novembro, de 2003 que regulamentava o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Sobre esse instrumento legal a Sra. Pedra Amorim discorre que,

De acordo com o Decreto, o título não pode ser dado em nome de uma pessoa ou de uma comunidade porque elas não têm personalidade jurídica. A lei brasileira determina que a comunidade deva ter um registro em cartório para que possa receber o título. Para isso a comunidade precisa criar uma associação, essa associação criada aqui em Alcântara foi a ATEQUILA. (Pedra Amorim, representante da Associação do Território Étnico Quilombola de Alcântara).

Na época de sua fundação a ATEQUILA não foi registrada e não tinha uma sede própria, nem por isso deixou de buscar pelos meios necessários para ter acesso à tão sonhada titulação de seu território étnico. Uma de suas grandes conquistas foi a Certificação de Autodefinição de 154 Comunidades Remanescentes de Quilombo de Alcântara, expedida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) entre 2004 e 2006, todas em conformidade com o Decreto Presidencial no 4887/2003 como se pode constatar no quadro a seguir.

Quadro 3: Comunidades que tiveram a Certidão de Autodefinição expedida pela FCP

Certificação de Autodefinição das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Alcântara Expedida Pela FCP	Total	Data da Publicação no D.U.O
Marudá Novo, Águas Belas, Apicum Grande, Arenhengaua, Bacanga, Bacurijuba (Bacurijuba), Baixa Grande I, Baixa Grande II, Baixo do Grilo, Baracatatiua, Barreiros, Bebedouro, Bejú-Açu, Belém, Boa Vista I, Boa Vista II, Boa Vista III, Boca do Rio, Bom de Viver, Bom Jardim, Bordão, Brito I, Caçador, Caicaú I, Caicaú II, Cajapari, Cajatiua, Cajiba, Capijuba, Cajueiro II, Camirim, Canavieira, Canelatiua, Capim Açu, Capoteiro, Caratatiua, Castelo, Cavem II, Centro da Eulália, Conceição, Coqueiro, Corre Fresco, Cujupe I, Cujupe II, Curuçá I, Engenho I, Esperança, Florida, Fora Cativoiro, Guanda I, Guanda II, Iguaiaba, Ilha da Camboa, Iririzal, Iscoito, Itaperai, Itapiranga, Itapuaua, Itauaú, Jacaré I, Jacroa, Janã, Jarucaia, Jordoa, Ladeira II, Lago, Macajubal I, Macajubal II, Mãe Eugênia, Mamona I, Mamona II, Mangueiral, Manival, Maracati, Maria preta, Marinheiro, Marmorana, Mato Grosso, Murari, Mutiti, Nova Espera, Nova Ponta Seca, Novo Cajueiro, Novo Pepital (Pepital), Novo Peru, Novo Só Assim, Oitua, Pacatiua, Pacuri, Palmeiras, Paquativa, Pavão, Peri Açu, Perizinho, Peroba de Baixo, Peroba de Cima, Piquia, Ponta D'Areia, Porto da Cinza, Porto de Baixo (Praia de Baixo), Porto de Cabloco, Porto do Boi I, Praia de Baixo, Prainha, Primirim, Quiriritiua, Raposa, Rasgado, Retiro, Rio Grande I, Rio Grande II, Rio Verde, Salina, Samucangaua, Santa Bárbara, Santa Helena, Santa Luzia, Santa Maria, Santa Rita I, Santa Rita II, Santana dos Cablocos, Santo Inácio, São Benedito I, São Benedito II, São Benedito III, São Francisco I, São Francisco II, São João de Cortes, São José, São Lourenço, São Maurício, São Paulo, São Raimundo II, São Raimundo III, Segurado, Tacua I, Tapicuem (Itapicuem), Tapuio, Tatuoca, Taturoca, Terra Mole, Terra Nova, Timbotuba, Tiquaras II, Trajano, Trapucara, Traquai, Vai com Deus, Vila Itaperai, Vila Maranhense, Vila Nova I (Vila do Meio), Vila Nova II, Vista Alegre.	152	10/12/2004
Ilha do Cajual	1	24/03/2006
Itamatatiua	1	12/05/2006

Fonte: FCP, 2010. Adaptado pela autora.

Após essa grande conquista, os representantes da ATEQUILA tiveram a iniciativa de criar um estatuto, o qual iria reger a entidade e tentar regularizá-la. Em agosto de 2007 houve uma reunião para deliberar sobre esse instrumento legal. Quando por mim questionado sobre o assunto, o Sr. Sérvulo de Jesus Borges explica que:

Nessa data a gente já tinha tido a ideia de criar a ATEQUILA, agora precisa regularizar pois ela não existia legalmente, para que isso acontecesse a gente precisava de um estatuto, então organizamos as comunidades e dividimos elas em dez polos: Arenhengaua, “Agrovila” I, Peroba, Pavão, Canelatiua, Oitíua, “Agrovila” II, Santa Maria, Barreiro e Itapuaua. Assim pudemos criar um estatuto para ATEQUILA, escolher seus dirigentes e ainda trabalhar o instrumento jurídico para receber o título coletivo do território. Nossos parceiros era o Governo Federal, Ministério do Meio Ambiente, STTR, Sindicato dos Pescadores, MABE, da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombolas (CONAC), da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERU). Essas instituições foram nossas grandes parceiras e ainda são nessa luta. (Sérvulo de Jesus Moraes Borges, 67 anos, Militante e Fundador da Associação Étnica Territorial Quilombola de Alcântara).

Nessa reunião realizada em agosto de 2007, houve a participação de 500 quilombolas e a pauta principal das discussões foi o Estatuto da associação. Posterior a isso, foi decidido como seria a estrutura da instância colegiada de direção da mesma. Todos os dirigentes⁶ escolhidos tiveram que passar por um processo de formação quilombola. Este estava organizado através de um curso integrado de gestão estratégica e por oficinas formativas divididas por polos para ampliar o raio de ação do projeto junto aos representantes das comunidades negras rurais de Alcântara.

Os dirigentes são todos envolvidos na discussão sobre o estatuto da associação a partir do resgate do processo de formação do território étnico, desde os marcos iniciais da ocupação da área até a luta pelo reconhecimento do território. A metodologia é participativa, contando com o apoio técnico de educadores e consultores na área jurídica e de gestão. Assim, os documentos acerca do modelo de gestão do território são apreciados e avaliados pelos representantes das comunidades quilombolas de forma coletiva e transparente. Os eixos temáticos do curso integrado utilizados são: a formação do território étnico de Alcântara; a situação atual das comunidades quilombolas; histórico da luta pelo reconhecimento do território étnico; desenvolvimento local sustentável; produção e comercialização nas comunidades quilombolas; desafios para a gestão de territórios étnicos; experiências de gestão de territórios étnicos e por fim o modelo de gestão do território étnico de Alcântara. (Sérvulo de Jesus Moraes Borges, 67 anos, Militante e Fundador da Associação Étnica Territorial Quilombola de Alcântara).

A formação destinada aos dirigentes foi tão bem-sucedida que logo a Associação dos Moradores do Povoado de Arenhengaua e os representantes do MABE deram a sugestão e

⁶ Os representantes escolhidos para fazer parte da ATEQUILA são comumente conhecidos e chamados pelos quilombolas de dirigentes.

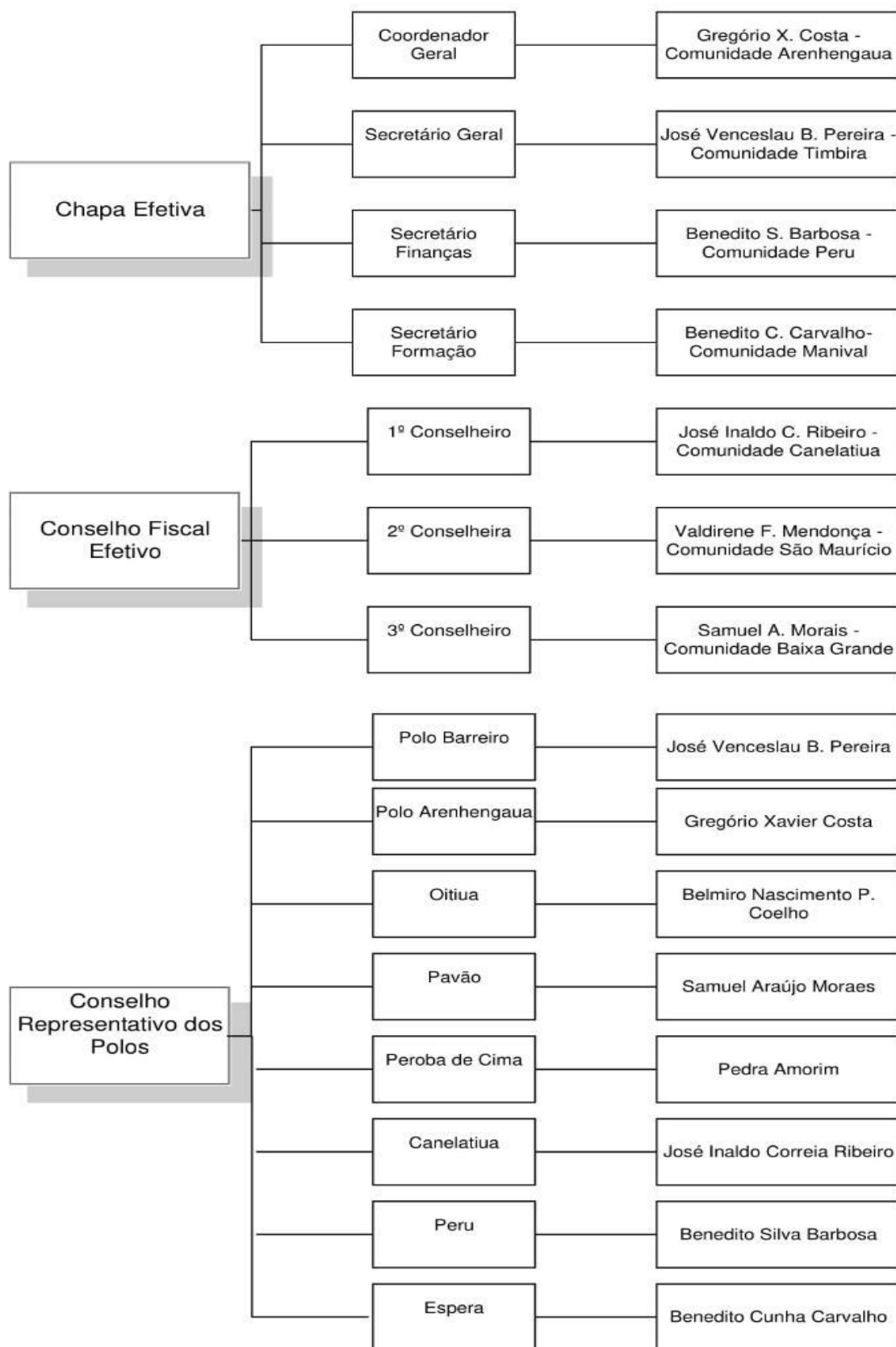
tiveram a iniciativa de ampliá-lo e levá-lo até os quilombos, nos polos, através de um Projeto denominado de: Formação das Comunidades para a Gestão do Território Étnico de Alcântara. A finalidade era informar os participantes acerca do processo de titulação e registro do território étnico. Todas as ações realizadas por meio deste projeto foram financiadas pelo Programa Brasil Quilombola, coordenado pela Secretaria Especial de políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). (Associação dos Moradores do Povoado de Arenhengaua; Movimento dos Atingidos pela Base Espacial, 2010).

Como dito anteriormente, o Sr. Sérvulo de Jesus Moraes Borges relatou que sempre esteve à frente de todas as atividades organizadas pela ATEQUILA. Em 2008 ele mencionou que, embora tenha conseguido a assinatura pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que é assegurada uma área de 78,1 mil hectares, não foi suficiente para concluir o processo de titulação do território.

Em 04 de novembro 2008, foi publicado o RTID no Diário Oficial, que sofreu contestação após o prazo legal. Contestação esta rebatida pelo INCRA. Contudo, em uma atitude arbitrária, autoritária e racista, o Governo Federal leva o caso para uma Câmara de Conciliação, na qual o INCRA, não poderá participar, e nem as comunidades quilombolas, principais interessadas, não serão consultadas, não terão vez e muito menos voz. Portanto, os quilombolas foram mais uma vez vítimas do modelo de Estado. (GOMES, AYRES, JACKSON JÚNIOR, 2015, p. 10).

Essa decisão e o afastamento do Sr. Sérvulo de Jesus Borges das atividades desenvolvidas pela ATEQUILA por motivos de doença, gerou uma desmobilização do movimento. Seu retorno ocorreu apenas em 2010, data em que a luta pela titulação do território entrou em uma nova etapa, na qual o Projeto Formação das Comunidades Étnicas Quilombolas de Alcântara chegou a mobilizar 110 comunidades em torno da associação mãe.

A ATEQUILA foi regularizada apenas no dia 24 de fevereiro de 2018, data em que passou a ocupar uma sala no STTR, localizada na rua Direita, número 216 no Centro de Alcântara. Atualmente, seu conselho diretor está composto por uma chapa efetiva, um conselho fiscal efetivo e um conselho representativo dos polos conforme se verifica nas Figuras abaixo:

Figura 12: Estrutura Organizacional da ATEQUILA

Todos os representantes e seus respectivos suplentes são eleitos por um mandato de 4 anos, este poderá ou não ser renovado, como explica a Sra. Pedra Amorim:

Durante a eleição dos representantes, a gente faz uma reunião em cada polo, convida todos os moradores com antecedência para tentar alcançar o maior número de pessoas possível, depois pedimos que eles escolham um representante e um suplente, isso acontece em cada comunidade, depois a gente reúne esses representantes e os suplentes escolhidos na sede e faz a escolha do representante de polo. Se os escolhidos trabalharem bem podem ter seu mandato renovado se não eles saem. (Pedra Amorim, Suplente da Chapa Efetiva da Associação do Território Étnico Quilombola de Alcântara).

A maior empreitada da ATEQUILA é pela titulação definitiva do território étnico e os seus principais desafios para desenvolver as atividades propostas no seu plano de ação, como a Sra. Pedra Amorim expressa:

Escassez de recursos financeiros para mobilizar as comunidades; trazer mais pessoas para a luta em especial os jovens que não se interessam tanto por essa questão; melhorar a comunicação entre os associados; colocar os planos de gestão em ações e formar novos militantes em prol da causa quilombola nas comunidades. (Pedra Amorim, representante da Associação do Território Étnico Quilombola de Alcântara).

Normalmente, o representante da comunidade que tem participação no conselho diretor da ATEQUILA é o presidente da Associação local. No caso, Marudá é representado pelo Sr. Máximo, o qual não tem uma participação constante, ele apenas se dirige às reuniões quando é convidado ou quando tem dúvidas sobre determinado processo ou assunto de interesse dos moradores.

Após conquistarem a Certificação de Autodefinição, os quilombolas que residiam em Marudá Novo perceberam o quanto era importante se organizarem por meio de uma instituição jurídica e, mesmo se mantendo atrelados a ATEQUILA, eles resolveram criar, por influência de uma moradora chamada Maria Vitória, em 2010, uma nova associação que pudesse contemplar os moradores e produtores quilombolas do território de Marudá. Seria uma entidade completa, ela atenderia todos os interesses da população local, e diferente da de São Sebastião e da ATEQUILA, não se restringiria a demandas tão específicas como vistas anteriormente.

Maria Vitória, então, reforçou a ideia de que fosse criada uma organização coletiva que abarcasse os trabalhadores rurais, produtores, pescadores e moradores da comunidade. Logo, teve adesão de todos os quilombolas, em seguida, deram início aos trâmites legais por orientação de um advogado. Os moradores pagaram todas as taxas para legalização e registro

da organização com o dinheiro que havia em caixa, após a arrecadação para arcar com os débitos da Associação de São Sebastião. Para poder dar andamento nos papéis de criação da associação, realizou-se uma assembleia com a presença dos moradores para discutir quem iria compor a nova gestão. A reunião ocorreu em uma escola da comunidade, nela foi apresentado e discutido o novo estatuto da instituição, as cláusulas que o regiam foram apresentadas uma a uma, por meio de data show. Nesse momento, todos puderam opinar e contribuir com o aperfeiçoamento do regulamento, algumas cláusulas foram revogadas, outras modificadas e ou acrescentadas.

É importante salientar que o estatuto da nova associação aprovado em 2011 manteve o mesmo número de representantes que a primeira, a única alteração nesse quesito foi quanto ao período de mandato, que antes era de dois anos e passou para três, podendo ser reconduzido por mais um período. Segundo o Estatuto, durante as eleições o voto é secreto, somente os maiores de 16 anos podem opinar. Pessoas que residem a menos de quatro anos na comunidade não podem votar, nem pleitear cargo. A posse ocorre no mesmo dia da eleição para dar agilidade ao processo. Durante o mandato, qualquer irregularidade ou decisão tomada sem consulta aos moradores e associados, pode levar a destituição do cargo por parte de qualquer representante.

Ainda conforme o estatuto, cabe aos representantes da associação eleitos, mediar as situações de venda das casas e delegar, junto com os associados, a respeito da entrada de novos moradores e a expulsão daqueles que estejam gerando transtornos à comunidade.

No dia 18/04/2011 a Associação de Moradores e Moradoras, Produtores e Produtoras da Comunidade Quilombola de Marudá foi registrada, com o número de inscrição 97.526.427/0001-60 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). A organização então, foi instituída para regular e mediar as relações entre os indivíduos, família, comunidade, prefeitura municipal de Alcântara e o CLA. Seu objetivo principal era representar a comunidade de forma geral, buscar parceiros para captação de recursos, bem como projetos que proporcionem benefícios e melhorias a comunidade e a todos os moradores e associados.

Nesse contexto, conforme Carvalho (1988, p.5)

A associação é compreendida como uma mediação entre os interesses, desejos e aspirações pessoais e familiares dos trabalhadores rurais assentados e o seu ambiente social, este expresso no conjunto das famílias do assentamento, no mercado de bens e serviços e nas políticas públicas.

Após ser formalizada, a Associação manteve na época o endereço da presidenta eleita, no caso, Maria Vitória. Nos dias de hoje, o presidente é o Sr. Máximo Silva do Nascimento,

residente da rua Pirapema, na casa nº 10, conforme se vê na figura 5. Além dele, a instituição ainda conta com Silvia Diniz, que assumiu a vice-presidência. Também estão Maria Vitória e Ivanilde da Conceição Campos Diniz como suplentes, Maria Celia Silva Pereira do Nascimento primeira tesoureira, Maria Anunciação Silva da Silva como segunda tesoureira, Silvia de Sousa Ramos como secretária.

Figura 13: No meio o Sr. Máximo atual Presidente da Associação na fachada de sua casa



Fonte: Autora, 2018.

O Sr. Máximo, foi eleito em outubro de 2016, em seu mandato ele afirma que

Os associados são assíduos às reuniões, tudo é registrado em ata e há um livro de presença, esses instrumentos servem como indicadores de participação. É muito difícil a gente fazer uma reunião e vir pouca gente, no mínimo vem 30 pessoas, um representante de cada unidade familiar. É muito difícil vir todo mundo, mas dependendo do assunto a ser discutido e de sua repercussão, os moradores vão em massa.

A participação e envolvimento dos associados nas reuniões, nas assembleias, nas decisões e nas atividades é mais intensa na Associação de Moradores e Moradoras, Produtores e Produtoras da Comunidade Quilombola de Marudá do que na de São Sebastião, pois todos se sentem representados e querem ficar por dentro das discussões. É interessante ressaltar que o número de associados é contado por unidade familiar e não por indivíduo. Ao todo a instituição conta com 80 afiliados, destes, 20% não vem pagando a taxa de contribuição que

custa R\$ 5. Este valor é acrescentado à conta de água que corresponde a R\$ 10. Todos na comunidade são cientes do sistema de recolhimento.

Na conta de água dos moradores, já está incluso a taxa de desconto da associação, a conta total é de R\$ 10, sendo que deste valor a metade, no caso R\$ 5, é referente a taxa da associação, cobrada aos associados. Essa é uma taxa simbólica que os associados pagam, mas que nem todos os moradores são obrigados a pagar. Resolvemos descontar desta forma porque as pessoas não pagavam e essa foi uma estratégia escolhida pelas lideranças para arrecadar fundos para a associação. A prefeitura paga a energia, mas a água é por nossa conta, se a bomba quebra a prefeitura demora pra arrumar e nós não podemos ficar sem água e essa arrecadação já serve pra compra uma bomba nova. A taxa é paga na casa do tesoureiro, não há um boleto, eles pagam e recebem um recibo. Pra não ficar sem água quase todos pagam, poucos deixam de pagar. É assim que é feita a arrecadação e depois destinada a um fundo. (Máximo. Presidente da Associação de moradores e moradoras, produtores e produtoras da comunidade quilombola de Marudá Novo).

As taxas de contribuição são pagas na casa do tesoureiro, este se responsabiliza em guardá-lo em sua casa, quando não, é guardado na casa do presidente. Dessa maneira, a associação vem se mantendo através das taxas de contribuição arrecadadas e da captação de recursos junto a outras instituições, ou via projetos sociais. É assim que ela “vem se inserindo num contexto social e tributário das mudanças da história, mas também dos indivíduos que a compõem.” (WAUTIER: 2001; p.19).

Os representantes da associação realizam a prestação de contas junto aos moradores e associados a cada seis meses. Na reunião, o dinheiro fica exposto para ser contado na frente de todos, o mesmo é destinado a um fundo de reserva que poderá ser usado para suprir as necessidades eventuais, como a limpeza das ruas, compra de bomba e de cestas básicas. De acordo com o vice-presidente,

A associação não tem conta, estamos querendo abrir uma, a casa do presidente e do tesoureiro estão ficando muito visadas, na comunidade tem novos moradores, gente de fora. A associação também está perdendo algumas licitações e projetos, eles pedem uma conta e extratos das últimas movimentação financeira e a gente não tem. Recentemente não pudemos participar de uma licitação para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar do CLA por isso. (Inácio Silva Diniz, vice-presidente da Associação de moradores e moradoras, produtores e produtoras da comunidade quilombola de Marudá Novo).

Embora a Associação de Moradores e Moradoras, Produtores e Produtoras da Comunidade Quilombola de Marudá tenha algumas dificuldades para concorrer em algumas licitações e projetos sociais por conta das exigências documentais e da burocracia, a mesma se tornou uma referência para organização coletiva da comunidade local. Hoje ela é o único meio pelo qual os produtores podem acessar os financiamentos do governo federal para

adquirir equipamentos que lhes possibilitem aperfeiçoar a produção, ou seja, produzir mais e melhor, para a comercialização de seus produtos adequadamente.

Entre os parceiros da associação estão a Prefeitura Municipal de Alcântara, o STTRA, o Governo do Estado do Maranhão e a ATEQUILA. Essas parcerias foram de suma importância para a comunidade, entre suas conquistas estão a aquisição de uma rede de água, um Telecentro comunitário, uma máquina de pilar arroz, novos equipamentos para a casa de farinha, cestas básicas, prioridade nas licitações do CLA, certificação coletiva da comunidade pela FCP e a cozinha quilombola. Conseguiram também com que a prefeitura arcasse com as despesas referentes a energia da comunidade, um sistema de internet gratuita, 50 kits de irrigação e a inclusão de um representante da comunidade no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Alcântara.

Neste momento, a associação está pleiteando 50 casas, através de um projeto habitacional pelo programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal e o título coletivo do território. Diante de tantas conquistas ao longo de sua fundação, a associação também vem tentando superar alguns desafios, entre eles, buscar outros parceiros, adquirir todos os documentos necessários para poder participar das licitações e, partir daí, se inserir em projetos maiores. Desenvolver um sistema de controle de associados e de pagamento fazendo com que os mesmos entendam que são peça fundamental e que suas contribuições são de suma importância para a manutenção da instituição.

Como se pode perceber, quanto à organização, a associação possui uma dinâmica própria com características específicas e singulares. Através de suas ações ela vem contribuindo para “aumentar o potencial da sociedade local (ecológico, econômico, social); ampliar sua margem de liberdade e de escolha; aumentar sua capacidade de construir objetivos próprios e de produzir os instrumentos de que necessita para alcançá-lo”. (BERTHOME; MERCOIRET, 1999, p. 15).

Mediante ao relatado, até aqui, é perceptível que o território tem seus aspectos políticos, culturais, sociais e econômicos. Este último será aprofundado no capítulo seguinte.

3 (RE) CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA PRODUTIVA EM MARUDÁ NOVO: O TRABALHO DAS MULHERES

No decorrer deste capítulo, iremos tratar acerca das atividades desenvolvidas pelas mulheres camponesas quilombolas em Marudá Novo, em especial, nas atividades laborais relacionadas ao trabalho na roça. Abordaremos ainda, a luta travada por elas, dia a dia, para conseguirem construir sua autonomia e superar os momentos de insegurança alimentar. Em seguida iremos apresentar os principais produtos cultivados por elas, suas dificuldades na produção e no escoamento dos produtos.

3.1 (In)Segurança Alimentar em Marudá Novo

Com o remanejamento dos quilombolas e sua realocação no novo território, as famílias perderam suas plantações, o acesso direto ao mar e aos recursos naturais. Isso gerou uma insegurança alimentar entre os habitantes, pois não receberam as indenizações prometidas e não tinham outra fonte de renda.

Com um baixo poder aquisitivo, a perda das primeiras plantações e a escassez de recursos naturais, as famílias viveram tempos difíceis. Segundo Mendes (2006, p. 12),

A baixa renda é o principal fator que leva as pessoas a não se alimentarem de forma adequada. Porém este indicador deixa muito a desejar já que grupos produtores de alimentos como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores não se enquadram neste tipo de análise, pois, parte de sua alimentação não passaria pela questão da aquisição monetária visto que realizam a produção ou extração de alimentos no seu ambiente.

Pensando dessa forma, os quilombolas ao serem desterritorializados compulsoriamente perderam sua autonomia produtiva, mesmo conseguindo se alimentar após se instalarem no novo território. Eles e elas não ingeriam uma quantidade suficiente de nutrientes para atender suas necessidades, isso por não conseguirem extrair da natureza quantias satisfatórias de alimentos, haja vista que, os terrenos recebidos eram de baixa qualidade, quando não, impróprios para o cultivo dos produtos que já estavam acostumados a plantar nas roças em Marudá Velho.

Outro fator que contribuiu para a insegurança alimentar no território, foi a falta de infraestrutura, como dito anteriormente. A energia elétrica, por exemplo, só chegou dez anos após o remanejamento, isso dificultava a produção de alimentos e a irrigação dos mesmos.

Acrescido a isto, estavam a ausência de posse das terras, os fatores ambientais e o pouco conhecimento sobre a utilidade da terra. Tal como o que seria mais adequado plantar ou não e em que período, para que os quilombolas não tivessem perdas de plantações e tão pouco de tempo. Deste modo, o direito das famílias a uma alimentação adequada

Não estava associado só à garantia do acesso diário a alimentos em quantidade e qualidade suficiente para atender as necessidades nutricionais para a manutenção da saúde, como também está relacionada ao direito de acesso aos recursos e meios para produzir ou adquirir alimentos seguros e saudáveis que respeite os hábitos e a cultura inerente do ser humano. (VALENTE, 2002 apud MONEGO, PEIXOTO, CORDEIRO; COSTA, 2010, p. 38).

Como se vê, os quilombolas foram privados de seu direito social à alimentação a partir do momento em que foram remanejados compulsoriamente de seu território de origem. Cabe mencionar que nessa época (1986), o Estado não dispunha de nenhum mecanismo legal o qual privilegiasse os direitos sociais à alimentação. Apenas em 2006, foi publicada a Lei. Nº 11.346 que criava o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Este dispositivo adotava medidas a serem tomadas pelo poder público para assegurar o direito humano à segurança alimentar e nutricional adequado à população.

Segundo o Art. 3º do SISAN,

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares saudáveis, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (BRASIL, 2006)

A publicação da lei 11.346 foi um marco no tocante à segurança alimentar e nutricional no Brasil. Ela apresenta como meio de ampliação do acesso a alimentos a produção através da agricultura tradicional e familiar, e leva em consideração ainda, a diversidade cultural, social, econômica e ambiental de cada região. Através dela, abriram-se brechas para a implantação de outras medidas legais deste porte, a exemplo da Emenda Constitucional 64, que evidenciava a alimentação como direito social, individual e coletivo em seu Art.6, promulgada no dia 15 de setembro de 2010.

Tendo como pressuposto esses dispositivos legais, o Estado reconheceu a segurança alimentar e nutricional como direito social, cabendo ao poder público adotar as políticas e ações que se fizerem necessárias para promover e garantir o acesso da população a uma alimentação adequada, de forma universal, equânime e sem discriminação. Deste modo, a insegurança alimentar vivenciada pelos quilombolas em Marudá Novo nos primeiros anos

após o remanejamento, levou em conta a escassez de políticas públicas que fortaleceram a agricultura familiar, a educação nutricional e a titulação do território.

Neste sentido a construção de uma soberania alimentar tem que ser entendida a partir das condições macroeconômicas, dos termos nacionais e regionais de relação de trabalho, da abrangência e melhoria dos serviços públicos, da efetivação de uma reforma agrária que dê conta dos anseios dos diversos grupos sociais que dela necessitam além de outras políticas como a previdência social. Todos esses fatores têm que estar relacionados a um processo de transformações políticas e civis que levem em conta as particularidades geográficas e culturais. No caso de comunidades negras rurais ainda é preciso atentar para as suas particularidades produtivas e organizacionais onde o acesso à terra é fundamental para garantir uma alimentação adequada além da satisfação de outras necessidades básicas da família. (MENDES, 2006, p. 15).

As atividades relacionadas à agricultura familiar em Marudá Novo somente passaram a ser incentivadas em 2011 pela Prefeitura Municipal de Alcântara, quando passou a receber mais incentivos do Governo Federal e Estadual. Nessa época descentralizou suas ações através do desenvolvimento de projetos agropecuários de incentivo às atividades produtivas na zona rural, priorizando os povoados que foram afetados pela implantação do CLA.

Até meados de 2014, os quilombolas que residiam em Marudá Novo não recebiam grandes incentivos para desenvolver suas atividades agrícolas. A pobreza era algo evidente, assim como a insegurança alimentar, os incentivos à produção eram escassos, os moradores embora conhecessem os programas de incentivo ao pequeno agricultor não sabiam como acessá-los. Por estas e outras razões, boa parte das famílias que ali residiam possuíam como renda apenas os recursos provenientes do Programa Bolsa Família, da Aposentadoria Rural e do BPC⁷. Os poucos recursos produzidos na lavoura eram destinados apenas ao próprio consumo.

Diante deste cenário, cabe ressaltar que, em Marudá Novo, as famílias estavam vivendo em estado de vulnerabilidade social e risco nutricional. A Prefeitura Municipal de Alcântara então, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura Familiar, Aquicultura, Pesca e Abastecimento, resolveu desenvolver no território, em 2015, uma política municipal de desenvolvimento agrícola mediante programas e ações junto aos produtores, cujo principal objetivo era incentivar a produção de alimentos e sua comercialização. Cabe mencionar que

⁷ O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício de renda no valor de um salário mínimo para pessoas com deficiência de qualquer idade ou para idosos com idade de 65 anos ou mais que apresentam impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, por isso, apresentam dificuldades para a participação e interação plena na sociedade. Para a concessão deste benefício, é exigido que a renda familiar mensal seja de até ¼ de salário mínimo por pessoa. (BRASIL, 2009)

essas atividades foram pontuais e não viabilizou o desenvolvimento da agricultura familiar e a geração de renda local.

Em Marudá Novo as ações desenvolvidas pela prefeitura municipal de Alcântara por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura Familiar, Aquicultura, Pesca e Abastecimento, intensificaram-se em 2017, ano em que o Governo Estadual do Maranhão implantou uma Cozinha Comunitária quilombola no território no dia 24 de outubro. Para gerir-la, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES) publicou um edital de licitação no Diário Oficial no dia 23 de fevereiro de 2017, na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço global para contratar uma empresa que se responsabilizasse pelos serviços de alimentação, produção, fornecimento de 200 refeições diárias e pela capacitação tanto dos funcionários quanto dos usuários.

Após corrido todo o processo de licitação, a empresa selecionada foi a Face Assessoria e Serviços Ltda, inscrita com CNPJ/MF de nº 02.763.472/0001-21. Cabe ressaltar que ela se responsabilizou por todos os serviços da cozinha, desde a contratação e capacitação dos funcionários, o fornecimento das refeições, a compra e venda dos produtos provenientes da agricultura familiar.

Cumpridos todos os processos formais, a cozinha passou a servir 200 refeições gratuitamente aos quilombolas que se encontram em estado de vulnerabilidade e insegurança alimentar, em especial aqueles que foram afetados pela implantação do CLA. Atualmente a cozinha recebe usuários de sete territórios construídos pelo CLA e de dois povoados vizinhos (Manival e Rio Grande). Além de funcionar como Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional (CRESAN) do Maranhão, ela proporciona cursos de capacitação voltados à educação alimentar, segurança no preparo e manejo de alimentos e de produção orgânica de hortaliças. Para serem atendidos, os beneficiados precisam atender alguns pré-requisitos como, estar em estado de risco social, vulnerabilidade alimentar e nutricional e com o Cadastro Único (CadÚnico)⁸ atualizado.

Na teoria, o projeto da cozinha pretende respeitar as características culturais e os hábitos alimentares dos beneficiários, além de incentivar e dinamizar a produção agrícola nos quilombos, em especial Marudá Novo. Ao tomarem conhecimento dessa proposta, os produtores e produtoras se interessaram e logo passaram a participar de reuniões promovidas

⁸ O Cadastro Único reúne em seu sistema um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade social, pobreza, extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria das condições de vida dessas famílias. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2019)

pela SEDES e pela Secretaria de Agricultura Familiar e de Desenvolvimento Social do Município, isso para receber orientações técnicas quanto às normas da cozinha no tocante à compra de alimentos provenientes da agricultura. Paralelo a isso, os quilombolas também participaram de palestras e oficinas que disponibilizavam informações técnicas sobre o manejo dos produtos rurais, informações sobre a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

A DAP é um documento indispensável para aqueles que desejam vender seus produtos não só para cozinha, mas para os programas desenvolvidos no âmbito do município, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Sem ele é impossível se cadastrar como fornecedor nos programas sociais e participar dos processos de licitação.

O PNAE é um programa social do Governo Federal, que abrange a área de alimentação e de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e vem sendo desenvolvido junto aos escolares em fase estudantil, conforme previsto na C.F, em seu Art. 208, 2011 e no Capítulo III, Art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases LDB/9394/96. Seu principal objetivo é:

Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período em que permanecem na escola. (BRASIL, 2015 p. 10).

Como se pode notar, a implantação desta política, além de ser uma grande conquista para todos os cidadãos brasileiros, vem tentando garantir um direito humano mínimo dos estudantes, que é a de ter acesso a uma alimentação adequada e saudável. Nessa lógica, podemos evidenciar que ela deve ser:

Balanceada, diversificada e saborosa; orientada por nutricionista; segura no fator higiene e preparo; distribuída sem qualquer tipo de discriminação, em local limpo, arejado e adequado, que permita a socialização com acesso aos utensílios necessários (colher, garfo, faca, prato e copo) e em boas condições de uso; preparada com no mínimo 70% de alimentos in natura e/ou semilaborados e produzidos na região onde se encontra a escola; acessível do ponto de vista informacional, para que o aluno tenha conhecimentos sobre alimentação saudável, principalmente em relação à qualidade e composição da alimentação recebida na escola, o seu direito humano à alimentação escolar, à sua prerrogativa de apresentar sugestões visando à melhoria da alimentação escolar, e que lhe cabe, a qualquer tempo, reclamar para a escola e/ou para a família se algum, ou mais de um, destes direitos não forem respeitados (COSEA, 2005 apud CARVALHO, 2009, p. 7).

Para poder atender e disponibilizar uma alimentação adequada e saudável a todos os alunos regularmente matriculados na educação básica das escolas públicas, federais, estaduais

e filantrópicas do país, o gerenciamento desta política se dá através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que tem como principal parceiro na empreitada, o Ministério da Educação, autarquia responsável pela:

Normatização, assistência financeira, coordenação, acompanhamento, monitoramento, cooperação técnica e fiscalização da execução do PNAE. Desta forma, o repasse destes recursos financeiros da União é transferido em dez parcelas mensais, para a cobertura de 20 dias letivos, às entidades executoras (estados, Distrito Federal e municípios) em contas correntes específicas abertas pelo próprio FNDE, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal ou em outra instituição financeira oficial, inclusive de caráter regional. Com isto, podemos destacar a autonomia das entidades executoras para com o recurso transferido tendo como finalidade o atendimento às escolas públicas e podendo também atender as escolas filantrópicas, sendo assim, destacamos que esta ação fica a cargo das prefeituras municipais que pode optar por atendê-las com gêneros alimentícios ou transferir os recursos para que elas próprias efetuem as aquisições. (SOUSA, 2017, p. 55-56)

Todos os Estados, Distrito Federal e Municípios que se enquadrarem nesses critérios podem participar do Programa, basta que utilizem exclusivamente os recursos na compra de gêneros alimentícios; cumpram todas as normas estabelecidas pelo FNDE, da aplicação dos recursos a prestação de contas e, ainda, institua um Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

O Conselho de Alimentação Escolar é um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, instituído no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, composto por, no mínimo, sete membros titulares e os respectivos suplentes: representantes do Poder Executivo, trabalhadores da educação e discentes, entidades civis e pais de alunos. Tendo em vista a importância da articulação desses participantes, em especial do CAE no acompanhamento do programa, o próximo capítulo tratará do Conselho de Alimentação Escolar. (BRASIL, 2015, p. 12).

O CAE é muito importante, pois é através dele que a sociedade vai poder acompanhar a execução do programa, fiscalizar a aplicação dos recursos e as ações desenvolvidas pelos gestores. Mas ele sozinho não basta, é necessário que a sociedade e seus representantes sejam atuantes e comprometidos com a Segurança Alimentar e Nutricional da população escolar, além de ficarem sempre atentos aos parâmetros e diretrizes do programa.

Em 2018, o FNDE repassou aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, R\$ 421,5 milhões para apoiar a alimentação escolar de estudantes da educação básica de todo o país, como se vê, não é pouco, então cabe ao CAE desenvolver ações que levem a sociedade a participar, a fiscalizar em âmbito local se a utilização deste recurso está ou não obedecendo e cumprindo todas as normas e as diretrizes previstas na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Quadro 4: Diretrizes do PNE

Alimentação Saudável e Adequada	Orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.
Educação Alimentar e Nutricional	Fomenta a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.
Universalização	Atende a todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica.
Participação social	Favorece o acompanhamento e ao controle da execução por meio da participação da comunidade no controle social, por meio dos CAE.
Desenvolvimento Sustentável	Incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.

Fonte: Brasil, 2009. Adaptado pela autora.

Perante o exposto, cabe destacar que o município de Alcântara cumpre todas essas exigências e vem desenvolvendo esse programa em suas instituições de ensino e tentando garantir uma alimentação regular e saudável aos estudantes. As escolas contam com o apoio e suporte de uma nutricionista encarregada de realizar consultorias, elaborar o cardápio, ministrar palestras e cursos, bem como acompanhar os processos de compra da agricultura familiar.

Desse modo, o município vem cumprindo o que a Lei nº 11.947/2009 estipula em seu Art. 14, no que tange a utilização de 30% dos recursos repassados para a compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria. (BRASIL, 2016).

Cabe mencionar que, em Alcântara é comum a abertura de licitações como procedimentos auxiliares para aquisição de gêneros alimentícios (hortifrutigranjeiros) da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, cujo objetivo é oferecer alimentos saudáveis aos alunos e estimular a produção agrícola local. Assim, o programa incorpora elementos relacionados à produção, acesso e consumo.

A junção da alimentação escolar com a agricultura familiar, em especial aquela praticada em âmbito local, tem proporcionado importantes transformações ao permitir que os alunos tenham, na escola, acesso diário a alimentos mais saudáveis e orgânicos. Com um cardápio variado, os alunos podem trabalhar em sala de aula com novas temáticas que reafirmem significados simbólicos da alimentação associada à tradição e à cultura local.

Com este instrumento, o PNAE representa uma importante conquista no que se refere às iniciativas de compras públicas sustentáveis articuladas ao fortalecimento da agricultura familiar, criando mecanismos de gestão para a compra direta do agricultor familiar cadastrado, com dispensa de licitação, democratizando e descentralizando as compras públicas, criando mercado para os pequenos produtores, dinamizando a economia local e seguindo em direção ao fornecimento de uma alimentação mais adequada.

A compra institucional da agricultura familiar é, assim, parte de um processo que reconhece a necessidade de se pensar em uma forma de produção de alimentos que atenda às demandas nutricionais da população e garanta a evolução social e econômica dos agricultores familiares, a partir de formas alternativas de produção e comercialização de alimentos. Estas formas alternativas incluem a criação das cadeias curtas de produção e comercialização, que aproxima a relação entre produtores e consumidores, fortalece as relações sociais, valoriza a diversidade produtiva e atende às necessidades das instituições públicas, possibilitando o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade para a população, na perspectiva da promoção da segurança alimentar e nutricional. (BRASIL, 2016, p. 5).

Com a implantação do PNAE em Alcântara, os produtores e produtoras viram um canal importante para comercializar seus produtos e terem uma renda adicional. Além dele, o município dispõe do PAA, que foi instituído em 2003 pela Lei Nº 10.696 e regulamentado pelo Decreto de Nº 4.772 de 2 de julho de 2003, entre seus objetivos pode-se citar:

[...] garantir o acesso a alimentos em quantidade, qualidade, regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. (BRASIL, 2006).

Como se pode notar, as principais finalidades do PAA é permitir o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, para tal propósito, o Programa

Compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. (BRASIL, 2015, p. 5).

O PAA é executado por Estados e Municípios que, após fazer adesão ao Programa, passam a receber recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Para poder desenvolver esta política em âmbito local, os pactuados contam com o apoio do Ministério da Cidadania e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

A execução do Programa em Alcântara é feita pela Prefeitura Municipal que fica encarregada de abrir os processos de licitação pública e de comprar o que é produzido pela agricultura familiar, *“os beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição.”* (CONAB, 2016).

Em Alcântara, as instituições beneficiadas com pelo PAA são as escolas, o hospital e o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Ao receber os produtos, o CRAS faz uma triagem dos usuários que estão cadastrados na base de dados do CadÚnico, dando prioridade àqueles que estejam frequentando os grupos de convivência ou estejam em atendimento. Seleciona os que se encontram em estado de maior vulnerabilidade à insegurança alimentar e faz a distribuição dos alimentos mediante o fornecimento de uma cesta básica.

Essa cesta é composta por diversos produtos procedentes da agricultura familiar, como por exemplo, banana, macaxeira, abóbora, cheiro verde, alface, pimentinha, tomate, cebolinha, tapioca, farinha, coco, frango, vinagreira, pepino, pimentão, abacate, laranja, milho, limão, açaí, feijão, arroz, dentre outro como se observa na figura abaixo. A organização desses produtos na cesta varia conforme os períodos das safras.

Figura 14: Separação dos produtos para compor as cestas e posteriormente serem entregues aos usuários no CRAS



Fonte: Castro, 2019.

Atualmente 200 famílias em estado de vulnerabilidade social, risco nutricional e insegurança alimentar, tanto da sede quanto dos povoados, recebem cesta básica. Cabe destacar que não há nenhum usuário contemplado no território de Marudá Novo. Isto, porque a seleção é feita através do sistema e a escolha dos usuários é determinada pelas informações dispostas no cadastro. Contudo, isso não quer dizer que eles não possam ser contemplados em algum momento, apenas mostra que existem outras famílias em estado de maior vulnerabilidade. Nessa perspectiva, podemos perceber que o PAA possui dois públicos beneficiários:

Os fornecedores e os consumidores de alimentos. Os beneficiários fornecedores são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, agricultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Os beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição. (CONAB, 2016).

Os produtores e produtoras que desejam se inserir no programa para fornecer seus produtos, podem participar de duas formas: a primeira pode ser individualmente, caso o interessado, ou interessada, disponham de uma DAP: documento que comprova que o/a

requerente é um pequeno/a produtor/a e exerce suas atividades na agricultura familiar. A segunda, por cooperativas, associações dentre outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado, como elucida Correa (2017, p. 63)

[...] as organizações de agricultores para participarem do PAA, devem deter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) Especial Pessoa Jurídica ou outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA (GPAA). Fazem parte do Grupo Gestor o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério da Fazenda. São atribuições do Conselho Gestor a fixação dos preços praticados na compra dos produtos, a fixação dos limites, a definição das regiões prioritárias para implementação do programa.

Como o PAA é um programa que orienta a compra de alimentos diretamente dos produtores e produtoras da Agricultura Familiar com recursos públicos, esta pode se dar de cinco formas: pela doação simultânea; pela compra direta; pela formação de estoques; pela PAA leite e pela compra institucional.

A modalidade Compra Direta Local tem por objetivo principal articular a produção dos agricultores familiares (enquadrados nos grupos A ao D do Pronaf) com a demanda institucional local. O Estado ou a Prefeitura Municipal firma um convênio com o MDS, que libera os recursos, os quais são gerenciados pelo órgão que firma o convênio. A Compra Direta da Agricultura Familiar é a modalidade na qual o governo federal, por meio da CONAB, fixa contratos com os agricultores, nos quais fica garantida a possibilidade da compra da produção, a um preço já estipulado. (CORREA, 2017, p. 64).

Em Alcântara a prefeitura utiliza muito a modalidade de compra direta local, isso porque, como o próprio nome já diz, ela promove o desenvolvimento da economia em âmbito local e ajuda a fortalecer a agricultura familiar e a geração de trabalho e renda.

Embora esses projetos e suas propostas sejam de grande relevância para os produtores e produtoras de Marudá, elas não alcançam um número considerável de trabalhadores (as) que desejam vender seus produtos, como as mulheres, pois a cozinha dispõe de um regimento interno rígido que impõe muitas exigências na compra dos produtos locais. O PAA, apesar de dispensar os processos licitatórios e não exigir tantos documentos, ainda não tem um número significativo de adeptos, pois muitos acham que os valores pagos por ele são irrisórios, e o PNAE, além de exigir que se abra um processo de licitação, também solicita muitos documentos que nem todos dispõem.

Adiante, iremos expor com mais detalhes os impasses e desafios travados pelas mulheres em Marudá Novo no decorrer da execução, produção e comercialização dos produtos derivados de seu trabalho.

3.2 O trabalho das mulheres no Território de Marudá Velho e Novo

Em Marudá Velho as mulheres exerciam várias atividades no seu dia a dia. Algumas delas eram desenvolvidas ao lado de seus companheiros na unidade de produção familiar, como exemplo, podemos destacar a coleta da juçara realizada duas vezes na semana, conforme explica Araujo (1990, p. 54).

A coleta da juçara organizada pelas moradoras; para evitar depredações, determinam dois dias da semana para irem à baixa, homens e mulheres: ali, os homens e jovens sobem em juçareiras, colhendo os cachos de frutos maduros; as mulheres vão recebendo e desprendendo os frutos das vassouras (cachos) e enchendo os cofos, que são transportados pelos homens para a casa de forno. Nesse local, depois de concluída a coleta, haverá a divisão da juçara, encontrando-se dezenas de vasilhames, enviados por todas as famílias, para recolher a parte que lhes cabe na partilha. Todos usufruem, igualmente, do produto fornecido pela natureza.

Outra tarefa em que homens e mulheres trabalhavam lado a lado, era na produção de farinha. Durante a execução deste trabalho, havia uma divisão bem definida das funções.

A massa da farinha d'água, por ser considerada pesada, é tratada executada somente pelos homens. Já a farinha seca é mexida pelas mulheres: os homens descascam a mandioca, ralam, espremem e entregam a massa para as conserveiras (duas ajudantes). As conserveiras, por sua vez, peneiram a massa e passam para as forneiras, também em número de duas, responsável pelo toramento da farinha. As mulheres desses sítios, assim como os homens, prestam serviços, nessa época, aos que obtiveram maior safra e, em troca, recebem alguns paneiros da farinha produzida, em quantidade preestabelecida, como forma de pagamento. (ARAÚJO, 1990, p. 57).

No Território de Marudá Velho, homens e mulheres também trabalhavam juntos na roça, do plantio à colheita, e durante a confecção cofos e de redes de pesca, como se vê na figura adiante. Cabe apontar que, as crianças desde os seis anos de idade, além de observarem seus pais trabalhando, já ajudavam em algumas tarefas.

Figura 15: Homens e Mulheres trabalhando lado a lado



Fonte: Araujo, 1990, p. 78.

Além das tarefas desenvolvidas em conjunto por homens e mulheres, haviam aquelas que, somente elas e as crianças do sexo feminino poderiam executar. Além do cuidado com a casa e dos filhos, era de sua competência lavar as roupas nos rios e igarapés, retirar a água do poço para o consumo da família e transporta-la em potes ou latas sobre a cabeça até em casa.

Em todas as comunidades existem os poços ou determinados trechos dos rios reservados para a coleta da água de beber. As fontes utilizadas para banho e uso em geral, encontram-se também discriminadas: rio dos homens; rio das mulheres. O rio das mulheres, em todos os sítios, é, na realidade, um ponto de encontro: ali, as mulheres e crianças banham-se à vontade, brincam, conversam alegremente, lavam as suas roupas em bancos ou tábuas espalhadas pelas margens. Enquanto as mães esfregam e ensaboam as peças, as crianças ajudam a colocá-las em cima das palhas para quicar e quando enxaguadas, ficam a secar, o que faz com que as mulheres retornem da fonte já com as roupas secas ou ensombradas. (ARAUJO, 1990, p.45).

Cabe ressaltar que, os homens até poderiam executar essas tarefas, mas somente em casos eventuais. Isto ocorria quando a mulher se encontrava acometida por alguma enfermidade grave, viajando ou se algum membro da família/comunidade viesse a óbito. Ao contrário, essa era uma função de cunho exclusivo delas. Adiante, uma figura que mostra as mulheres desempenhando esse trabalho em Marudá Velho.

Figura 16: Mulheres lavando e carregando água para consumo da família



Fonte: Araujo, 1990, p. 45.

A quebra do coco babaçu, a produção do azeite e do carvão são outras atividades executadas essencialmente pelas mulheres no território de Marudá Velho. Segundo Araujo, (1990, p. 61) era comum

As mulheres se organizarem em grupos de dez a 15 e, adotando o regime de troca de dias, dirigem-se aos palmeirais, em determinadas épocas, para juntar coco, até que todas disponham da quantidade necessária para fazer o seu azeite. A partir daí, marcam as datas para o quebramento: cada tarde em uma casa, quando então, é servida uma merenda em troca dos serviços. A dona da casa fica com as amêndoas retiradas da casca e providencia o torramento, feito individualmente, - voltam a trabalhar juntas durante o socamento: aí, para ser mais rápido, duas ou três utilizam um só pilão ao mesmo tempo. As amêndoas, depois de socadas, transformam-se em uma pasta, que é colocada para cozinhar em um caldeirão com água. À medida que vai fervendo, a camada de cima (azeite) vai sendo retirada com uma colher, depois de morno, é engarrafado.

Após se organizarem para quebrar o coco babaçu, as mulheres se sentam em volta de uma roda, é um momento em que elas conversam sobre tudo. Compartilham suas alegrias, seu dia, sua vida matrimonial e os problemas pelos quais estão passando. Isso ocorre também durante o socamento da amêndoa torrada, onde três mulheres ficam em volta do pilão, competindo em habilidade e destreza, como se pode notar na figura adiante.

Figura 17: Mulheres quebrando coco babaçu e socando a amêndoa torrada



Fonte: Araujo, 1990, p. 77.

Além do azeite de coco, as mulheres também produziam o azeite de carrapato, tucum, buriti, gergelim e mamona, muito utilizado na culinária e nos remédios feitos em casa. Todos esses produtos eram comercializados e significavam uma importante fonte de renda para elas, que contribuíam com a economia no seio familiar.

A socagem do arroz, a armação de caieiras e a confecção de redes também eram atividades desenvolvidas exclusivamente pelas mulheres em Marudá Velho. Conforme Araujo (1990, p. 71)

No passado, fazer rede era uma atividade tão popular, que até os homens sabiam tecê-las — uma mulher explica que aprendeu a confeccioná-las com o seu marido (Lúcio Serejo) — hoje é uma atividade desenvolvida pelas mulheres mais velhas, pois as jovens emigram para São Luís e, as poucas que ali permanecem, não demonstram interesse em aprender.

As redes normalmente eram confeccionadas pelas mulheres nos momentos que estavam de folga descansando ou à noite. Geralmente, elas eram utilizadas pela própria família para dormir e raramente eram vendidas. As mulheres artesãs também faziam vasos e potes, estes muito utilizados para armazenar água. Os homens artesãos se dedicavam a fazer instrumentos musicais. Convém destacar que após a desterritorialização compulsória dos moradores do território de Marudá Velho para o Novo, esses ofícios deixaram de ser executados.

Em face do exposto, pode-se notar que, em Marudá Velho, existia uma divisão sexual do trabalho. Homens e mulheres, embora o desenvolvam em conjunto, tem tarefas distintas e

isso é repassado desde cedo para as crianças que são orientadas a acompanhar o pai ou a mãe durante o desempenho de seus afazeres. Esse pensamento acaba produzindo uma desigualdade de gênero, como explica Tedeschi (2004, p. 49).

Uma das raízes da desigualdade de gênero está na educação, posto que os pais empregam técnicas diretas e indiretas para tornar as filhas “femininas” e os filhos “masculinos”. E essa socialização passa a ser reforçada na escola, além dos meios de comunicação como cinema, jornais, revistas. Uma vez que homens e mulheres são educados de forma diferente, em consonância com o que a sociedade definia como “identidade feminina” e “identidade masculina”, homens e mulheres passam a agir, pensar, comportar-se, falar, discutir e enfrentar problemas de forma também diferente.

O modo como são criados os meninos lhes dá condições de ingressar no mundo masculino do trabalho e da competição. Da mesma maneira, a educação das meninas objetiva prepará-las para desempenhar os seus futuros papéis no lar e na família. Assim, elas são encorajadas a serem dóceis, passivas, úteis, boazinhas, prestativas, cordiais, tolerantes, compreensivas, abnegadas, a não incomodar as pessoas e a não dizer “não”. Ao contrário dos homens, as mulheres foram ensinadas a “cuidar” de todos os familiares, menos delas, a serem guardiãs dos laços e da tradição.

Ademais, nenhum trabalho é realizado isoladamente por homens e mulheres no território de Marudá Velho, ambos se complementam, pois não envolve apenas força física e mental, ele vai além e abrange:

Um conjunto de significados e representações presentes em todas as esferas da vida. Um verdadeiro fazer que remete à ação, ao saber, ao devaneio, à realização, ao contrário da alienação do trabalho nas relações capitalistas. Não sendo o trabalho uma atividade isolada, mas aquilo no qual se baseia e se reflete cada atividade isolada, pode-se pensar que o trabalho causa e reflete o conjunto das relações sociais. Esta maneira de pensar o trabalho pode ser bastante útil à compreensão da divisão social e sexual do trabalho e das formas de representação do trabalho. (SILVA 1988, p. 78 apud FURTADO 2018, p. 2010).

Assim, o trabalho desenvolvido na unidade de produção em Marudá Velho, envolve todos os membros da família e é orientado por uma divisão sexual e social construída historicamente. Segundo Hirata (2007, p. 60), a divisão social do trabalho é resultante das relações estabelecidas entre os homens e mulheres.

Essa relação se fundamenta na ideia de que naturalmente o homem é qualificado para exercer determinadas funções ligadas à esfera produtiva e a mulher é destinada a desempenhar atividades no espaço reprodutivo. Por conseguinte, cabe também ao homem a apropriação de funções com maior valor social.

Nessa lógica, a divisão sexual do trabalho está organizada no princípio de que existem ofícios que devem ser desenvolvidos exclusivamente por homem e por mulheres. Além disso, atribui valores distintos e desiguais para o trabalho desempenhado entre ambos. É importante

ressaltar que esses papéis são construídos e definidos desde cedo, ainda na infância, isso por meio dos processos educativos e da transmissão de saberes entre pais e filhos.

Meninos e meninas são ensinados a desenvolver determinadas atividades acompanhando os seus pais em um constante processo educativo por meio do trabalho familiar, que será amadurecido e complexificado na vida adulta. Durante a infância camponesa se aprende a realizar afazeres diferenciados com valores desiguais. As meninas são instruídas e/ou ensinadas pelas mães a realizarem tarefas consideradas femininas. Ao passo que os meninos aprendem a desempenhar atividades, que estão mais próximas das definidas como masculinas. Os processos de aprendizagem e de transmissão de saberes funcionam para o campesinato como uma dimensão social e simbólica, que constrói e define os papéis sociais de cada membro segundo seu gênero e idade. Essa transmissão de saberes possibilita a reprodução social do campesinato, que consolidará na vida adulta as tarefas, que devem realizar homens e mulheres de forma hierárquica, garantindo a sua reprodução. E nessa construção do saber-fazer, que se constroem como apontamos o que é ser mulher ou homem camponês. (MONTEIRO, 2013, p. 110).

Conforme Monteiro, o lugar do homem é executando seu trabalho na roça para suprir as necessidades da família, e o da mulher, em casa. Mesmo quando a mulher desempenha seu trabalho na roça, este não é reconhecido como tal, assim, as tarefas na roça, quando efetuadas por mulheres, perdem o caráter de trabalho.

No território de Marudá Novo isso não é diferente, homens e mulheres desempenham o trabalho na roça. Ainda assim, os serviços realizados por elas, mesmo equiparados aos deles, é visto de forma inferiorizada. Por esta razão, no decorrer desta seção ressaltaremos o trabalho das mulheres por entendermos a significativa importância para a construção dessa territorialidade específica.

[...] Nessa comunidade não existem mulheres que só trabalham no lar, pois este trabalho no lar, refere-se ao trato com a casa e ao preparo do alimento, além do cuidado com as crianças menores, o que se torna compartilhado dentro da própria unidade doméstica entre filhos, filhas e mãe. Dessa forma, as mulheres são liberadas para o serviço de fora, que, além das atividades na roça da família, compreende atividades tais como: fazer a farinha de mandioca, pescar, lavar pra fora. (FURTADO, 2018, p. 2013).

Desse modo, a unidade de produção camponesa em Marudá Novo está inteiramente ligada a terra, trabalho e família, onde se repousa a organização e a manutenção da vida. Para Marx, (1986 apud OLIVEIRA, 1991) é nessa pequena propriedade que:

Uma parte da produção agrícola entra primeiro e fundamentalmente no consumo do produtor, como meio de subsistência imediato, e a outra parte, o excedente, é comercializada sob a forma de mercadoria. Assim, a sua lógica de produção está assentada na forma simples de circulação das mercadorias, em que se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, tendo-se assim, a situação do vender para comprar: a quantia de dinheiro que se obtém através da venda de uma mercadoria vai ser consumida pela compra de outra mercadoria, em geral o comprador não produz, dando-se desse modo na produção camponesa a satisfação das necessidades.

Portanto, é na pequena propriedade que a família camponesa tanto pode produzir para manter e prover seu autoconsumo e aprovisionamento familiar, como destinar esses produtos ao comércio. Normalmente, somente o excedente desta produção é destinado à comercialização. O dinheiro adquirido através de sua venda é reservado à compra de bens e materiais que a família não consegue produzir. Dessa maneira, o objetivo principal do camponês ao exercer suas atividades na pequena propriedade, não é destinar seus produtos ao comércio, e sim, tentar garantir e suprir as necessidades básicas e alimentares de sua família.

Partindo desse princípio, a terra para o camponês não significa apenas uma unidade na qual empenha a sua força de trabalho para produzir as condições materiais de sua existência subordinada à lógica capitalista. A sua relação com a terra estaria imbuída de valores simbólicos, de uma moralidade, de uma ética e de uma hierarquia social. A terra, portanto, representa um patrimônio familiar apropriado pelo trabalho e como dádiva, não é simples coisa ou mercadoria. É o patrimônio familiar trabalhado que se constrói a família enquanto valor. A lógica ética da campesinidade estaria apoiada em três elementos interligados e interdependentes: a terra, o trabalho e a família. (MONTEIRO, 2013, p. 102).

No território de Marudá Novo é comum se vê exemplos desse tipo. As famílias que trabalham na pequena unidade de propriedade, destinam apenas o excedente à comercialização. Lá, temos os quintais e as roças onde todos os membros da família se dedicam ao cultivo de diversos produtos e a criação de animais de pequeno porte.

Adiante, daremos ênfase ao trabalho desenvolvido pelas mulheres quilombolas camponesas nas unidades de produção fora do âmbito da casa, principalmente nos quintais, local privilegiado e muito aproveitado por elas, assim, elas podem associar o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, como expõe uma produtora.

Minhas plantações são no fundo do quintal, lá tenho uma linha de horta, planto as coisas que gosto, isso me dá muito prazer, fico feliz de ver minhas plantações crescendo. É bom ser no quintal porque assim não tenho que sair de casa, eu cuido da casa e dos meus filhos, participo das reuniões na escola, cuido da minha hortinha quando eles estão na escola. Eu também ajudo meu marido na roça dele, não é aqui perto, mas eu sempre vou. Ele também me ajuda na minha horta quando preciso fazer algum trabalho pesado como levantar as cercas e os canteiros. (Maria Anunciação Silva da Silva, 51 anos, Quilombola, Moradora de Marudá Novo)

Como se pode notar, no território de Marudá Novo há uma divisão sexual do trabalho marcada pelas representações sociais entre homens e mulheres. Às mulheres, cabe o cuidado com os filhos, a pequena criação de animais no quintal, a horta, a casa e ajudar na plantação quando necessário. Ao homem, cabe a tarefa de ir para roça, desenvolver as atividades agrícolas tidas como árduas, pesadas, abastecer a casa e pagar as contas de água e luz. Nessa perspectiva o homem é visto como provedor da família, e a mulher nem sempre consegue se vê como peça central e indispensável nesse processo de trabalho e produção, consoante, Menasche e Torrens (1996, p. 19):

De um modo geral, pode-se entender tal ordem das coisas a partir das imagens construídas dos papéis de homens e mulheres na sociedade. Seriam, assim, “próprias” do homem as atividades (e decisões) referentes ao espaço público, no caso tudo o que está relacionado ao exterior da propriedade: mercado e relação com dinheiro, relação com assistência técnica e capacitação profissional, formas de associação e representação, responsabilidade jurídica pela propriedade da terra... enfim, seria do homem o mundo da produção, entendida aqui como envolvendo as atividades voltadas para o mercado, geradoras de renda monetária, aquelas normalmente tidas como sendo “as que de fato importam”. Da mesma forma, seriam consideradas como “próprias” da mulher as atividades referentes ao espaço privado, que envolvem toda a gama de responsabilidades relacionadas à reprodução da família.

Esse pensamento pode ser justificado pelo fato de elas, mesmo que inconscientemente, apontarem a força física como uma das razões para os homens serem considerados mais importantes do que as mulheres no trabalho agrícola. Conforme de Del Valle, antigamente.

O principal valor da mulher era definido em função da sua capacidade de reprodução, tanto no sentido biológico como em relação à comida e aos valores culturais no âmbito doméstico: a casa, a horta, o pomar e os pequenos animais. Na casa se desenvolve a vida privada: o cuidado do corpo, a experiência da vida sexual e da vida reprodutiva, o preparo da comida e a realização de experiências de socialização são algumas das que aparecem com frequência. (VALLE, 1991, p. 223).

Na casa, espaço privado das mulheres, elas desenvolvem seu trabalho e criam sua própria rotina. As funções exercidas por elas no âmbito doméstico são tão importantes quanto

a desempenhadas pelos homens, e às vezes, até mais maçantes, elas têm que desenvolver uma série de tarefas, ser polivalentes e no fim do dia estão tão cansadas e desgastadas quanto os seus companheiros. Nessa perspectiva, Farias (2019 apud HERRERA, 2012, p.1) complementa esse raciocínio ao manifestar que

A jornada cotidiana da mulher no meio rural é subestimada pela sociedade, uma vez que muitas das atividades exercidas por elas não se enquadram nas categorias aceitas e reconhecidas formalmente pela sociedade em torno do conceito de trabalho”. Neste sentido, pudesse considerar o trabalho da mulher como um conjunto de atividades invisíveis à sociedade, que, apesar disto, ultrapassa em muito as práticas estritamente vinculadas ao trabalho doméstico. As agricultoras familiares também realizam atividades produtivas, como o plantio e a colheita da produção para o autoconsumo da família, e também práticas orientadas para a pequena escala de comercialização de produtos agrícolas.

Mas, infelizmente, o trabalho desenvolvido por elas, não é visto e nem reconhecido pelo companheiro e nem pelos demais componentes da família, isto por ser considerado improdutivo e não gerar renda. Para Aguiar (2015, p. 25)

Embora as mulheres participem ativamente do trabalho na agricultura, propriamente dito, ele é um trabalho atribuído aos homens, que, por ser expresso em valores monetários, é considerado produtivo. O trabalho que as mulheres realizam no chamado “espaço produtivo” é, no máximo, admitido como uma mera ajuda ou complemento ao trabalho masculino, e é comum elas serem consideradas “ajudantes” dos maridos ou “esposas” de agricultores. Por isso se diz que o seu trabalho é invisibilizado.

Por não ser expresso em um valor monetário considerável, os trabalhos executados pelas mulheres no território de Marudá é visto como improdutivo, e conseqüentemente, todo o esforço que elas empregam quando da lida nos quintais, na roça, no cuidado dos animais de pequeno porte torna-se invisível.

Embora esse tipo de pensamento ainda esteja presente no seio de muitas famílias camponesas por conta da imagem historicamente construída pelo discurso do patriarcado, aos poucos, essa concepção vem sofrendo mutações, principalmente após o processo de desterritorialização. Nesse viés, é notável que as mulheres em Marudá Novo, atualmente desenvolvem seu trabalho na agricultura na mesma proporção que os homens, pois não há atividade que elas não possam realizar. Dona Meiriluce Diniz Silva é um exemplo e expõe que:

Teve um período que meu marido ficou doente e eu tive que cuidar de tudo, administrar a plantação, resolver os negócios dele porque ele ficou muito tempo internado e quando veio pra casa teve que dá a dieta que o médico passou. Pra mim dar conta de tudo isso eu tive até que aprender a andar de boi pra poder ir pro nosso terreno e cuidar da roça. Sempre foi rotina eu ir com ele 5 h da manhã pra lá, a roça é longe, indo andando gasto uma hora, de bicicleta meia hora, mas não temos bicicleta só um boi e eu tive que aprender a andar pra ir cuidar de nossas plantações, ele me derrubou duas vezes, mas eu não desistir, insisti, hoje eu ainda monto no boi se precisar (fala ela orgulhosa desse feito). (Meiriluce Diniz Silva, 66 anos, Quilombola, Moradora de Marudá Novo)

Em Marudá Novo as mulheres, aos poucos, estão conquistando seu espaço, ampliando suas formas de participação e representação, além de ocuparem papel de destaque nas atividades agrícolas, comercializarem os seus produtos e ser 40% dos representantes da Associação de Moradores e Moradoras, Produtores e Produtoras da Comunidade Quilombola de Marudá.

Durante uma conversa informal, dona Maria Anunciação Silva da Silva expõe que é mãe, esposa, trabalha na roça com o marido, tem uma horta para dar conta no quintal de sua casa e é tesoureira da Associação.

Eu faço tudo isso, tenho orgulho do meu trabalho, faço com amor, dou conta de tudo e meu maior orgulho é poder vender meus produtos e ajudar meu marido no fim do mês. Tenho orgulho do que faço porque assim não fico dependente de meu marido, me sinto importante e a gente nunca deve se apoiar no outro, porque nunca sabemos o dia de amanhã, vai que ele arruma outra, e me deixa rsrsrs. Meu marido nunca disse nada sobre o que eu faço e aí dele se disser. (Maria Anunciação Silva da Silva, 51 anos, Quilombola, Moradora de Marudá Novo).

Dona Maria Anunciação Silva da Silva planta em seu quintal quiabo, pepino, cebolinha, abóbora, cheiro verde, coco, pimentão, pimentinha, alface, banana, rúcula e ainda faz carvão de lenha. Ela mostra suas plantações em seu quintal com muito orgulho e entusiasmo, como mostra a figura abaixo.

Figura 18: Hortaliças cultivadas no quintal por Dona Maria Anunciação



Fonte: Autora, 2019

Além dessa plantação, a dona Maria Anunciação Silva da Silva ainda cultiva outros produtos na roça onde trabalha com seu esposo. Segundo ela, é muito distante e eles iam a pé, mas hoje, seu marido dispõe de uma moto, o que facilitou o acesso. Nas terras onde cultivava sua roça, não dá para plantar mandioca, pois o solo não é apropriado para esse tipo de cultivo. Por esta razão, ela tem que comprar farinha, alimento fundamental durante as refeições em sua casa.

Lá em nossa roça, fica no alto, a terra é muito encharcada e lá não dá para plantar maniva, tentamos e perdemos tudo, aí desistimos e hoje plantamos milho, feijão, arroz, coco manso, jaca esses dão lá. Por isso compramos farinha aqui na quitanda, é muito boa, é feita pelo seu Antônio, sempre compro na mão dele, lá em casa ninguém come se não tiver farinha na mesa. Quando não tem nada pra tomar café a gente toma com farinha e quebra o jejum. (Maria Anunciação Silva da Silva, 51 anos, Quilombola, Moradora de Marudá Novo)

Como se pode notar, a farinha é um alimento indispensável na mesa em Marudá Novo, faz parte da cultura e de seus hábitos alimentares diários. Enquanto uns tiveram problemas com as terras que receberam do CLA, por não possuírem solo fértil e adequado para desenvolver a plantação de mandioca, outros receberam terrenos considerados “bons”, nos quais dar para extrair uma quantidade de mandioca razoável para suprir as necessidades alimentares de sua família e as vezes comercializar o excedente. Sá (2007, P.76) explica que

A farinha, apesar de não aparecer entre os principais produtos comercializados pelos camponeses, é um dos principais produtos que mais frequentemente entra nas trocas comerciais locais a não ser em épocas de escassez agudas, devido à sua fácil colocação no mercado da capital.

Outros gêneros alimentícios muito cultivados em Marudá Novo pelas mulheres são: abacate, mamão papaia, limão galego, laranja, tomate cereja, ata, juçara, banana, vinagreira e ervas para chás como capim limão, cidreira e boldo como se observa na figura adiante que retrata o quintal de dona Meiriluce Diniz Silva de 66 anos.

Figura 19: Produtos cultivados no quintal de casa por dona Meiriluce Diniz



Fonte: Autora, 2019.

Dona Meiriluce Diniz Silva não possui filhos e cuida de seu quintal sozinha. Às vezes ela recebe ajuda esporádica de seu companheiro. Ela afirma ter prazer em cuidar de tudo, que com sua idade tem que se movimentar. Ela acorda cedo, às 6 h, e só cessa por volta das 11 h, para fazer o almoço. A irrigação de suas plantações é realizada duas vezes ao dia, à tarde, por volta das 16 h, ela retoma suas atividades no quintal. Ela compartilha suas experiências e realiza a troca de alguns artefatos com sua vizinha e amiga, a Sra. Domingas Silva Diniz

Somos amigas faz muitos anos, nos conhecemos em Marudá Velho, lá a gente morava de lado uma da outra, nossas casas eram bem próximas, sempre conversamos muito, somos amigas irmãs, tudo que eu preciso peço pra ela. Ela nunca me negou nada, já fiquei doente e ela cuidou de mim, me ajudou muito, da mesma forma tento ajudar ela no que posso. Ela e eu trabalhamos praticamente juntas, sempre olho a plantação dela e ela a minha, uma dá pitaco no que é da outra, trocamos sementes, adubo e até o que plantamos. O engraçado é que nem o deslocamento separou a gente, poderíamos ter pegado rumos diferentes, mas quando viemos pra cá ficamos morando uma em frente da outra, isso me fez ficar feliz, sou grata a Deus por isso. Ela é uma mulher muito trabalhadora, ainda vai pro coco, digo pra ela não ir não sair no sol, hoje pouca gente faz isso aqui mas ela gosta e vai, é teimosa. (Meiriluce Diniz Silva, 66 anos, Quilombola, Moradora de Marudá Novo).

A Sra. Domingas Silva Paiva é uma das poucas mulheres que ainda saem à procura do coco babaçu, ela faz carvão e extrai o azeite da amêndoa, além disso, ela tem em seu quintal vários pés de urucum de onde colhe a matéria prima para fazer corante caseiro. Ela também planta cheiro verde, tomate comum e alface, conforme exposto na figura a seguir.

Figura 20: A Sr. Domingas Silva Paiva mostrando suas plantações em seu quintal



Fonte: Autora, 2019.

Uma observação em comum entre as mulheres que trabalham em seus quintais é que todas possuem uma pequena criação de galinha, como traz a figura em seguida. Por essa razão, além dos vários canteiros ser suspensos, possuem também uma tela de proteção ou uma rede ao seu redor, ou ainda, são separados por uma cerca.

Figura 21: Pequena criação de galinhas



Fonte: Autora, 2019

É importante destacar o fato das mulheres, com quem tivemos a oportunidade de ter contato, gostarem de pescar. Ambas se reportam a essa prática com tristeza, pois era algo que realizavam diariamente em Marudá Velho. Atualmente, essa atividade só pode ser praticada esporadicamente, no período de cheias, pois como moram longe do mar, só lhes restam os açudes e os igarapés.

Outro ponto que merece menção e que chamou a atenção por ter sido marcante durante a conversa com as mulheres, foi o fato de nenhuma delas mencionarem seu trabalho como algo maçante e chato. Em todos os relatos ouvi palavras que expressam muito amor, prazer, sentimento e verdade.

Infelizmente, esta pesquisa e as palavras aqui descritas, não são suficientes e nem podem demonstrar o entusiasmo, a garra, a alegria e principalmente o amor com que essas mulheres exibem seus quintais e suas plantações. A gratidão e o orgulho de mostrarem seu trabalho, como a diversidade de frutas, de legumes e de hortaliças cultivadas por elas é enorme. Ambas declaram que hoje se sentem respeitadas e reconhecidas pelo papel que desempenham. Dizem ainda que hoje são vistas pelos demais, fazendo com que se sintam empoderadas, como expresso no depoimento abaixo.

Hoje me sinto mais mulher, mais dona de mim, me sinto bem, é muito bom não depender de homem, sou orgulhosa de mim, as pessoas me conhecem pelo meu trabalho, falam dele, até me indicam, tem gente que vem de outros povoados só compra coisa na minha mão ou encomendar. Às vezes o vizinho vai comprar um cheiro verde na casa de uma colega e não tem aí mandam pra minha casa, eles dizem assim: vai compra na casa de Mariinha, ela tem e é bom. Isso me deixa muito feliz, o seu Mandioca também me liga e encomenda algumas coisas, eu nunca fico parada sempre tenho pra quem vender o que produz no meu quintal. (Maria da Anunciação Silva e Silva, 51 anos, moradora de Marudá Novo).

Diante do apresentado, é necessário frisar que nem tudo são flores e as poucas mulheres que ainda resistem e tentam continuar desempenhando seu trabalho através da agricultura familiar, vem esbarrando em várias dificuldades no que concerne a produção e sua comercialização, como veremos mais detalhadamente, a seguir.

3.3 Dificuldades enfrentadas pelas mulheres: do plantio ao escoamento dos produtos

Durante o processo de preparação da terra e do plantio, as mulheres vêm esbarrando em algumas dificuldades no território de Marudá Novo. A primeira delas é a falta de apoio e assistência técnica por parte da Prefeitura Municipal de Alcântara e da Secretaria Municipal de Agricultura Familiar, Aquicultura, Pesca e Abastecimento, como expõe dona Domingas Meiriluce Diniz Silva.

Aqui a gente participa de palestras, mas falta apoio técnico, tem que uma pessoa ir no terreno, analisar a terra e explicar o que é melhor pra plantar, e em que período. Por falta de um técnico quando começamos a plantar, perdemos muitas coisas, porque não dava na terra, a gente foi aprendendo o que plantar ou não com o tempo e na prática, não foi fácil perdemos muito com isso, tempo, dinheiro e sementes, só não passamos fome porque Deus não deixou. (Meiriluce Diniz Silva, 66 anos, Quilombola, Moradora de Marudá Novo).

Como se pode notar, a ausência de suporte técnico de especialistas fez com que os produtores e produtoras sofressem grandes perdas. Em seus relatos havia um sentimento de tristeza e frustração. Além disso, há outro grande problema durante o plantio. Agora no tocante à distância até as roças, pois nem todos dispõem de um transporte para se deslocar até lá. Nesses casos, a única alternativa é ir a pé, percorrendo uma caminhada de aproximadamente 1 h.

O fornecimento de sementes pela Secretaria Municipal de Agricultura Familiar, Aquicultura, Pesca e Abastecimento, embora seja visto como uma política que em sua proposta inicial traga benefícios aos produtores e produtoras de Alcântara, não está sendo

desenvolvida de modo que consiga alcançar seus objetivos e está se tornando um estorvo aos que dependem dessa política, como traz uma produtora:

Eu já estou velha, doente, só planto no quintal de casa e coisa pouca, cedi meu terreno para outra pessoa porque não aguentava mais ir todos os dias lá, é longe, nós vamos a pé porque não temos moto e nem carro, uma de minhas maiores dificuldades é que nem sempre a secretaria de agricultura me dava as sementes no tempo certo de plantio, às vezes passava do tempo, e isso é chato porque temos que comprar ou trocar com os vizinhos que nem sempre quer tem ou não quer trocar. (Domingas Albina Silva Pinto, 53 anos, Quilombola, Moradora de Marudá Novo).

As sementes são fornecidas para as mulheres que possuem cadastro atualizado na Secretaria Municipal de Agricultura Familiar, Aquicultura, Pesca e Abastecimento, estas são transgênicas e só fecundam uma vez. A variedade é pequena, normalmente só é concedida as sementes de alface, cheiro verde, feijão, arroz e milho. Quando a instituição atrasa o fornecimento, as mulheres recorrem ao STTRA para solicitar que venham a intervir a seu favor, o que nem sempre traz resultados positivos.

Outro grande problema que assola as plantações das mulheres em Marudá Novo é oriundo da falta de água e da irrigação, segundo o relato da Sra. Domingas Silva Paiva:

Aqui em casa nem sempre tem água, às vezes falta, isso acontece quando a bomba está com problema ou queima, aí temos que carregar do poço da comunidade que fica longe de minha casa. Quando falta água eu só molho minhas plantações uma vez, o sol aqui é muito quente e algumas plantações morem. Eu ainda molho minhas plantações com o regador, manualmente, isso dá trabalho, tudo porque não tenho bomba aqui em casa. Já ouvi falar de uns créditos de incentivo à produção em pequenas propriedades na agricultura familiar, mas não entendo muito bem e nunca fui atrás. (Domingas Silva Paiva, 53 anos, Quilombola, Moradora de Marudá Novo).

Além dela, dona Maria Anunciação Silva da Silva compartilha das mesmas dificuldades quanto à irrigação e ainda complementa que sua criação de galinhas é um problema que assola e prejudica as plantações em seu quintal.

Eu tenho que carregar água e às vezes só consigo aguar uma vez, o ideal é duas ou três. Como crio galinhas tenho que colocar tela pra elas não acabarem com meu canteiro, outro dia chorei de desgosto, uma galinha acabou com minhas plantações de cheiro verde e cebolinha estava tão lindo, me doeu o coração. (Maria da Anunciação Silva e Silva, 51 anos, moradora de Marudá Novo).

A falta de informações quanto aos programas de financiamento e acesso ao crédito disponibilizados pelo Governo Federal é um grande entrave para essas mulheres que ficam fora dos programas de inclusão produtiva e de incentivo a agricultura familiar, impedindo-as de expandir suas plantações e melhorar a produção diversificando-a por meio da inovação do

cultivo de novas espécies, e ainda, modernizar seu sistema de irrigação e transporte. A falta de capitais e do desenvolvimento de políticas públicas eficazes em Marudá Novo limita consideravelmente o atendimento dessas necessidades.

Como dito anteriormente, os terrenos onde os quilombolas cultivam suas roças são muito distantes, os produtores e produtoras tem que trazer os derivados de suas plantações aos poucos e a pé, portando um cofo ou jacá na garupa da moto ou da bicicleta, em lombos de animais ou em um carro alugado especialmente para este fim.

Ancorado a todos esses empecilhos, a Sra. Valdirene Ferreira Mendonça, que trabalha no STTRA, como coordenadora de Políticas Públicas e Programas Sociais para as Mulheres no município, destacou a ausência de creches nos polos, o que para ela, poderia trazer grandes benefícios para as mulheres que desejam investir em suas plantações.

As creches iriam trazer mais autonomia para as mulheres, muitas desistem de seu trabalho em detrimento do cuidado com os filhos em seus primeiros anos de vida, por não ter com quem deixá-los, assim elas ficam totalmente dependente de seus parceiros ou familiares. Já vi muitas mulheres pararem de vender seus produtos e ter que pedir até as coisas mais básicas para seu esposo, isso é triste. Temos projetos, mas infelizmente eles não saem do papel pois, não conseguimos desenvolvê-los sozinhos, precisamos de recursos financeiros e parceiros. Hoje 70% das mulheres de Marudá estão em dias com o sindicato, elas têm uma boa representação e sempre que podem participam das ações. (Valdirene Ferreira Mendonça, 50 anos, coordenadora municipal de Políticas Públicas e Programas Sociais para as mulheres).

A falta de financiamento para desenvolver projetos que fortaleçam a autonomia das mulheres e lhes assegurem melhores condições de trabalho, é um entrave durante a execução de seus serviços, como assegura a coordenadora, a Sr. Valdirene. Para ela, embora as mulheres sejam participativas e assíduas nas atividades desenvolvidas pelo STTRA, aos poucos, estão se vendo desmotivadas e desacreditadas. A coordenadora ainda prossegue:

Eu digo isso porque também planto, cuido de minhas hortaliças normalmente na parte da tarde, quando chego do serviço, e eu também vivo esses mesmos problemas que elas, sinto na pele e fico tão frustrada quanto elas, principalmente por não poder desenvolver uma política consistente que traga um resultado imediato para essas mulheres. Olha, é muito gratificante vender o que plantamos e ter aquele dinheiro pra comprar nossas coisas, embora seja pouco, mas eu dou valor e elas também, penso que é melhor o pouco, que nada. (Valdirene Ferreira Mendonça, 50 anos, coordenadora municipal de Políticas Públicas e Programas Sociais para as mulheres).

A comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar em Marudá Novo ainda é muito pequena, 80% do que se produz é utilizado para o próprio consumo da família, pois a unidade de produção também é de consumo.

Essa característica da agricultura familiar determina o comportamento camponês: sua atividade econômica é baseada em dois princípios diferentes, sendo os padrões de produção determinados, então, não apenas por considerações a respeito de lucro, mas também pelas necessidades da família. Dessa forma, as decisões no interior da agricultura familiar são movidas por duas lógicas, diferentes e complementares: uma voltada para o mercado, outra para o atendimento das necessidades da família. Há um entrelaçamento das dimensões da produção e da reprodução. (TEDESCHI, 2004, p. 51).

Dessa maneira, as mulheres vendem apenas o excedente do que cultivam, não obtém uma renda sólida e fixa, e sim, variável, pois dependem das condições climáticas e ambientais. Nem sempre elas conseguem ter uma boa plantação, às vezes dá lagartas ou fungos e quando isso ocorre, algumas espécies acabam morrendo e afetando a safra. Isso tudo impacta na qualidade e na quantidade dos produtos colhidos, como explica uma produtora quilombola.

Tudo que eu planto eu consigo vender, mas as vezes não tiro muito, meus tomates as vezes dá lagarta e ficam com um fungo branco, alguns até morrem porque eu não jogo veneno. Aí não tiro muito só uns R\$ 70,00. Eu vendo meu cheiro verde, cebolinha, alface e minhas galinhas aqui mesmo em Marudá, pros meus vizinhos, eles já me conhecem e sempre vem aqui perguntar se tenho alguma coisa pra vender, se eu tiver eu vendo. Eu também vendo em Alcântara, às vezes eu mesma vou pra Alcântara, fico na ladeira do Jacaré na casa de meu irmão com os mois de cheiro verde, pepino e couve folha e vendo tudo em pouco tempo, depois vou logo comprar o que preciso, o que tiver faltando aqui em casa e trago pra casa. A gente aqui em casa só compra café, açúcar, azeite, sabão, bombril e cuscuz, o resto nós plantamos consumimos e não gastamos com isso. (Domingas Silva Paiva, 53 anos, Quilombola, Moradora de Marudá Novo).

Normalmente as mulheres vendem seus produtos na comunidade e por conta própria, assim explica uma produtora:

Eu vendo minhas coisas por minha conta aqui em casa. Já tentei vender pra cozinha mas eles não compraram. Aqui vendo suquinho, cremosinho, polpas, coco, cheiro verde, galinha, alface, banana, juçara, quiabo e maxixe. Também aceito encomendas do seu Macaxeira, ele tem uma frutaria em Alcântara, vez ou outra ele me liga, pergunta o que tenho pra oferecer e faz uma encomenda grande. Dona Francisquinha, ela é bem conhecida porque ela tem uma barraca na frente do supermercado União lá em Alcântara. Ela compra muito em minha mão, ela é minha cliente, quando ela não me procura eu procuro ela e ofereço, ela sempre compra. Vendo de R\$ 90,00 a R\$ 120,00 pra ela, o bom é que ela me paga logo, na hora e seu Macaxeira também paga à vista. (Maria da Anunciação Silva e Silva, 51 anos, moradora de Marudá Novo).

Outra mulher quando indagada sobre onde vende o que cultiva, ressaltou:

Eu vendo pra um senhor lá de Cujupe e pros feirantes de Bequimão. Vendo pra eles porque não tenho tempo de ficar saindo pra vender por conta própria, nem sempre tô em casa. Não vendo pros programas e nem para cozinha porque eles não aceitam tudo que a gente planta na agricultura familiar, eles só aceitam hortaliças, eles não pegam carnes porque não temos o selo de qualidade, aí não consigo vender meus frangos e minhas galinhas, além disso algumas escolas não pegam nossos produtos, eles dizem que as crianças não comem, não gostam e que as operacionais não sabem armazenar. (Anônima).

Em Marudá Novo apenas dez mulheres vendem seus produtos para a cozinha Comunitária Quilombola, conforme a relação exposta no quadro 4 a seguir. Infelizmente não foi possível saber a quantidade fornecida por cada uma delas, pois o setor responsável pelas compras não disponibilizou esses dados alegando que eram de uso restrito. As mulheres, quando questionadas sobre o assunto, responderam que não sabiam de cabeça, apenas que não vendiam muito, pois a instituição comprava só o necessário para suprir as necessidades do dia, a compra era feita conforme o cardápio e há um rodízio entre os fornecedores. Cabe salientar que todos os alimentos fornecidos por essas mulheres são in natura e saudáveis para a população que o consome.

Quadro 5: Relação de Mulheres que fornecem produtos para Cozinha Comunitária

NOME DAS AGRICULTORAS	PRODUTOS FORNECIDOS	PREÇO
Raimunda de Fatima Costa Diniz	Cebolinha	R\$ 2,00 (maço)
	Cheiro verde	R\$ 2,00 (maço)
	Vinagreira	R\$ 2,00 (maço)
Maria das Neves Costa Diniz	Alface lisa	R\$ 3,20 (pé)
	Couve Folha	R\$ 4,00 (pé)
	Rúcula	R\$ 2,20 (pé)
Francisca Silva Diniz	Macaxeira	R\$ 4,35 (kg)
	Batata doce	R\$ 4,35 (kg)
	Abobora	R\$ 4,35 (kg)
	Banana	R\$ 6,35 (kg)
Suzanete Silva	Farinha amarela	R\$ 6,00 (kg)
	Maxixe	R\$ 4,35 (kg)
	Pepino	R\$ 4,00 (kg)
	Milho	R\$ 1,00(espiga)
	Quiabo	R\$ 10,00 (kg)
Geys e Vitoria Campos Diniz Maria Teodora Ramos Silva	Pimenta de cheiro	R\$ 6,80 (kg)
	Pimentão verde	R\$ 4,00 (kg)
	Alface	R\$ 3,20 (pé)
	Coento	R\$ 2,00 (maço)
	Pepino	R\$ 4,00 (kg)
	Abobora	R\$ 4,35 (kg)
	Banana	R\$ 6,35 (kg)
Antônia das Graças Silva dos Anjos	Vinagreira	R\$ 2,00 (maço)
	Inhame	R\$ 4,35 (kg)
	Macaxeira	R\$ 4,35 (kg)
Lucélia Maria Silva Diniz Costa	Cebolinha	R\$ 2,00 (maço)
	Tomate Cereja	R\$ 4,95 (kg)
	Alface americano	R\$ 3,20 (pé)
	Salsinha	R\$ 2,00 (maço)
	Couve Folha	R\$ 4,00 (pé)
Roseane de Cassia Silva Diniz	Inhame	R\$ 4,35 (kg)
	Alface	R\$ 3,20 (pé)
	Tomate Cereja	R\$ 4,95 (kg)
	Pimentão	R\$ 4,00 (kg)
Isidoria Oliveira	Abobora	R\$ 4,35 (kg)
	Banana	R\$ 6,35 (kg)
	Alface	R\$ 3,20 (pé)
	Coentro	R\$ 2,00 (maço)

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

A escolha dos fornecedores(as) se dá inicialmente através da realização de um cadastro interno dos produtores e produtoras pela coordenação da cozinha. Em seguida, é feita uma triagem e uma relação dos que estão aptos a fornecer os produtos que a cozinha estiver precisando. Após isso, a coordenadora faz uma reunião coletiva com os produtores e produtoras para explicar os critérios de participação, as exigências e em seguida pergunta se eles estão dispostos a participar. No final é feito um acordo individual de prestação de serviço com os que se interessarem em colaborar.

É importante mencionar que a cozinha não acumula produtos, normalmente ela pega somente a quantidade a ser utilizada naquele dia, conforme a necessidade do cardápio, por ser variado, os produtos estarão sempre frescos. Por esta razão, o coordenador realiza um rodízio entre os fornecedores que se revezam entre si para abastecê-la. Essa foi a forma escolhida pela coordenação da cozinha para não prejudicá-los e nem priorizar e beneficiar uns em detrimento de outros.

Uma produtora, quando por mim questionada sobre a venda ou não de seus produtos para a cozinha, sem demora respondeu:

Não vendo para cozinha porque eles querem comprar pouco, aí se eu tiver um canteiro de cheiro verde bom pra colher, ou alface, tenho que colher tudo no mesmo dia e eles não querem comprar tudo, só a quantidade que eles precisam pra usar naquele dia, e eu não vou deixar o resto perdido por isso prefiro vender para dona Francisquinha, seu Macaxeira ou para qualquer outra pessoa porque eles compram tudo, pagam bem e ainda recebo logo. A cozinha e os programas pagam pouco e não tem uma data certa para pagar e a gente que vive disso precisa logo. (Domingas Albina Silva Pinto, 53 anos, Quilombola, Moradora de Marudá Novo).

Por conta da quantidade pequena de produtos que a cozinha recolhe entre os agricultores e agricultoras e de sua forma de pagamento, que não se dá instantaneamente, muitos ficam desmotivados e deixam de fornecer seus produtos. Quando isso acontece, a cozinha fica com um número insuficientes de fornecedores cadastrados e acaba pedindo a Secretaria Municipal de Agricultura Familiar, Aquicultura, Pesca e Abastecimento de Alcântara um levantamento de possíveis agricultores e agricultoras que cultivam e disponham dos produtos que ela necessita.

Outro ponto a ser acentuado, no tocante a insatisfação das produtoras em fornecer seus produtos à cozinha e aos programas sociais, refere-se ao fato de elas receberem somente as hortaliças, pois eles não aceitam frango, porco e nem o peixe, isso por não possuírem o selo de qualidade, uma burocracia imposta pelas normas, regimentos e portarias dos programas de

fortalecimento da agricultura familiar. Além da cozinha, o PNAE e o PAA também se valem desses regulamentos.

Além da exigência do selo imposta pelos programas sociais, eles requerem a utilização de embalagens adequadas e padronizadas para o fornecimento de polpas e a implantação de um abatedouro que disponha de CNPJ, com profissionais capacitados e que passe por inspeções periódicas, isso não há em Alcântara e nem nos povoados, a exemplo de Marudá Novo. Sobre o assunto, o Sr. Erinaldo Pereira, Secretário Municipal de Agricultura, relatou que vem tentando conseguir recursos e financiamentos junto a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP), visando a resolução deste problema. Ele diz ainda que os projetos já existem e que as providências estão sendo tomadas, mas que infelizmente esses processos são lentos e burocráticos.

Enquanto isso, as mulheres dizem que não recebem nenhum tipo de orientação para conseguir esses equipamentos e tão pouco sobre selo.

Não temos como conseguir máquina para embalar, mandar fazer embalagem porque ninguém explica como se dá o processo, não temos abatedouro equipado com CNPJ e nem máquinas que façam embalagens padronizadas para enrolar nossas coisas, isto é uma exigência também. Assim é muita dificuldade vender pra eles porque eles colocam tanta dificuldade. Os programas também não pagam na hora. Dona Francisquinha e seu Macaxeira pagam mais e é na hora. (Informante Anônima, Quilombola, Moradora de Marudá Novo).

A falta de conhecimento, as poucas orientações sobre as regras de funcionamento dos programas sociais relacionados à agricultura familiar existentes em Alcântara e a burocracia referente a documentação para se cadastrar e manter-se regular para poder fornecer seus produtos, deixam muitas mulheres excluídas do processo de comercialização por meio do PNAE e PAA em Marudá Novo.

Destarte, o que seria um meio de incluir, incentivar, fortalecer e dinamizar o trabalho das produtoras no território de Marudá Novo, acaba descartando, excluindo e desvalorizando. Em razão disso, apenas três mulheres estão com o cadastro ativo e conseguem fornecer seus produtos, sendo uma para o PAA e duas para o PNAE, conforme se vê no quadro abaixo.

Quadro 6: Mulheres Cadastradas no PAA e PNAE em Marudá Novo

Programa	Fornecedoras Cadastradas	Consórcio
PNAE	Maria Teodora R. Silva	
	Suzanete Silva	Domingas Silva Tatiane Souza Maria da Anunciação Silva da Silva Maria das Neves Costa Diniz Elizane Serão Sá
PAA	Francisca Silva Diniz	

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Além das dificuldades para se cadastrar existe outro problema, agora é quanto ao fornecimento de produtos, pois nem sempre a pessoa que está com o cadastro ativo consegue fornecer a quantidade de hortaliças estabelecida em seu contrato no prazo determinado. Como alternativa para solucionar esse problema, as mulheres se agrupam através de um consórcio, como explica o vice-presidente da Associação de Moradores e Moradoras, Produtores e Produtoras da Comunidade Quilombola de Marudá Novo

A formação de consórcios são comuns aqui, uma pessoa está cadastrada mas não tem produto suficiente para fornecer aquela quantidade estabelecida no contrato, aí a gente chama outras mulheres para compor o grupo até atingir aquela quantidade desejada, assim ninguém fica prejudicada e quando o pagamento cai na conta dela, a gente saca, tira um extrato e rateia entre elas conforme a quantidade de hortaliças fornecida por cada uma delas. Tudo que é recebido é anotado em um caderninho, para não perdermos o controle da quantidade de produtos que cada uma entregou. Nele eu anoto o nome, a data e a quantidade entregue. No consórcio é tudo muito claro e transparente por isso nunca tivemos problemas. (Inácio Silva Diniz, vice-presidente da Associação de moradores e moradoras, produtores e produtoras da comunidade quilombola de Marudá Novo).

Como se vê, o consórcio é utilizado como uma estratégia para incluir as mulheres que não conseguem se inserir no PNAE. Além das dificuldades para se cadastrar, as mesmas relatam os problemas quanto ao transporte das hortaliças e explicam:

A gente não tem transporte adequado para levar as hortaliças, então improvisamos, depois que a gente deixa na associação aqui em Marudá com Inácio, ele leva em uma moto pra sede, numa caixa de isopor, com um pouco de gelo dentro para conservar e manter a temperatura. (Francisca Silva Diniz, Quilombola, 49 anos, Moradora de Marudá Novo).

Outro impasse para comercialização dos produtos diz respeito às licitações muito utilizadas pelo PNAE, que a prefeitura municipal de Alcântara abre. Esses processos são encaminhados à Secretaria Municipal de Agricultura Familiar, Aquicultura, Pesca e Abastecimento que fica encarregada de convidar todos os produtores e produtoras cadastrados na instituição e informá-los sobre os critérios de participação e inclusão no processo que, segundo a coordenadora de Políticas Públicas e Programas Sociais para as Mulheres do município, isso nem sempre acontece.

Às vezes a prefeitura informa a Secretaria de Agricultura sobre uma licitação para eles avisarem aos produtores de todos os polos, repassarem as informações pros que estão aptos a participarem, mas eles não avisam todo mundo, só aqueles que são mais chegadas, amigos, você sabe como é politicagem, aí muita gente que dá duro e precisa fica de fora. Por isso tem gente que não se associa, se afasta e cuida em vender suas coisas de outras formas para não depender de programas sociais. (Valdirene Ferreira Mendonça, 50 anos, coordenadora municipal de Políticas Públicas e Programas Sociais para as mulheres).

Por estas razões e diante de todos os problemas elencados acima é que, em Marudá Novo, as mulheres comercializam boa parte de seus produtos por conta própria. Elas vendem para os vizinhos, para o Sr. Macaxeira e para dona Francisquinha, ambos de Alcântara, para alguns comerciantes de Cujupe e para os feirantes que trabalham em Bequimão. A renda obtida é variável e gira em torno de R\$ 70,00 a R\$ 300,00 mensais.

Embora a Prefeitura Municipal de Alcântara tenha lançado, em 2019, uma feira itinerante para fortalecer e fomentar as atividades voltadas a agricultura familiar no município, esta não tem sido uma alternativa adotada pelas produtoras de Marudá Novo, elas não aderiram e preferem não participar. Quando indagadas por mim, uma delas revelou que

Não dá pra ficar saindo de casa para vender fora, mesmo sendo uma vez por mês, dá muito trabalho, tem que transportar os produtos direitinho para não estragar, nem todas temos transportes, além do mais, tenho filhos, marido, tenho que cuidar da casa e vendo minhas coisas aqui, sem sair de casa, mas se a feira um dia for realizada aqui eu posso participar, é perto de casa e eu não terei problemas com o transporte dos produtos e em conservar eles. (Francisca Silva Diniz, Quilombola, 49 anos, Moradora de Marudá Novo).

Em Alcântara não existem feiras. Essa modalidade de venda não é muito difundida, não há um hábito e uma cultura em praticá-la e, talvez por esta razão, elas não as vejam com bons olhos, embora não descartem a possibilidade de venderem, caso a feira seja realizada no próprio território. Ao meu ver, as feiras constituem uma das estratégias, assim como os programas sociais e de acesso ao crédito, para integrar as produtoras ao mercado e fazê-las sentir a necessidade de incorporarem novas tecnologias em suas plantações para poderem produzir e vender cada vez mais, de modo que essa modalidade vai contra a lógica de produção camponesa. Conforme Monteiro (2013, p.101)

A racionalidade camponesa difere, da lógica capitalista de apropriação da terra e dos recursos naturais. A recriação e/ou reprodução do campesinato não se sustenta a partir de uma relação com terra enquanto mercadoria que, vise à acumulação de capital, é terra de trabalho, é morada da vida. Quando o capital se apropria da terra, está se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa, ela se transforma em terra de trabalho.

Nesse contexto as tentativas do Governo do Estado do Maranhão e da Prefeitura Municipal de Alcântara em implantar o modelo de agricultura familiar em Marudá Novo não teve sucesso uma vez que:

Fogem do padrão econômico hegemônico da agricultura camponesa, sendo que a agricultura de grande escala sempre recebeu uma atenção muito especial do governo brasileiro, principalmente por representar interesses de grupos empresariais e interferir positivamente na balança comercial. O Estado tem apresentado propostas para contribuir com uma nova dinâmica implementada, um exemplo disso é que, após 1995, com o PRONAF, algumas questões começaram a obter destaque, dentre elas, a proposição de políticas creditícias e de assistência técnica e a abertura de mercados institucionais voltados para a agricultura camponesa, mesmo assim, com capacidade reduzida de intervenção positiva na melhoria das condições de vida das populações rurais formadas por pequenos agricultores. (JACKSON JÚNIOR, 2017, p.37)

Nesse viés, as mulheres quilombolas que trabalham na unidade de produção em Marudá Novo, tem um modo próprio de viver e ser, que lhes é peculiar, distinto do modo de produção capitalista. Dessa forma, as mulheres “continuam se reproduzindo e recriando-se enquanto tal, na sociedade do capital, que ao mesmo tempo, conduz um processo de desenvolvimento reproduzindo relações eminentemente capitalistas, contraditoriamente, produz relações camponesas de produção.” (CARVALHO, 1988).

Contudo, é admirável ver a forma como essas mulheres administram seu tempo e conseguem lidar com a dupla ou até tripla jornada de trabalho, dividindo-se entre o lar, as suas plantações, as roças, as reuniões das entidades e em alguns casos as obras da igreja. É

desta maneira, que elas vêm conseguindo desenvolver sua autonomia produtiva. Para Terssac (2012), a autonomia se refere a capacidade estratégica de afirmação das escolhas dos indivíduos, envolve as relações de poder e se constitui contra um sistema de regras opressoras. Já para Melo (2011) “ela compreende à vontade e autodeterminação de um indivíduo de se conduzir conforme sua própria lei, seguindo sua razão prática, de tal forma que os interesses externos não sejam limitantes da própria vontade”.

A autonomia produtiva para as mulheres de Marudá Novo é tida como um meio para superar as condições de subordinação, dependência e desigualdade. À medida que elas vão desenvolvendo suas capacidades de gerar uma renda própria, através do trabalho que realizam nos quintais da unidade familiar, para suprir seu sustento e de sua família e, ainda, complementando a renda em casa, elas se sentem mais independentes economicamente e confiantes. Em vista disso, Melo (2015, p. 2010) reconhece que a:

Autonomia é essencial para que as mulheres possam prover seu próprio sustento e decidir por suas próprias vidas. Ela não envolve, portanto, apenas independência financeira e geração de renda, mas pressupõe também autonomia para realizar escolhas. Além de garantir a própria renda, é preciso que as mulheres tenham liberdade e condições favoráveis para escolher sua profissão, planejar seu futuro, ter tempo para o lazer e para se qualificar.

Em Marudá Novo, à medida que as mulheres iam reconstruindo sua autonomia produtiva, sua autoestima se elevava, elas se sentiam mais empoderadas ao conseguirem participar financeiramente no fim do mês com as despesas da casa, por meio da venda de seus produtos.

Para León (2001), o uso do conceito de empoderamento está expresso:

No debate entre o empoderamento individual e o coletivo. Para aqueles que ousam a partir da área do indivíduo, com ênfase nos processos cognitivos, o empoderamento se circunscreve ao sentido que os indivíduos se autoconferem. Tomo um sentido de domínio e controle individual, de controle pessoal. E ‘fazer as coisas por si mesmo’, e ‘ter êxito sem a ajuda dos outros’. Esta é uma visão individualista, que chega a assinalar como prioritários os sujeitos independentes e autônomos com um sentido de domínio próprio, e desconhece as relações entre as estruturas de poder e as práticas da vida cotidiana de indivíduos e grupos, além de desconectar as pessoas do amplo contexto sócio-político, histórico, do solidário, do que representa a cooperação e o que significa preocupar-se com o outro. (LEÓN, 2001, p. 96).

Como se pode notar a palavra empoderamento tem um grande significado, embora as mulheres em Marudá Novo não entendam este conceito, de tal forma, em seus relatos, pode-se notar as mudanças pelas quais elas sofreram ao chegarem no Novo Território, principalmente

no que diz respeito às relações patriarcais. Neste caso, o empoderamento foi aos poucos sendo desencadeado pelas mulheres, à medida que novas necessidades iam surgindo.

Desta maneira, o remanejamento dos quilombolas do território de Marudá Velho para Marudá Novo implicou diretamente no trabalho das mulheres que vieram a sofrer com a ausência dos recursos naturais e, também, pela distância entre elas e o mar. Nos primeiros anos, muitas exerciam apenas as atividades domésticas deixando de lado a roça e o extrativismo.

Aos poucos elas começaram a reagir, buscar alternativas de trabalho coletivo na pequena unidade de produção, superar a insegurança alimentar, comercializar os produtos advindos de seu trabalho de modo autônomo e através dos programas sociais existentes no município a fim de “ajudar” seus companheiros com as despesas do lar. Para Nascimento (p.88, 2014) embora:

As mulheres participem de várias atividades nos sistemas produtivos. Em alguns, elas trabalham quase exclusivamente. Contudo, as mulheres rurais ainda convivem com a invisibilidade do seu trabalho ou com a definição de ajuda ao trabalho realizado anualmente na produção e reprodução da agricultura familiar. Concepção esta reproduzida pelas mulheres que assumem a identidade de ajudantes desses sistemas, especialmente do roçado concebido como trabalho dos homens.

Embora as mulheres assumam a identidade de ajudantes, elas precisam entender e apreender a diferenciar o trabalho que exercem de ajuda, essa mudança tem que partir delas, tem que vir de dentro, para que assim elas possam ter uma mudança em sua postura e obter o reconhecimento do trabalho que exercem por parte de seus companheiros, familiares, amigos e dos demais membros da comunidade.

Hoje, os maiores obstáculos que as mulheres precisam enfrentar em Marudá Novo são: a dependência às políticas e programas governamentais; o acesso ao crédito rural; as regras de mercado que regem a tabela de preços do comércio local e dos programas sociais que compram seus produtos e a dependência com relação à aquisição de parte dos insumos correntes da Secretaria Municipal de Agricultura Familiar. As políticas públicas desenvolvidas em Alcântara têm induzido as mulheres a se inserir numa lógica de produção capitalista intensiva incompatível com o modo de vida e produção dessas camponesas, o que tem gerado conflitos de valores e cerceamento. Essa dependência das mulheres em relação as políticas governamentais ocorrem devido a pobreza, o que as tornam dependentes da “ajuda” governamental continuada.

Em Marudá Novo, as mulheres que vendem os produtos que cultivam para a cozinha comunitária quilombola e para os programas sociais, se submetem as regras preestabelecidas pelos programas, não comercializam tudo o que produzem e em alguns casos, elas acabam tentando se adequar a esse conjunto de normas para poder vender seus produtos e se inserir nesse sistema, a fim de adquirir uma renda para arcar com as despesas do lar mesmo que seja em pequena quantidade e por valores inferiores. Para Carvalho (2016), essas mulheres produtoras somente

Cedem suas mercadorias por um preço de mercado inferior ao seu valor e ao seu preço de produção porque, diferentemente do capital, não pode deixar de vender pelo simples fato de não obter lucros. Além disso, elas não se encontram em condições de passar para outro ramo da economia, pois seus meios de produção não adquiriram a ‘forma livre do capital.

Como se vê, os preços dos produtos pré-estabelecidos pelos interesses comerciais têm distintas razões sociais tanto pro capital, quanto para as mulheres. Elas vendem seus produtos para poder comprar o que não conseguem produzir e esse é o único fim que as condiciona ao mercado; já o capital vende para obter lucro. Diante disso, pode-se concluir que as mulheres em Marudá Novo possuem uma lógica de produção própria, diferente e contrária ao modo capitalista de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta travada pelas comunidades remanescentes de quilombos do município de Alcântara por seus direitos ao uso e ocupação do território, se iniciou no regime colonial e se intensificaram nos Governos Militares, principalmente no transcorrer do século XX, quando se instalou um grande projeto desenvolvimentista de caráter tecnológico e militar nas terras ocupadas por afrodescendentes e indígenas no município.

Com a implantação do CLA, 100 famílias que residiam em Marudá Velho, uma área pleiteada pelo Estado foram desterritorializadas compulsoriamente e realocadas em Marudá Novo. Isso gerou muitas implicações sociais, principalmente no que se refere à autonomia produtiva das mulheres.

Antes de serem desterritorializados de Marudá Velho todas as famílias conseguiam suprir suas necessidades alimentares, além de residirem nas terras, elas se organizavam para extrair dela os alimentos necessários para sua manutenção. Havia uma divisão social do trabalho e todos desempenhavam uma determinada atribuição. Além disso, era comum a troca de dias de trabalho na roça e de alimentos. As mulheres ficavam incumbidas de realizar as atividades domésticas, agrícolas, de extrativismo e de pesca. Durante a divisão social do trabalho as mulheres se inseriam em todas as atividades, exceto na capina e na broca da terra para o plantio das roças.

Em virtude da desterritorialização compulsória as famílias passaram a conviver com a insegurança alimentar e nutricional. As mulheres que antes eram acostumadas a trabalhar na agricultura e no extrativismo, de repente se viram em um novo ambiente onde tinham poucas possibilidades de reproduzir o mesmo sistema produtivo que eram acostumadas a executar em Marudá Velho. A única saída possível era se reinventar e buscar novas estratégias produtivas e políticas que lhes possibilitassem resistir e lutar pela sua sobrevivência.

As mulheres então passaram a se inserir nas organizações sindicais existentes no território de Marudá Novo e em Alcântara, assumiram papéis de liderança para se aproximar das questões territoriais e políticas que perpassavam os interesses dos quilombolas. Além disso, as mulheres assumiram as despesas da casa, após fortalecer sua autonomia produtiva por meio do seu trabalho na lavoura, no extrativismo vegetal e da criação de animais de pequeno porte. Hoje elas são a maioria no que diz respeito ao fornecimento de alimentos da agricultura para os programas sociais como, o PAA, PNAE e para a Cozinha Comunitária Quilombola.

Mesmo tendo conseguido se inserir em muitos espaços, as mulheres ainda enfrentam muitos obstáculos no território de Marudá Novo, seja para se inserir nos programas sociais ou para ter acesso aos seus direitos elementares como o acesso a terra, a alimentação e a moradia.

Assim fica claro que, o mesmo Estado que, garante em seu aparato constitucional, o direito dos cidadãos a uma alimentação adequada por meio da adoção de políticas públicas e reconhece os direitos territoriais aos remanescentes das comunidades étnicas tradicionais, tem desenvolvido políticas estratégicas no território de Alcântara por meio da Base Espacial e vem negando e burocratizando o acesso a esses mesmos direitos, pondo em risco as formas de reprodução física, cultural e econômica dos quilombolas desterritorializados da região, a exemplo dos que residem no território estudado.

Em Marudá Novo, os reflexos do remanejamento se fazem presentes em todas as dimensões da vida dos moradores, seja na economia, na política, na cultura e na religiosidade. As famílias vêm vivenciando momentos críticos de insegurança alimentar por conta da pobreza que assola os moradores e, também, por causa das vulnerabilidades sociais existentes. Por esta razão, o Governo do Estado do Maranhão resolveu implantar uma cozinha comunitária quilombola a fim de tentar amenizar essa problemática e aquecer a economia local ao comprar os produtos do território.

Cabe destacar que, embora a implantação da cozinha tenha contribuído para amenizar os problemas de desnutrição em Marudá Novo, esta não trouxe resultados positivos para a economia local e tão pouco, o aquecimento da mesma, isto porque as produtoras têm muitas dificuldades de venderem seus produtos, devido a burocracia referente à documentação. Durante o trabalho de campo, tive contato apenas com três mulheres que estavam aptas a fornecer seus produtos para a cozinha. Além delas, outras duas forneciam seus produtos para o PNAE e uma fornecia para o PAA.

Como se pode constatar, mesmo que a Prefeitura Municipal de Alcântara e o Governo do Estado desenvolvam políticas e programas sociais em Marudá Novo, ainda assim, são insuficientes, focais, pontuais e não contemplam todos os moradores. A pobreza ainda se faz presente no território, bem como a insegurança alimentar. As mulheres, embora venham tentando resistir a essas situações, se deparam com muitos obstáculos para desenvolver seu trabalho e comercializar seus produtos.

Diante do exposto, ficam claras as implicações sociais que o projeto Aeroespacial provocou e ainda vem provocando na vida dos quilombolas, desestruturando todo seu sistema produtivo, econômico, social e político e levando-os a se reorganizarem e lutarem pelos seus

direitos sociais básicos e territoriais, bem como se reafirmarem quanto a um grupo étnico específico dotado de uma identidade própria.

Diante disso, a resistência das mulheres para superar as adversidades vivenciadas em Marudá Novo não cessou e são enfrentadas dia a dia. Houve um rompimento em sua autonomia produtiva e seus esforços em tentar reconstruí-la são contínuos e carecem de respeito e reparação por parte do poder público e da sociedade em geral.

Nesse contexto, torna-se imprescindível o estudo aqui proposto, na perspectiva de contribuir com o debate sobre os movimentos sociais, territoriais e planejamento para o estado do Maranhão, em particular com o município de Alcântara e com o Território de Marudá a partir da implantação de grandes projetos econômicos que disseminam ideologias desenvolvimentistas sobre o avanço da ciência e tecnologia, tendo em vista um “progresso” que, em contraposição, não vem promovendo melhorias nas condições de vida humana, nem garantindo os direitos sociais disposto na Constituição Federal de 1988, além de conferir maior visibilidade às disputas que envolvem comunidades tradicionais e projetos governamentais que, em nome desse “desenvolvimento”, justificam e impõem a expropriação de comunidades, de suas terras e ditam novos modelos de produção e reprodução.

Ademais, cabe destacar que, concluído este trabalho, será garantido aos participantes acesso aos resultados. Sabemos que um trabalho científico nunca finda, pelo contrário, dele resultam sempre novos questionamentos e a investigação nunca sanará completamente as questões propostas, pois este é um ciclo, quanto mais se conhece, mais se tem a conhecer. Nosso propósito aqui é tão somente tentar contribuir com as discussões sobre esta temática, acrescentar entendimentos e instigar novos questionamentos e novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilênia V.P. **Somos todas margaridas**: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político. 2015. 521 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2015.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O' DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos, identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 43-83.

ALMEIDA. Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história de agricultura do maranhão. Rio de Janeiro: Editora Casa. Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ANDRADE, Maristela de Paula; FILHO, Benedito de Souza (Orgs). **Fome de Farinha**: Deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara. São Luís: EDUFMA. 2006.

ANDRADE. Maristela de Paula. **Novos sujeitos de direitos e seus mediadores**: uma reflexão sobre processos de mediação entre quilombolas e aparelhos de Estado. **Revista de Antropolítica**. Niterói, n. 27, p. 43-61, 2. Sem. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/4>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

ARAÚJO, Maria do Socorro Gomes. FILHO, Domingos Leite Lima. Tecnologia aeroespacial e desestruturação sócio-cultural nas comunidades quilombolas de Alcântara. **Revista de Tecnologia e Sociedade**. Curitiba, n. 2, 1º semestre de 2006, p. 209-225. Disponível em: <<file:///F:/%C3%81rea%20de%20Trabalho/2473-7235-1-PB.pdf>>. Acessado em: 27 ago. 2019.

ARAÚJO. Mundinha. **Breve memória das comunidades de Alcântara**. São Luís: SIOGE. 1990.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO POVOADO DE ARENHENGAUA. **Movimento dos Atingidos pela Base Espacial**. Alcântara é Quilombola: o título do território é direito garantido. Alcântara – MA, 2010.

BARBOSA. Zulene Muniz. O global e o regional: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, n. 1 v. 1, p. 113-128, Outono de 2013. Disponível: <http://gorila.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/viewFile/3651/pdf_11>. Acessado em: 14 fev. 2019.

BERTHOME, J.; MERCOIRET, M.R. Organização dos pequenos agricultores. In: SPERRY, S. (Org.). **Organização de pequenos produtores**. Brasília: Embrapa. 1999. P.11-17.

BRAGA. Yara Maria Rosendo de Oliveira. **Território étnico**: conflitos territoriais em Alcântara – Maranhão. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em planejamento Urbano e regional do instituto de pesquisa e desenvolvimento da universidade

do vale do Paraíba, 2011. 156 f. Disponível:
<<http://biblioteca.univap.br/dados/000003/00000393.pdf>> Acessado em: 26 abr. 2019.

BRASIL, Ministério da Cidadania Desenvolvimento Social- **Secretaria Especial de Desenvolvimento Social**. Benefício de Prestação Continuada (BPC). (2009). Disponível:
<<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/usuario/assistencia-social/bpc>> Acessado em: 20 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar Para a Alimentação Escolar**. Brasília, 2016. Disponível: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/8595-manual-de-aquisi%C3%A7%C3%A3o-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar>> Acessado em: 13 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. Disponível:
<https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/230-controle-social-cae?download=13182:cartilha_nacional_da_alimentacao_escolar_2015> Acessado em: 13 nov. 2019.

BRASÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. 2014. Disponível em:
<https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revistas de Estudos Feministas**. Florianópolis, 2004.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Cadastro Único**: uma iniciativa do Governo Federal para Conhecer as Famílias Brasileiras. Disponível:
<<http://www.caixa.gov.br/cadastros/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>> Acessado em: 20 out de 2019.

CAPPELLE. Mônica Carvalho Alves; BORGES. Ceyça Lia Palerosi; MIRANDA. Adílio Rene Almeida. Um Exemplo do Uso da História Oral como Técnica Complementar de Pesquisa em Administração. **IV Encontro de estudos organizacionais da ANPAD**. Disponível: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo117.pdf>> Acessado em: 24 nov. 2019.

CARDOSO. Carlos Alberto de Sousa; MENEZES, Marilda Aparecida de. Acesso à Terra: Conflitos e Questão Agrária no Estado De Roraima. In: **II Seminário Internacional “Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente”**, 2013, São Carlos. Anais: GT: 3 Questão Agrária. Programa de Pós-Graduação em Sociologia 2013, p. 173-192. Disponível:
<https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/03/CHAMADA_ARTIGOS.pdf> Acessado em: 14 fev.2019.

CARVALHO, Daniela Gomes de. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a sustentabilidade**: Ocaso de Distrito Federal (2005 – 2008). 2009. 238 f. il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

Disponível em

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4788/1/2009_DanielaGomesdeCarvalho.pdf>

Acessado em: 15 fev.2019.

CARVALHO, Horácio Martins de. Camponeses: Mais além da convivência com o capital.

Revista do Instituto Humanas UNISINOS. Nº 546 | Ano XIX | 16/12/2019. Disponível em:

<<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao546.pdf>>. Acessado em: 04

de mar. 2020

CHOAIRY, Antônio César Costa. **Alcântara vai para o espaço**: a dinâmica da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. São Luís. Edições UFMA, PROIN (CS), 2000.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**: resultado das ações da CONAB em 2016. Brasília, 2017. Disponível em:

<<https://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Relatório das violações de direitos contra comunidades quilombolas, da comissão permanente dos direitos dos povos indígenas, dos quilombolas, dos povos e comunidades tradicionais, de populações afetadas por grandes empreendimentos e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais envolvidos em conflitos fundiários. Brasília: 2017. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/informacao-aocidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/RelatorioGTQuilombola_finalaprovado_comrevisodamesadiretora.pdf>. Acessado no dia 31 jan. 2020.

CORREA, Bianca Sampaio. **O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA**: implicações socioeconômicas junto aos agricultores familiares da comunidade de Matinha - zona rural de São Luís. 114f Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2018. Disponível em:

<<http://www.ppdsr.uema.br/wp-content/uploads/2018/08/disserta%C3%A7%C3%A3o-final-ppdsr-Bianca1.pdf>>. Acessado em: 10 nov. 2019.

DAOU, Ana Maria. Notas comprometidas sobre a discussão dos efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos, antropologia e atualidade da temática. **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS**. UFSCar, v.2, n.2, jul-dez., p.282-298, 2010.

EFEITOS SOCIAIS E ESPACIAIS DE GRANDES PROJETOS: ENTRE TERRITÓRIOS DE VIDA E RELAÇÕES DE PODER. **Caminhos de Geografia - revista online**. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 12, n. 38 jun./2011 p. 100 - 107. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/16369/9164>>.

Acessado em: 15 jun. 2019.

FCP. Fundação Cultural Palmares. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs)**. Disponível em:

<<http://www.palmares.gov.br>> Acesso em 29 de jun. 2019.

FONSÊCA, Ana Amélia Carneiro da. **A efetivação do direito à terra das comunidades remanescentes de Quilombo**: reflexões a partir do estudo de caso das comunidades quilombolas de Alcântara, Maranhão/São Luís, 2014. 67f. Monografia (graduação) para Universidade Federal do Maranhão, Curso de Direito, 2014. Disponível em:

<<https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/786/1/MONOGRAFIAANAAMELIACARNEIRODAFONS%C3%8ACA2014.pdf>>. Acessado em: 22 maio 2019.

FURLAN. Donizete Vaz; TRAJANO. Michelle Daiany da Conceição. **Territorialidade, Desterritorialidade e Reterritorialidade na cidade de Oiapoque**. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/territorialidade-desterritorialidade-e-reterritorialidade-na-cidade-de-oiapoque/50156>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

FURTADO. Marivania Leonor Souza. **Aquilombamento no Maranhão: um Rio Grande de (im)possibilidades**. São Luís: EDUEMA, 2018. 278p.

GODOI. Emília Pietrafesa; MENEZES. Marilda Aparecida de; MARIN. Rosa Azevedo. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias, estratégias de reprodução social**. v.2: /(orgs.) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. 331p.

GOMES, Orlando. **Direitos reais**. Rio de Janeiro: 1998.

GOMES. Lilian C. B.; AYRES. Gardênia Mota; JUNIOR. Davi Pereira. **Política Pública de Regularização Fundiária para Comunidades Quilombolas: aliando democracia e justiça no Brasil**. Anais da VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas da UFMA, 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo12/politica-publica-de-regularizacao-fundiaria-para-comunidades-quilombolas-aliando-democracia-e-justica-no-brasil.pdf>. Acessado: 29 de jun. 2019.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1993.

HAESBAERT, Rogério (2004a): **Território e Multiterritorialidade: um debate in Geographia** nº17; Brasil. acessado em 02/08/2019. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/36113/1/Desterritorializacao%20e%20reorganizacao%20das%20geografias%20pessoais.pdf>.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: **Manifestações da cultura no espaço**. ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). Editora UERJ. Rio de Janeiro: 1999b, p. 169-190.

HERRERA. Karolyna Marin. **Da invisibilidade ao reconhecimento: uma análise do papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola**. Florianópolis, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/132975/333241.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acessado em: 02 dez. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História de Alcântara Maranhão - MA**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/alcantara/historico>>. Acessado em: 25 abr. 2019.

JÚNIOR. Jackson Boueres Damasceno. **Estrutura fundiária e renda: uma análise a partir dos processos autóctones de ordenamento agrário e de produção**. Porto Alegre, 2017, 187 f. Dissertação apresentada ao Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de

Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em:
<<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172670>> Acessado em: 02 dez. 2019.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

LANA, André Luís dos Santos. **Os desafios da sustentação das associações de moradores de Ouro Preto/MG**. 2015. 130f. Orientadora: Profa. Dra. Eloisa Helena Santos. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário UNA, 2015. Programa de Pós-graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Etnográfica, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/126236/Textos%20e%20Debates%20No%207.pdf?sequence=7&isAllowed=y>>. Acessado em: 07 nov. 2019.

LEÓN, Magdalena de. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primery tercer mundos en los estudios de género. **La Ventana**, n. 13, p. 94-106, 2001.

LIRA, Elizeu Ribeiro; Neto. Olegário B. Ribeiro. O Território e a Identidade Quilombola: o caso da comunidade afrodescendente Mata Grande no município de Monte do Carmo – TO. **Revista Produção Acadêmica** – Núcleo De Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ NURBA – Vol. 2 N. 2 (dezembro, 2016), p. 36-56. Disponível em:
<<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/download/3121/9425/>>. Acessado em 05 fev. 2019.

MACHADO, E.P.(Coord.). **Poder e participação política no campo**. São Paulo: CAR, 1987. 152p. Discriminação de Terras Devolutas: terras inconclusas, desde o Brasil imperial, em Prejuízo para a Reforma Agrária. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4397/1/arquivo5568_1.pdf> Acessado em: 07 de jun. 2019.

MARX, Karl. **O capital**. Volume I. 3a. edição, São Paulo: Editora Nova Cultural, 1982.

MELO, R. **Autonomia, Justiça e Democracia**. Novos Estudos. São Paulo: CEBRAP, n. 88. dec. 2010, p. 207-215

MEDEIROS, R. M. V. Camponeses, cultura e inovações. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.) **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006. p. 281-293.

MELLO. Andrade da Costa. **À experiência do grupo executivo internacional de Alcântara - Maranhão na construção de um ambiente participativo e cooperativo**. Dissertação de mestrado. Centro de desenvolvimento sustentável, universidade de Brasília Brasil. Brasília, 2008, 148p.

MENASCHE, R.; TORRENS, J. C. S. **Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite**. Curitiba: DESER/CEMTR, 1996. v. 1. 107p.

MENDES. Patrícia Miranda. **Segurança Alimentar em Comunidades Quilombolas: Estudo comparativo em Santo Antônio (Concórdia do Pará) e Cacao (Coláreis), Pará**. 2006.

180f. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa em Planejamento do Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará. Disponível: <<https://pt.scribd.com/document/372242289/Dissertacao-SegurancaAlimentarComunidades>> Acessado em: 13 nov. 2019.

NASCIMENTO, Silvana Magali Vale. **Mulheres Rurais E Agroecologia**: perdas e ganhos de um aprendizado cotidiano nas Chapadas do Leste Maranhense frente à expansão da monocultura de soja. Revista de Gênero, Niterói, v.15, n.1, p.81-102, 2.sem. 2014.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MIRANDA, Pontes de. Tratado de direito privado. Parte especial. Tomo XIV. **Pretensões e ações imobiliárias dominicais**. Perda da propriedade imobiliária. 2. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1956.

MONEGO. Estela Maris Tronco. PEIXOTO. Maria do Rosário Gondim. CORDEIRO. Mariana de Moraes. COSTA. Renata Medeiros. (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TOCANTINS. **Revista de Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 17(1): 37-47, 2010. Disponível: <http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=15752> Acessado em: 25 out. 2019.

MONTEIRO. Karoline dos Santos. **As mulheres quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território**. João Pessoa, 2013. 233f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba. Disponível me: <http://ceget.fct.unesp.br/assets/site/pdf/Karoline_dos_Santos_Monteiro1.pdf> Acessado em: 02 dez. 2019.

MOURA, Flávio. Alcântara: cenário de contrastes sociais e luta pela sobrevivência. Observatório Quilombola. **Relatório da missão da relatoria Nacional do Direito à moradia Adequada e à terra urbana**: A situação dos direitos humanos das comunidades negras e tradicionais de Alcântara. Maranhão. Brasil. 2003.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **O Movimento quilombola de Alcântara protocola carta direcionada ao Governador do Estado**. 2015. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=ma-comunidade-quilombola-de-alcantara-continua-luta-contr-o-centro-de-lancamento-e-pelo-seu-direito-de-ficar-na-terra>> Acessado em: 05 set. 2019.

NUNES. Patrícia Portela. MABE: MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BASE ESPACIAL. Sean Mitchell (Orgs). **I Oficina do Movimento dos Atingidos Pela Base Espacial**. Alcântara, 2004, p. 8.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PAULILO, M.; SILVA, C. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, 2007. 15(2). p. 240.

PFLUEGER, Grete. Alcântara-Maranhão: de Tapuitapera à Base Espacial. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. V.18, n.2 ago./ dez. 2018. Acessado em: 26. de abr. 2019. Disponível em: <file:///F:/%C3%81rea%20de%20Trabalho/11570-48944-1-PB.pdf> Acessado em: 06 set. 2019

POZZER, Milene Ana dos Santos. Socialização política: promoção da cidadania através das Associações de moradores. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010 GT 2. Gênero e movimentos sociais – Coord. Renata Gonçalves. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/4.MilenePozzer.pdf>> Acessado em: 21 jun. 2019.

PROJETO QUILOMBO RESISTÊNCIA NEGRA – PQRN. “**Promovendo mudanças, (RE) construindo práticas**. São Luís, MA: CCN/PQRN, 2003. (v.1).

RAMBO, José Roberto; TARSITANO, ANSELMO. Maria Aparecida; LAFORGA, Gilmar. Agricultura familiar no Brasil, conceito em construção: trajetória de lutas, história pujante. **Revista de Ciências Agroambientais Alta Floresta**, MT, UNEMAT. v.14, n.1, p.86-96, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/rcaa/article/download/1415/1393>> Acessado em: 20 set. 2019.

RIPPER, João Roberto. **Populações Tradicionais: quilombolas de Alcântara e a luta por terras**. SENAC e Educação Ambiental. 2018, nº 2, julho/ dezembro de 2009. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia//26252_20131127_12453pdf> Acessado em: 15 fev. 2019.

ROCHA, Danielle Cunha de Souza da. **Memória, território e identidade: o deslocamento da Comunidade Quilombola de Cajueiro em Alcântara-MA**. Dissertação de Mestrado em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2014. 141 f. Rio de Janeiro, 2014.

SÁ, Laís Mourão. **O pão da terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense**. São Luís: EDUFMA, Col. Antropologia e Campesinato no Maranhão. PPGCS/GERUR: 2007, 2002 p. (Originalmente Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFRJ/Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1975.

SANTOS, Ademir Barros dos; REBOCHO, Nuno. **A Companhia do Grão-Pará e Maranhão: atuação no Brasil e no arquipélago de cabo verde**. 2014. Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/wp-content/uploads/2014/05/Companhia-do-Gr%C3%A3o-Par%C3%A1-e-Maranh%C3%A3o.pdf>> Acessado em: 26 abr. 2019.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. Geographia, Rio de Janeiro, Ano 1. n. 1, p. 7-13, 1999.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-deaçúcar de Pernambuco**. Duas Cidades. São Paulo, 1979.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra: experiência e memória**. UNESP. Coleção Paradidáticos. Série Poder. São Paulo: 2004.

SILVA, Meireluce Fernandes da. O Programa Espacial Brasileiro em perspectiva histórica: do início a 2016. **Revista Sociedade e Estado**. v. 31, n. 1, trimestral, 2016. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/730/670> Acessado em: 28 ago. 2019.

SOUSA, Igor Breno Barbosa de. **As contradições no acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar no assentamento Galvão Cantanhede, no Município de Cantanhede – MA**, a partir do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável / Igor Breno Barbosa de Sousa – São Luís, 2017. 91 f.

SOUSA, Ricardo Costa de. **História da educação da população negra no município de Alcântara. 2014**. 152f. Dissertação de Mestrado em Educação– Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SOUSA. Ana Paula Braga de; SILVA. Jordana Brito da; GONDINHO. Caroline Barros. **Quilombos: O processo de aquilombamento em Alcântara e os conflitos para a manutenção da autonomia**. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 06 Mar. 2018. Texto não paginado. Disponível em: <investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direito-ambiental/336472-quilombos-o-processo-de-aquilombamento-em-alcantara-e-os-conflitos-para-a-manutencao-da-autonomia> Acesso em: 02 out. 2019.

SOUZA. Bárbara Oliveira. Movimento Quilombola: Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários. Trabalho apresentado na 26ª. **Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2002. Porto Seguro, Bahia, Brasil. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2002/barbara%20oliveira%20souza.pdf> Acessado em: 12 jul. 2019.

SPERRY, S.; MERCOIRET, J. **Associação de pequenos produtores rurais. Brasília: Embrapa**. 2003. 112p.

TEDESCHI. Losandro Antônio. MEU NOME É “AJUDA”. A vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. **Revista Contexto e Educação**. Editora: UNIJAUÍ. Nº 71/72 jan./dez 2004. P. 45-64. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1132/887>> Acessado em: 10 set. 2019.

TERSSAC, G. de. Autonomie. In: BEVORT, A.; JOBERT, A.; LALLEMENT M.; MIAS, A. (Org.). **Dictionnaire du travail**. 1ª edição. Paris: Presses Universitaires de France, Collection: Quadrige dicos poche. 2012. p. 49-53.

VIEGAS, G. C. F. S. **Dinâmica urbana e pichação: entre preto fosco e tons de concreto há quem prefira outras cores**. 2014. 288f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

VIVEIROS, J. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. São Luís: AML/ALUMAR, 1999.